

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO
PONTAL

THALLYSON DANIEL PEREIRA DE SOUSA

MULHERES E CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE: uma
análise a partir do cotidiano de moradoras da periferia pobre de Ituiutaba-
MG

Ituiutaba

2023

THALLYSON DANIEL PEREIRA DE SOUSA

MULHERES E CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE: uma
análise a partir do cotidiano de moradoras da periferia pobre de Ituiutaba-
MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano

Orientador (a): Prof.^a. Dr.^a. Maria Angélica de Oliveira Magrini

Ituiutaba

2023

THALLYSON DANIEL PEREIRA DE SOUSA

**MULHERES E CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE: uma
análise a partir do cotidiano de moradoras da periferia pobre de Ituiutaba-
MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal – Área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas ambientais, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do espaço rural e urbano

Prof.^a Dr.^a. Maria Angélica de Oliveira Magrini

Universidade Federal de Uberlândia- Instituto de Ciências Humanas do Pontal

Vitor Koiti Miyazaki

Universidade Federal de Uberlândia- Instituto de Ciências Humanas do Pontal

Paula Vanessa de Faria Lindo

Universidade Federal da Fronteira Sul - Erechim

Ituiutaba, ___/___/_____

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S725 Sousa, Thallyson Daniel Pereira de, 1998-
2023 MULHERES E CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE [recurso
eletrônico] : uma análise a partir do cotidiano de
moradoras da periferia pobre de Ituiutaba- MG /
Thallyson Daniel Pereira de Sousa. - 2023.

Orientadora: Maria Angélica de Oliveira Magrini.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Geografia.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.315>

Inclui bibliografia.

1. Geografia. I. Magrini, Maria Angélica de Oliveira,
1984-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Pontal

Rua Vinte, 1600, Bloco D, Sala 300 - Bairro Tupã, Uberlândia-MG, CEP 38304-402
Telefone: (34) 3271-5305/5306 - www.ppgep.facip.ufu.br - ppgep@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Geografia do Pontal - PPGEF				
Defesa de:	Mestrado Acadêmico				
Data:	25 de Abril de 2023	Hora de início:	14:30 hs	Hora de encerramento:	16:30 hs
Matrícula do Discente:	22112GEO016				
Nome do Discente:	Thallyson Daniel Pereira de Souza				
Título do Trabalho:	Mulheres e construção do Direito à Cidade: uma análise a partir do cotidiano de moradoras da periferia pobre de Ituiutaba-MG				
Área de concentração:	Produção do Espaço e Dinâmicas Ambientais				
Linha de pesquisa:	Produção do espaço rural e urbano				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	FragUrb - Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira				

Reuniu-se através de conferência pelo Google Meet, Campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal assim composta: Professores Doutores: Vítor Koiti Miyzaki ICHPO - UFU, Paula Vanessa de Faria Lindo UFFS e Maria Angélica de Oliveira Magrini ICHPO -UFU orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Maria Angélica de Oliveira Magrini, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Angelica de Oliveira Magrini, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/04/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Koiti Miyazaki, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/04/2023, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Vanessa de Faria Lindo, Usuário Externo**, em 02/05/2023, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4444240** e o código CRC **E1AD9E00**.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que de maneira direta ou indireta contribuíram para este estudo. Minha eterna gratidão a cada uma de vocês.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a todas as pessoas que me ajudaram a chegar até aqui e me apoiaram durante todo o processo de elaboração desta dissertação.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Marcell e Adriane, que sempre me apoiaram em todas as minhas decisões e me incentivaram a perseguir meus sonhos. Sem o amor, o apoio e os sacrifícios deles, eu não estaria aqui hoje. A minha irmã, Thallya e sobrinho, Christian Miguel, que me apoiaram incondicionalmente, também merecem um agradecimento especial.

Quero agradecer ao meu namorado, Dale, que esteve ao meu lado durante todo o tempo, apoiando-me nos momentos difíceis e celebrando as conquistas ao meu lado. Sua paciência, amor e compreensão foram essenciais para que eu pudesse manter o equilíbrio emocional durante esta jornada.

Aos meus amigos, que sempre me incentivaram e motivaram, mesmo nos momentos em que a carga de trabalho parecia insuperável, o meu muito obrigado. Vocês foram uma verdadeira família durante todo o processo.

A secretária do PPGEP, Maria, também merece um agradecimento especial. A sua disponibilidade, atenção, paciência e a amizade foram fundamentais para que eu pudesse cumprir com excelência tal processo.

Por fim, quero agradecer à minha orientadora, Maria Angélica, por toda a dedicação, orientação e incentivo que me ofereceu ao longo do desenvolvimento da dissertação. A sua sabedoria, crítica construtiva e apoio foram fundamentais para que eu pudesse concluir este trabalho com êxito.

A todos vocês que mencionei e a quem não mencionei, o meu muito obrigado por todo o suporte e encorajamento ao longo desta jornada. Sem o apoio de cada um de vocês, não teria sido possível alcançar este objetivo.

RESUMO

Considerando que o espaço urbano é desigual e fragmentado, torna-se necessário analisar as múltiplas maneiras pelas quais as desigualdades vivenciadas pelas mulheres dificultam seu acesso integral à cidade como um todo, principalmente quando tratamos de mulheres pobres e periféricas. Desta forma, consideramos que o cotidiano destas mulheres está marcado por uma série de entraves à construção do direito à cidade. Isso porque o processo de fragmentação socioespacial enfraquece os laços sociais e aumenta o isolamento destas mulheres, quando consideramos cinco dimensões fundamentais de seu cotidiano: habitação, trabalho, consumo, lazer e mobilidade. Deste modo, a partir de uma pesquisa qualitativa baseada em trabalhos de campo, qual seja, entrevistas com mulheres moradoras de bairros da periferia pobre de Ituiutaba, foi possível apreender suas práticas espaciais, compreendendo em que medida suas vidas são perpassadas pelo processo de fragmentação socioespacial. Foi possível apreender que o cotidiano das entrevistadas é destinado, em sua maior parte, para a dimensão trabalho, tanto o remunerado quanto o não remunerado - referente ao cuidado com a casa e com os filhos. O tempo de não trabalho é passado majoritariamente em casa, indicando a centralidade da dimensão habitar para essas mulheres, que dividem seu dia a dia entre a casa e o trabalho. Essa concentração faz com que haja um encurtamento das demais dimensões cotidianas, o que limita a apropriação da cidade como um todo, em momentos de lazer ou de consumo, por exemplo. Assim, consideramos que as condições de vida dessas mulheres constituem barreiras para a construção do direito à cidade, visto que experienciam Ituiutaba de maneira parcelar.

Palavras-chave: Desigualdades vivenciadas pelas mulheres; Direito à Cidade; Fragmentação socioespacial; Ituiutaba-MG.

ABSTRACT

Considering that urban space is unequal and fragmented, it becomes necessary to analyze the multiple ways in which the inequalities experienced by women hinder their full access to the city as a whole, especially when it comes to poor and peripheral women. Thus, we consider that these women's daily lives are marked by a series of obstacles to the construction of the right to the city. This is because the process of socio-spatial fragmentation weakens social ties and increases the isolation of these women when we consider five fundamental dimensions of their daily lives: housing, work, consumption, leisure, and mobility. Therefore, based on a qualitative research study based on fieldwork, specifically interviews with women living in poor neighborhoods on the outskirts of Ituiutaba, it was possible to grasp their spatial practices and understand to what extent their lives are permeated by the process of socio-spatial fragmentation. It was possible to understand that the daily lives of the interviewees are largely dedicated to the work dimension, both paid and unpaid - referring to household and childcare. Non-work time is spent mostly at home, indicating the centrality of the housing dimension for these women, who divide their daily lives between home and work. This concentration shortens the other daily dimensions, limiting the appropriation of the city as a whole, such as during leisure or consumption moments, for example. Thus, we consider that the living conditions of these women constitute barriers to the construction of the right to the city since they experience Ituiutaba in a fragmented manner.

Keywords: Inequalities experienced by women; Right to the City ;Fragmentation Sociospatale; Ituiutaba-MG

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização geográfica das entrevistadas no município de Ituiutaba.....	97
Figura 2 - Ituiutaba (MG) – Bairro Jardim Europa II.....	98
Figura 3- Ituiutaba (MG) – Bairro Santa Edwiges	99
Figura 4 - Ituiutaba (MG) – Bairro Jardim Europa I.....	100
Figura 5 - Ituiutaba (MG) – Bairro Nadime Derze I	101
Figura 6 - Ituiutaba (MG) – Bairro Jardim do Rosário.....	101
Figura 7- Ituiutaba (MG) - Bairro Nadime Derze II.....	102
Figura 8 - Ituiutaba (MG) - Bairro Nova Ituiutaba II.....	103
Figura 9 - Ituiutaba (MG) – Casa do MCMV - bairro Nadime Derze II.....	105
Figura 10 - Ituiutaba (MG) – Casa do MCMV - Bairro Canaã	105
Figura 11- Ituiutaba (MG) – Supermercado e Casa de Carnes no bairro Nadime Derze I	117
Figura 12 - Ituiutaba (MG) – Unidade do Supermercados Bahamas Mix que fica em frente à entrada do Bairro Jardim Europa II.....	118
Figura 13 - Ituiutaba (MG) – Entrada do Conjunto Habitacional MCMV – Jardim Europa II	118
Figura 14 - Ituiutaba (MG) – Unidade dos supermercados Pontual – Bairro Canaã II	119
Figura 15 - Ituiutaba (MG) – Espaço reservado para a construção de uma praça pública no bairro Canaã 2.....	129
Figura 16 - Ituiutaba (MG) – Espaço reservado para a construção de uma praça pública em que atualmente funciona um campo de futebol – Bairro Nadime Derze II.....	129
Figura 17 - Ituiutaba (MG) - Espaço entre o conjunto habitacional MCMV Gilca Cancellata Vilela e o condomínio fechado Ituiutaba.....	130
Figura 18 - Ituiutaba (MG) - Vista aérea do loteamento MCMV - Gilca Cancellata Vilela e o condomínio fechado Ituiutaba	131
Figura 19 - Ituiutaba (MG) - Ponto de ônibus – Bairro Canaã 1.....	134

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conjuntos habitacionais do PCMMV em Ituiutaba	93
Tabela 2 - Características das mulheres entrevistadas.....	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. COMPREENDENDO O DIREITO À CIDADE E A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL	18
1.1. Direito à Cidade.....	18
1.2. Fragmentação Socioespacial.....	25
1.3. Análise do papel das desigualdades vivenciadas pelas mulheres na fragmentação socioespacial e na construção do direito à cidade: procedimentos metodológicos.....	35
2. DELINEANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA - AS MULHERES RESIDENTES EM BAIRROS PERIFÉRICOS POBRES E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO	47
2.1. Desigualdades de Gênero e vivências das mulheres.....	47
2.3. O debate em torno da chefia feminina dos lares e a feminização da pobreza	66
2.4. Pluralidade de Mundo da mulher urbana periférica.....	75
3. COTIDIANO DAS MULHERES RESIDENTES EM BAIRROS PERIFÉRICOS POBRES DE ITUIUTABA: ENTRE A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À CIDADE	85
3.1. Caracterizando os bairros periféricos pobres de Ituiutaba-MG	85
3.2. Cotidiano das mulheres residentes em bairros periféricos pobres	95
3.3.3.2.1. Dimensão da habitação	103
3.4.3.2.2. Dimensão do trabalho	111
3.5.3.2.3. Dimensão do consumo.....	115
3.6.3.2.4. Dimensão do lazer	125
3.7.3.2.5. Dimensão de mobilidade	132

4. ENTRE A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DAS MULHERES EM CONDIÇÃO PERIFÉRICA	136
REFERÊNCIAS	142

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo central analisar as dificuldades para a busca pelo direito à cidade e a tendência ao processo de fragmentação socioespacial, a partir do cotidiano das mulheres residentes nas periferias pobres de Ituiutaba-MG. Assim, nos interessa compreender os impactos das desigualdades vivenciadas por essas mulheres em associação com a desigualdade socioespacial que marca a produção do espaço urbano.

O município de Ituiutaba fica localizado no Pontal do Triângulo Mineiro, na Região Geográfica Intermediária de Uberlândia. A população levantada no censo de 2010 era de 97.171 pessoas (IBGE, 2010) e a população estimada no ano de 2021 foi de 105.818 pessoas (IBGE, 2021). Ituiutaba polariza cinco cidades da região: Ipiaçu, Capinópolis, Cachoeira Dourada, Gurinhatã e Santa Vitória, formando a região geográfica de Ituiutaba.

Por sua dimensão populacional e por seu papel de intermediação regional, temos que Ituiutaba não é uma cidade pequena, apresentando características e processos que a identificam como uma cidade que desempenha funções importantes para outros centros de seu entorno. Sposito e Sposito (2020) afirmam que a fragmentação socioespacial pode ser estudada a partir das metrópoles, das cidades intermediárias e também das pequenas, que têm seu processo de produção influenciado pelas dinâmicas que configuram a urbanização contemporânea. Segundo Sposito e Sposito:

Tanto na escala da rede urbana quanto na do espaço urbano, tanto a partir do urbano como da cidade, consideramos importante, como conclusão, lembrar que a fragmentação socioespacial entendida como processo mais geral, pode ser focalizada tomando-se como referência uma parcela da realidade urbana latino-americana, que pode ser estudada tanto nas metrópoles quanto nas cidades intermediárias ou pequenas. Isto não significa que tais parcelas possam ser vistas em si, uma vez que devem ser compreendidas à luz das dinâmicas que compõem a urbanização contemporânea. No caso brasileiro, mais especificamente, levar em consideração as diferentes formações socioespaciais poderá explicar as particularidades dos múltiplos estratos da rede urbana. As singularidades das cidades, que permitem ver as particularidades delas em diferentes dimensões e escalas, possibilitam apreender similaridades e diferenças que podem expor a dinâmica, em termos amplos, do conceito (SPOSITO; SPOSITO, 2020, p.11-12).

É a partir dessa premissa que buscamos estudar a fragmentação socioespacial em Ituiutaba-MG, aprofundando estudos já realizados sobre a cidade. Santos e Magrini (2020) defendem que:

É nesses termos que identificamos a tendência de fragmentação socioespacial em Ituiutaba. Reconhecemos que, embora a produção de enclaves não seja ainda tão evidente no plano dos tecidos urbanos, no âmbito das práticas

espaciais e no dos imaginários a busca por afastamento e isolamento marca o cotidiano dos cidadãos, especialmente quando tratamos da insegurança urbana, como buscaremos demonstrar posteriormente. Nesse sentido, defendemos que a identificação do processo de fragmentação socioespacial não deve partir de critérios puramente numéricos, com a simples catalogação e localização dos empreendimentos imobiliários que representam enclaves socioespaciais. É preciso ir além dessa análise inicial e complementá-la com a abordagem das práticas espaciais e dos imaginários urbanos [...] (SANTOS; MAGRINI, 2020, p.86).

Sendo assim, a presente pesquisa busca compreender a fragmentação socioespacial sob a ótica das desigualdades vivenciadas pelas mulheres que residem nos bairros periféricos pobres da cidade e suas relações com o restante de seus espaços. Nossa hipótese é que o cotidiano destas mulheres é marcado por limitações e dificuldades que estão associadas com a lógica fragmentária, que por sua vez, constitui a antítese do Direito à Cidade, como afirmam Catalão e Magrini (2016).

A pesquisa que originou esta dissertação faz parte do Projeto Temático Fragmentação Socioespacial e Urbanização Brasileira - Escalas, Vetores, Ritmos, Formas e Conteúdos, financiado pela FAPESP e executado por pesquisadores de diferentes universidades, como UFU, UNESP, UFFS, UFF, UFMS, UEM, entre outras instituições. O intuito principal deste projeto temático é: *“compreender, no plano da cidade e do urbano, como a lógica socioespacial fragmentária altera o conteúdo da diferenciação e das desigualdades, redefinindo os sentidos do direito à cidade”*.

Em consonância com este objetivo, trazemos para o debate o papel das desigualdades de gênero que permeiam a sociedade desde muito tempo. A partir da consolidação dos modelos sociais patriarcais, a dominação e opressão das mulheres aumentaram de forma drástica, transformando também a produção dos espaços urbanos, que atuam diretamente no reforço dessa dominação e opressão. Sendo assim, as desigualdades vivenciadas pelas mulheres em seus cotidianos serão denunciadas e retratadas para problematizar as múltiplas formas de desigualdades sociais e espaciais que são forjadas a partir da crença de que os homens são superiores e dominantes enquanto as mulheres são inferiores e subalternas.

No Brasil, são múltiplas as formas de violência que historicamente foram sendo perpetradas contra as mulheres, violências até mesmo legitimadas pela constituição federal, que foi lentamente contemplando instrumentos para a garantia de mais igualdade de gênero, como a promulgação da Lei nº 4.212/62 (Estatuto da Mulher Casada), na qual as esposas deixaram de ser legalmente tuteladas por seus maridos e a revogação do “pátrio

poder” na Constituição Federal/88, na qual ficou expresso em seu art. 226, a igualdade de direitos e deveres para ambos os cônjuges (CAVENAGHI; ALVES, 2018).

Percebemos assim, que do ponto de vista legal, o Brasil avançou gradualmente com sua legislação sobre a igualdade de gênero, com mudanças que permearam todo o século XX. No entanto, apesar das novas conquistas de direitos, percebemos que as mulheres ainda têm dificuldades de serem respeitadas e inseridas no mercado de trabalho, para levarem adiante seus estudos ou para se apropriarem de forma plena dos diferentes espaços das cidades, por exemplo, demonstrando uma lacuna entre o que é legislado e o que é vivenciado.

Assim, temos que, para além da perspectiva jurídica, a sociedade brasileira - que, de certo modo, legitima as múltiplas violências concretas e simbólicas contra as mulheres - precisa passar pelo processo de despatriarcalização. Em termos legais, as mulheres não são mais submissas aos seus companheiros, mas ainda estamos longe da ideia de equidade na divisão de tarefas, reprodução e cuidado com os filhos, por exemplo. As mulheres são cada vez mais as responsáveis pela manutenção das famílias, com um aumento acentuado do número de famílias chefiadas por mulheres. (CAVENAGHI; ALVES, 2018).

Segundo a pesquisa “Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Desafios”, os lares chefiados por mulheres cresceram 105% entre os anos de 2001 e 2015. Deve-se levar em consideração as várias formas de constituição familiares: famílias formadas com filhos ou sem eles; mulheres que moram sozinhas, se caracterizando como arranjo pessoal; e as mães solas que na pesquisa ganham a denominação de “arranjo monoparental feminino”(CAVENAGHI; ALVES, 2018).

Os lares em que mulheres têm assumido a função de criar os filhos sozinhas, por estarem solteiras, divorciadas ou até mesmo viúvas, já representam 15,3% das formações familiares (UGT, 2019). Falar sobre chefia feminina não significa falar somente da feminização da pobreza, visto que cabe salientar que nem todas as mulheres chefes de lares estão vivendo nessa situação. A chefia feminina é realidade em várias classes sociais (CAVENAGHI; ALVES, 2018). No entanto, grande parte destas mulheres são moradoras de áreas periféricas, sofrendo, por vezes, com a pobreza e com a violência racial. Estas mulheres acabam prestando serviços domésticos, muitas vezes precarizados, com baixa remuneração e sem qualquer tipo de direito. Muitas destas não tiveram a oportunidade de estudar e como precisam cuidar da subsistência de suas casas acabam aceitando trabalhos precários.

Em contraposição a esse cenário de precarização da vida das mulheres, a presente pesquisa busca também analisar como múltiplas mulheres desses bairros periféricos têm se organizado a fim de superar as inúmeras barreiras visíveis e invisíveis impostas pela fragmentação socioespacial em seus cotidianos, buscando criar mecanismos para a construção do direito à cidade, mesmo num cotidiano hostil e desagregador.

Estas mulheres, em muitas situações, têm executado o papel do Estado na garantia de direitos básicos, tais como saúde, educação, lazer e produção de renda, através da ação de lideranças comunitárias, em grande parte femininas, com o apoio de Organizações Não Governamentais – ONG's e institutos, por exemplo.

Nesse sentido, consideramos que essas mulheres são responsáveis pelas mudanças e resistências dentro da área periférica, ou seja, são elas as protagonistas das pequenas revoluções que se dão no cotidiano. Em Ituiutaba essa realidade não é diferente, por isso é importante pesquisar a relação dessas mulheres com a produção e apropriação do espaço em que elas estão inseridas e suas práticas espaciais cotidianas nas demais áreas da cidade, visto que há poucas pesquisas sobre a temática focando nas mulheres como sujeitos principais.

A motivação para a escolha do tema ocorre porque o pesquisador vem desenvolvendo ao longo de sua vida acadêmica trabalhos voltados à sexualidade e ao atendimento jurídico à população mais pobre nas áreas periféricas de Ituiutaba, mais especificamente em ações de doação de alimentos, levando-o então a inquietude sobre a relação dessas mulheres residentes nas áreas periféricas com o espaço e com os problemas socioeconômicos enfrentados no cotidiano.

O pesquisador é Bacharel em Direito, atuou de 2016-2018 como membro do projeto de pesquisa “Direito Itinerante”, cujo objetivo era o de levar às áreas periféricas de Ituiutaba assessoramento jurídico nas áreas Cível e Penal, além de realizar doações de alimentos, tendo, então, seu primeiro contato com uma realidade diferente da sua, a qual veio para contribuir para o interesse no tema abordado nesta pesquisa. Além disso, seu trabalho de conclusão de curso discutiu a questão da inserção da Educação em Sexualidade para todos os Anos da Educação Básica, buscando evidências para a defesa da criação de uma política pública na BNCC.

Logo, o interesse pela temática foi resultado da junção da sua experiência prática nos bairros periféricos de Ituiutaba com o processo de elaboração do TCC, responsáveis por despertarem o interesse do pesquisador por entender a relação entre essas mulheres

moradoras das áreas periféricas de Ituiutaba, a produção e apropriação do espaço e o seu cotidiano.

Nesse sentido, é importante analisar os componentes existentes na relação entre pobreza, gênero e espaço urbano, tendo como protagonistas as mulheres residentes nas áreas periféricas de baixa renda na cidade de Ituiutaba, mais especificamente aqueles produzidos a partir do Programa Minha Casa Minha Vida.

Sendo assim, temos como temática principal do presente trabalho as interconexões existentes na relação entre espaço urbano, gênero e pobreza, tendo como objetivo geral compreender de que maneira a lógica fragmentária da urbanização contemporânea perpassa o cotidiano das mulheres da periferia pobre de Ituiutaba-MG e constitui entraves para a construção do Direito à Cidade.

De forma pormenorizada, os objetivos específicos serão desenvolvidos no sentido de a) analisar as desigualdades socioespaciais e as desigualdades vivenciadas no cotidiano dessas mulheres; b) observar, a partir das práticas espaciais e dos imaginários urbanos das mulheres participantes da pesquisa, se as periferias pobres de Ituiutaba constituem para elas enclaves socioespaciais; c) identificar as práticas insurgentes destas mulheres, que nos ajudem a entender as potencialidades do seu protagonismo para a construção do Direito à Cidade.

Para alcançar tais objetivos o trabalho foi organizado em duas partes: a) revisão bibliográfica, com o intuito de consolidar uma base sólida para as discussões propostas no corpo do trabalho e entender de quais maneiras a desigualdade de gênero, a fragmentação socioespacial e o direito à cidade podem ser discutidos em conjunto, bem como o debate sobre as escolhas metodológicas feitas para abordar tais temas, e b) trabalho empírico, com visitas aos bairros periféricos da cidade e entrevistas. Assim, a partir da articulação entre o teórico e o empírico construímos nossa argumentação, que constituirá um trabalho de viés qualitativo e crítico.

A escolha da perspectiva qualitativa para a condução do trabalho se justifica pelo entendimento de que o cotidiano é uma dimensão central para compreender o processo de produção do espaço urbano, ainda mais quando tratamos das diferentes formas dos cidadãos se apropriarem do tempo e do espaço nas cidades. De acordo com Lefebvre (1991) o cotidiano é uma instância na qual se dá a reconstrução do possível diante da possibilidade de questionamento do que está posto. Para o autor, a cotidianidade se concentra em três dimensões básicas da vida, sendo elas o trabalho, a vida privada e os lazeres (CARLOS, 2017). A partir de um desdobramento deste entendimento de

Lefebvre, no projeto temático do qual esta pesquisa faz parte, foram definidas cinco dimensões empíricas por meio das quais a fragmentação socioespacial será analisada, dimensões essas que também guiam o trabalho empírico e metodológico da presente pesquisa: *a) a dimensão do habitar, b) a dimensão do trabalhar, c) a dimensão do consumir, d) a dimensão do lazer e) a dimensão da mobilidade, sendo que esta última perpassa e articula todas as demais* (PROJETO FRAGURB).

Essas dimensões empíricas da vida dos cidadãos interagem entre si e marcam suas vivências de forma diferenciada e diferenciadora, de acordo com as posições sociais e espaciais de cada segmento, resultando em cotidianos mais ou menos marcados pela lógica fragmentária.

Sendo assim, as entrevistas realizadas com moradoras das periferias pobres de Ituiutaba abordam as dimensões do trabalho, do consumo, do lazer, da habitação e da mobilidade, buscando compreender como essas práticas espaciais são realizadas e (re)significadas cotidianamente. No que diz respeito às entrevistas, escolhemos partilhar a metodologia geral estabelecida no FragUrb, seguindo os cuidados e diretrizes estabelecidos pela equipe.

Nesse sentido, o capítulo 3 da dissertação traz a análise dos conteúdos de sete entrevistas¹ realizadas com moradoras de diferentes bairros periféricos pobres de Ituiutaba. Além destes instrumentos metodológicos realizados pela equipe do FragUrb, foram realizados trabalhos de campo, nos quais possibilitaram conversas informais com moradores e fotografias dos bairros, buscando atingir uma diversidade de posições destas mulheres nos diferentes bairros periféricos pobres de Ituiutaba.

Nos dois primeiros capítulos são apresentadas as discussões teóricas que embasam a pesquisa, sendo que no primeiro são debatidos os temas da fragmentação socioespacial e do direito à cidade, bem como as metodologias para a análise desses processos e no segundo os ligados às desigualdades de gênero e às vivências das mulheres. No terceiro capítulo, as cinco dimensões do cotidiano selecionadas para a pesquisa: habitar, trabalhar, consumir, lazer e mobilidade são analisados a partir das narrativas das mulheres entrevistadas.

¹ O roteiro a partir do qual foram feitas as entrevistas encontra-se anexo ao final do relatório. Tal roteiro foi submetido à avaliação do comitê de ética.

1. COMPREENDENDO O DIREITO À CIDADE E A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

1.1. Direito à Cidade

Os espaços urbanos encontram-se em disputa desde sempre, porém nos últimos tempos essa disputa tem se mostrado ainda mais presente diante das crescentes desigualdades que perpassam as cidades. Seja pelo avanço do capitalismo (e suas tecnologias) e/ou pelos questionamentos sobre o “lugar” de grupos minoritários, temos uma inquietude por parte de pesquisadores da geografia urbana em entender os efeitos dessas desigualdades, revalorizando o conceito de Direito à Cidade.

A concepção do direito à cidade foi difundida inicialmente pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em 1968. O autor observa o período crítico que a França estava passando, com um aumento massivo da população em cidades do país, que não encontravam condições para aportar tais modificações, além de observar o processo de industrialização e urbanização que alterou as formas de produção e apropriação das cidades neste processo. Sua obra foi diretamente criada para criticar os processos de industrialização, urbanização e a maneira pela qual o capitalismo agia para atingir seus objetivos econômicos, encarando a própria produção dos espaços urbanos como forma de maximização dos lucros.

A partir daí o autor começou a debater o conceito e a aplicabilidade da noção de direito à cidade, como forma de se contrapor à lógica capitalista de produção das cidades. Para Trindade (2018), a forma como o direito à cidade é vista na atualidade difere muito do que foi originalmente criado por Lefebvre (1968). Trindade (2018) afirma que a discussão desenvolvida não só no Brasil, mas em toda América Latina, reduz o direito à cidade a ideia de utilizar de maneira ilimitada benefícios e políticas públicas criadas pela cidade, ou seja, o debate iniciado por Lefebvre foi reduzido à instrumentalidade de mecanismos de planejamento urbano, por exemplo.

Neste sentido, não caberia usar o direito à cidade como sinônimo ao direito de moradia, já que o primeiro leva em consideração não só a localização das pessoas dentro do espaço urbano, mas também o poder de acesso desses indivíduos às melhores localização das cidades e suas consequências (TRINDADE, 2018).

O fato é que o termo direito à cidade tem se tornado cada vez mais popular entre estudiosos não só da geografia urbana, mas também entre ativistas de

movimentos sociais e entidades governamentais, fomentando o debate sobre a temática (TRINDADE, 2018), merecendo então esclarecimentos quanto à perspectiva que utilizamos neste trabalho.

Na concepção de direito à cidade desenvolvida por Lefebvre (1968) é inegável o caráter utópico e revolucionário. Para o autor, o direito à cidade seria um mecanismo político construído a partir das lutas de movimentos sociais para combater a ideia capitalista de produção das cidades, cujo resultado transformava o espaço urbano em mais uma peça a serviço do dinheiro (TRINDADE, 2012).

Lefebvre nesta obra estava preocupado em defender a sua ideia de rompimento com o ordenamento urbano capitalista existente na época e para isso ele dava enfoque ao protagonismo da classe trabalhadora para conquistar esse feito, “tomando” a cidade como um todo, sem qualquer tipo de restrição a estas pessoas, que na realidade descrita só podiam frequentar determinadas áreas das cidades para o trabalho ou prestarem algum tipo de serviço, sem nem mesmo pensar utilizar estes espaços para lazer, por exemplo.

Para a presente discussão, tomamos como base a concepção desenvolvida por Lefebvre, voltada para o campo filosófico, e trazemos para o debate as discussões de autores contemporâneos sobre a temática. Para o autor David Harvey (2014), geógrafo inglês marxista, a concepção atual de direito à cidade não pode ficar presa de forma ortodoxa à concepção criada por Lefebvre, visto que os processos e sujeitos foram se alterando, exigindo atualizações do entendimento. Por exemplo, enquanto Lefebvre (1968) destaca o protagonismo da classe trabalhadora, Harvey (2014) traz para o debate os diferentes movimentos sociais e suas lutas travadas no dia a dia afim de modificar as configurações urbanas nas quais estes sujeitos estão inseridos:

Para examinar outro exemplo, quando todos os tipos de movimentos sociais se reuniram no Fórum Social dos Estados Unidos em junho de 2007, em Atlanta, e decidiram criar uma Aliança pelo Direito à Cidade nacional com conexões ativas em cidades como Nova York e Los Angeles, em parte inspirada pelas conquistas dos movimentos sociais urbanos no Brasil, eles o fizeram com desconhecimento quase total do nome de Lefebvre. Depois de anos de lutas por suas pautas específicas (pessoas sem -teto, gentrificação e desalojamento, criminalização dos pobres e dos diferentes etc.), concluíram separadamente que a luta pela cidade como um todo envolvia suas próprias lutas. Juntos, achavam que poderiam ser bem-sucedidos mais rapidamente. E, se movimentos diferentes - porém análogos em sua causa - podem ser encontrados, isso tampouco ocorre por algum tipo de lealdade às ideias de Lefebvre, mas exatamente porque as Ideias de Lefebvre, como as deles, surgiram basicamente das ruas e bairros de cidades doentes. Desse modo, em uma recente compilação, os movimentos pelo direito à cidade (apesar da

diversidade de sua orientação) encontram-se em plena atividade em dezenas de cidades de todo o mundo (HARVEY, 2014, p.14-15).

Então, segundo o autor, a noção de direito à cidade tem ligação direta com o descontentamento e com os anseios de grupos sociais formados pelas classes mais pobres e pelos mais oprimidos, considerando múltiplas formas de opressão. Harvey (2014) não nega a importância de Lefebvre, reafirmando isso ao reconhecer o trabalho do autor de propor um modelo novo de cidade contra a influência do capitalismo e o processo de urbanização que ocorria na época, ressaltando a importância da prevalência do valor de uso sobre o valor de troca na vida cotidiana das cidades:

Somente quando a política se concentra na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dá origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana (HARVEY, 2014, p.21).

Para Harvey (2014) o tipo de cidade que se almeja estaria diretamente ligado ao tipo de pessoa que cada sujeito busca ser, com as relações que se pretende construir, à interação com a natureza, sendo assim impossível de analisar cada um desses elementos de maneira isolada:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014, p. 28).

Harvey defende em sua obra que a existência das cidades se deu basicamente por uma aglomeração de pessoas e por um excesso de produção, sendo fundamentalmente um processo ligado às diferenças de classes:

Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais) (HARVEY, 2014, p.30).

Para o autor, o capitalismo e a aceleração/ampliação do processo de urbanização caminham juntos e um depende do outro para existir. Uma vez que o capitalismo estará

sempre produzindo mais do que realmente necessita, gerando assim um excedente, e é essa sobra que é demandada pelo processo de urbanização e no mesmo sentido o capitalismo necessita do processo de urbanização para consumir a produção excedente, gerando um ciclo vicioso entre os dois fenômenos.

Harvey nos afirma que em uma crise o trabalho tende a perder seu valor e o desemprego aparece em grande escala e é neste momento que a urbanização surge como processo ativo, consumindo o que foi produzido em excesso fazendo assim com que as empresas continuem sua produção visando o lucro (HARVEY, 2014). O autor vai usar como exemplo claro deste fenômeno a crise sofrida por Paris, ele elogia a autoridade da época por entender e colocar em prática a resolução de um problema de excedentes de capital e desemprego utilizando a urbanização:

A reconstrução de Paris absorveu imensas quantidades de mão de obra e capital para os padrões da época e, junto com a supressão autoritária das aspirações da força de trabalho parisiense, foi um instrumento fundamental para a estabilização social (HARVEY, 2014, p.34).

O autor então afirma que a Paris se transformou na cidade luz, onde o turismo podia ser observado a cada esquina, nos bares e restaurantes, residências fixas de grandes marcas e a fonte da indústria da moda. E isso fez com que houvesse grande consumo desenfreado da produção excedente, porém não era um consumo estendido a toda população e isso acabou gerando um desequilíbrio na economia francesa no ano de 1868 (HARVEY, 2014). Napoleão, na tentativa de mudar o cenário, declarou guerra à Alemanha e foi derrotado. Diante deste cenário, Harvey afirma que se criou uma brecha para o surgimento de um dos “maiores episódios revolucionários da história capitalista urbana” no século XIX, a Comuna² (HARVEY, 2014).

Harvey então evidencia as falhas existentes no sistema, alerta que as cidades passavam por um processo de divisão e fragmentação cada vez maior, como consequência destes processos, poderiam surgir conflitos pela desigualdade de divisão do poder e riqueza. O Estado passou a intervir diretamente nesta relação e como consequência ganhou ainda mais poder para decidir onde e para quem seria destinada a parte excedente

² A Comuna de Paris foi criada em parte devido à nostalgia do mundo urbano que havia sido destruído por Haussmann (ecos da Revolução de 1848) e ao desejo de recuperar sua cidade por parte dos desalojados pelas obras de Haussmann. Contudo, a Comuna também articulou visões progressistas conflitantes de uma modernidade socialista alternativa (em contraposição ao capitalismo monopolista) que opôs os ideais de controle hierárquico centralizado (a corrente jacobina) às concepções descentralizadas anarquistas (defendida pelos proudhonianos).

da produção, tomando para si o controle. Harvey vai criticar essa concentração de poder do Estado, pois na sua visão, esse controle só funcionaria se fosse devolvido para o povo de forma democrática.

Ele afirma que atualmente o direito à cidade está restrito nas mãos de uma pequena parcela da elite, tanto na esfera econômica quanto na política, e é esta pequena parcela que molda as cidades a partir de seus próprios interesses, dita a regras e o que de fato vai pertencer a cada sujeito:

Nas cidades norte-americanas, muitos bairros, e até comunidades periurbanas inteiras, ficaram praticamente às moscas e sujeitas a vandalismos, arruinadas pelas práticas de crédito predatórias das instituições financeiras. Essas pessoas não recebiam bônus (HARVEY, 2014, p.44).

Harvey deixa claro no trecho acima como esse direcionamento capitalista na produção das cidades é nocivo, ao deixar de lado grandes parcelas da cidade e da sociedade que não são vistos como economicamente rentáveis aos olhos capitalistas. O autor também vai destacar a importância das lutas de classe, principalmente as anticapitalistas nas cidades e ainda faz uma previsão acerca do que acredita poder acontecer ainda e neste século:

Mas ainda estamos para ver, no século XXI, que um movimento coerente de oposição a tudo isso venha a ocorrer. É de conhecimento geral que já está em andamento um grande e diversificado número de lutas e movimentos sociais urbanos (no sentido mais amplo do termo, isto é, aquele que também inclui os movimentos nas zonas rurais). Em muitas partes do mundo, são abundantes as inovações urbanas acerca da sustentabilidade ambiental, da incorporação cultural dos imigrantes e do desenho urbano dos espaços habitacionais públicos. Contudo, elas ainda precisam se concentrar no objetivo único de adquirir maior controle sobre os usos do excedente (para não falar das condições em que se dá sua produção). Um passo rumo à unificação dessas lutas - ainda que de maneira alguma o último - consistiria em concentrar-se clara e inequivocamente nesses momentos de destruição criativa nos quais a economia de acumulação de riquezas se transforme violentamente na economia de espoliação e ali proclame, em nome dos espoliados, seu direito à cidade - seu direito a mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos (HARVEY, 2014, p. 65).

Nestas perspectivas, Harvey vai afirmar que o direito à cidade é um direito coletivo concentrado, um direito de construir o que não existe:

É por esse motivo que o direito à cidade deve ser entendido não como um direito ao que já existe, mas como direito de reconstruir e recriar a cidade como um corpo político socialista com uma imagem totalmente distinta: que erradique a pobreza e a desigualdade social e cure as feridas da desastrosa degradação ambiental. Para que isso aconteça, a produção das formas destrutivas de urbanização que facilitam a eterna acumulação de capital deve ser interrompida (HARVEY, 2014, p. 247).

O autor constrói sua ideia de direito à cidade e de uma possível revolução urbana no decorrer de toda sua obra, reafirmando a ideia de que pessoas com pensamentos divergentes podem sim lutar juntas contra o capitalismo, mas isso só seria possível se essas pessoas criassem consciência do seu papel na sociedade e na coletividade como agentes transformadores a fim de construir uma cidade socialista sobre os restos de um sistema urbano difundido no capitalismo cujo objetivo é visar o lucro.

Harvey (2014) enfatiza o papel dessa noção de coletividade para a revolução urbana. Ele defende que para se alcançar a revolução será preciso a reformulação de pensamentos e de estudos anticapitalistas, além de uma coordenação global baseada nas decisões de redes urbanas, podendo até existir hierarquia, mas não concentrando o poder na dimensão corporativa. O autor vai defender um modelo urbanístico horizontal, igualitário e democrático, no qual pode haver divergências nas tomadas de decisões, mas que o objetivo principal se torne o combate ao sistema capitalista enraizado na sociedade, reivindicando o poder coletivo sobre a cidade.

Tavolari (2016) busca entender o direito à cidade a partir da perspectiva dos movimentos sociais. O autor destaca que o termo direito à cidade tem sido utilizado de maneira exacerbada e indiscriminada, correndo o risco de esvaziar o conceito de sentido, visto que muitas vezes, aqueles que têm a intenção de ser taxados como críticos nos estudos urbanos buscam criar e desenvolver seus próprios conceitos de direito à cidade, esquecendo de buscar os fundamentos do conceito, passando pelo debate e atualização do pensamento de Lefebvre:

Do ponto de vista dessa matriz crítica, o atual interesse despertado pelo direito à cidade é visto como revival de um autor que, apesar de seu lugar de pioneiro, havia sido praticamente esquecido, lido por muito tempo apenas em círculos acadêmicos restritos e pouco influentes. Seria então o caso de se perguntar o que mudou nesse intervalo de mais de trinta anos para que as ideias do livro voltassem a ser debatidas com intensidade tanto na academia quanto na esfera pública. Mas essa forma de ler trata da recepção de *Le Droit à la ville* de um ponto de vista muito específico: o de acadêmicos norte-americanos e europeus que passaram a dar importância ao direito à cidade a contrapelo de movimentos sociais organizados em vários países, que havia muito tinham incluído o termo em seu vocabulário de reivindicações, e de uma academia que não escrevia em língua inglesa. É, portanto, necessário que a pergunta seja colocada de outra forma. Isso significa olhar para como o conceito foi mobilizado ao longo desses anos, sem, portanto, pressupor um ressurgimento inesperado. E, para tanto, vou me valer de um recorte e de um atalho (TAVOLARI, 2016, p. 97).

O autor também vai analisar a absorção do direito à cidade no Brasil. Para Tavolari (2016) isso ocorreu pelo fato de que as ideias de Lefebvre passaram a ganhar notoriedade somadas a três pressupostos assim descritos por ele:

[...] a recepção se deu durante a ditadura civil-militar, contexto em que noções de direito, justiça e democracia tinham peso social ainda maior. O segundo é a grande repercussão dessas ideias em diferentes campos disciplinares em razão do vínculo estabelecido entre intelectuais de várias áreas e movimentos sociais urbanos. O terceiro pressuposto é a função de mediação desempenhada pelos intelectuais militantes nesse período: é por meio deles que os movimentos passam a conhecer e reivindicar o direito à cidade (TAVOLARI, 2016, p. 98).

Tavolari (2016) afirma também que a partir da junção das ideias de Lefebvre sobre direito à cidade e de Castells sobre as lutas de movimentos sociais pelo acesso a equipamento de consumo coletivo, eclodiu no país uma nova maneira de enxergar o direito à cidade, a partir do que ele denomina como miséria urbana (TAVOLARI, 2016).

O direito à cidade no Brasil passou então a ser utilizado para entender a cidade produzida de maneira não igualitária. No período de redemocratização as suas concepções ficaram ainda mais em evidência, pelo surgimento de um sentimento de criação de um novo modelo de cidade que pudesse atender a todos através das mudanças políticas que viriam a ocorrer no país.

O meio acadêmico brasileiro também acabou criando um apreço pela forma que Lefebvre discorria sobre as desigualdades ocorridas no dia a dia das pessoas, e foi partindo deste princípio que Tavolari afirma que:

[...] “direito à cidade” não é uma categoria nativa, ou seja, não é mobilizado por quem protesta. É muito mais uma tentativa de organizar lutas fragmentadas num denominador comum, de ampliar pautas específicas para um contexto mais abrangente com objetivos políticos não imediatos, de dar um sentido à apropriação dos espaços da cidade e das lutas por direitos, na tentativa de traduzir mudanças na cultura política dos movimentos sociais urbanos. E, sobretudo, é utilizado como categoria para compreender a emergência desses movimentos — e menos como conceito associado a um livro de um filósofo francês de tradição marxista que deveria ser contextualizado ou modificado de acordo com o caso brasileiro. (TAVOLARI, 2016, p.102).

Diante deste entendimento que a presente discussão busca compreender o direito à cidade a partir da perspectiva das mulheres que sofrem as diversas violações ocasionadas pela desigualdade de gênero presente em toda sociedade.

Para nós, o conceito de direito à cidade pode ser justificado como garantia de que todos os cidadãos vivam em uma cidade justa, igualitária e sustentável, onde a população em geral tenha acesso a serviços básicos que garantam uma vida de qualidade. Em nível nacional, o direito à cidade foi analisado principalmente em cidades de porte médio, pois o processo de urbanização nessas cidades tem se dado de forma acelerada e desigual. As

indagações que promovem o direito à cidade no Brasil estão diretamente relacionadas às demandas das mulheres, pois o espaço urbano acaba por reproduzir e acentuar as desigualdades socioeconômicas.

Uma das características que podemos observar a partir dos estudos desenvolvidos sobre o tema do direito à cidade no Brasil, é a necessidade de compreender as desigualdades sociais que interferem diretamente na prestação de serviços públicos urbanos. Por meio de pesquisas realizadas em cidades de porte médio, é possível perceber que em bairros onde há concentração de população pobre, os serviços básicos são em sua maioria limitados e até mesmo reduzidos. Os moradores desses bairros pobres carecem de instalações de saneamento de água e esgoto, escolas, postos de atendimento médico, transporte público e áreas de lazer.

É nessa perspectiva que buscamos compreender a luta pelo direito à cidade a partir do direito das mulheres no espaço urbano. Essas mulheres são excluídas e invisibilizadas no espaço público urbano. Estão expostas as violências e assédios. Como resultado disso, acabam tendo a sua mobilidade e oportunidades limitadas. Para garantir o direito à cidade dessas mulheres, é preciso assegurar que esses espaços públicos urbanos se tornem seguros e acessíveis para elas, com o combate à violência de gênero e a promoção ao acesso a serviços básicos como, saúde e assistência social.

1.2. Fragmentação Socioespacial

Tratar sobre o processo de fragmentação socioespacial à primeira vista parece um tanto quanto complexo, uma vez que ainda não existe um consenso sobre sua conceituação.

Para Sposito (2021), a fragmentação socioespacial deve ser tratada como um conceito e não como uma descrição de uma metodologia que pode vir a ser trabalhada. Sposito afirma que a fragmentação socioespacial está diretamente ligada a uma teorização crítica, cujo o seu objetivo é analisar as tensões presentes na relação entre a sociedade e o espaço urbano nos quais estes sujeitos estão inseridos. A autora ainda afirma que os aspectos ligados à fragmentação socioespacial estão em constantes transformações seguindo as modificações sofridas pela sociedade. Partindo desta afirmação, Sposito (2021) vai defender, que por não ser um conceito fechado, esta precisa continuar sofrendo a sua desconstrução e reconstrução para abranger as necessidades analíticas que ainda irão surgir.

Sposito (2021) cita que a noção de fragmentação começou a ser utilizada e difundida no contexto do senso comum e só posteriormente chegou a academia para que

pudesse ser realizado o seu polimento enquanto conceito associado às transformações urbanas. A autora vai defender que a conceitualização da fragmentação socioespacial é polissêmica, pois trata de muitas dimensões ao mesmo tempo, sendo assim um conceito abrangente e múltiplo. Para Sposito e Sposito (2020), o caráter polissêmico do conceito de fragmentação carrega a potencialidade de analisar de modo geral as dinâmicas sociais:

Já indicamos em mais de uma publicação (SPOSITO, 2011; SPOSITO e GÓES, 2013; SPOSITO, 2018) que o termo “fragmentação” é polissêmico e que a ele se atribuem muitos conteúdos, pois vem sendo adotado para tratar de processos contemporâneos de diferentes matizes e, muitas vezes, é uma ferramenta conceitual usada tanto para analisar dinâmicas gerais, na escala mundial, substanciados pela globalização contemporânea, como para explicar mudanças nas formas de estruturação espacial das cidades, numa miríade de possibilidades e situações espaciais. Desse modo, é um conceito multiescalar, mas é necessário, sempre, que o pesquisador deixe claro tanto os planos analíticos que vai privilegiar como as escalas geográficas que elegerá em sua pesquisa (SPOSITO; SPOSITO, 2020, p. 3)

Os autores (2020) alertam que este caráter polissêmico pode gerar um enfraquecimento do conceito e que isso poderá resultar em problemas de interpretação; por isso reafirmam a necessidade de os pesquisadores da geografia urbana serem precisos ao tratarem sobre a temática.

Sposito (2021) ainda nos diz que mesmo diante de uma discordância sobre o conceito da fragmentação socioespacial, é possível enxergar a unanimidade no objeto de estudo, o qual seria, analisar as dinâmicas sociopolíticas e econômicas no espaço urbano. A autora então vai afirmar que de um ponto de vista metodológico a fragmentação socioespacial contribui na compreensão das novas acepções geradas entre o tempo e o espaço nos espaços urbanos contemporâneos.

Sposito (2021) afirma que o conceito de fragmentação socioespacial, do ponto de vista de muitos estudiosos, pode ser aplicado para compreender a relação entre a globalização e os processos existentes nas metrópoles, porém ela destaca que, mais recentemente, o conceito serve também para compreender a relação entre a globalização e o espaço urbanos de cidades médias e até pequenas, sendo necessário nos atentarmos para as singularidades que perpassam esses diferentes contextos urbanos.

Ressalte-se que tal afirmação é de grande valia para esta pesquisa, uma vez que a cidade escolhida para o estudo não é uma cidade metropolitana, mas que apresenta, de diferentes maneiras, características do processo de fragmentação socioespacial no âmbito de uma cidade de porte médio. Sposito (2021) ao afirmar que a fragmentação

socioespacial poderia ser compreendida a partir de qualquer espaço urbano traz credibilidade para a presente discussão.

Superado este ponto se faz necessária a compreensão da fragmentação socioespacial no Brasil, entender de qual (ais) maneira (s) este conceito foi inserido e desenvolvido no país. Sposito e Sposito (2020) afirmam que Milton Santos foi o pioneiro desta discussão no Brasil, visto que apresenta uma primeira noção de fragmentação socioespacial no Brasil, no seu livro *“Metrópole Corporativa Fragmentada – O caso de São Paulo”* (1990). Sposito e Sposito (2020) indicam que mesmo que Santos não tenha se dedicado nesta obra para a conceitualização da fragmentação socioespacial, é possível analisar noções básicas deste estudo, no capítulo denominado “Imobilidade relativa e fragmentação da metrópole. Os transportes”. Neste capítulo Santos vai descrever o colapso e as precariedades na prestação do serviço público de transporte. Ele afirma existir uma relação de dependência dos trabalhadores com o transporte coletivo:

Somente para termos uma idéia do que é a dependência da população trabalhadora em relação aos transportes coletivos, podemos nos valer de um estudo muito esclarecedor, a pesquisa origem e destino empreendida em fins dos anos 70. Por aí se vê como a cidade capitalista, graças à respectiva distribuição dos usos do solo, com a localização anárquica das atividades e das residências, agrava a problemática das populações mais pobres. Essas cifras, embora limitadas aqui ao setor fabril, indicam como são numerosos (SANTOS, 1990, p. 77).

Santos (1990) faz uma crítica direta à cidade capitalista, apontando que a parcela da classe trabalhadora morando no mesmo setor em que trabalham é bem pequena. O autor afirma ainda que “quanto mais pobre for o trabalhador, mais dependente ele se torna do transporte público” (1990, p. 78).

A explanação de Santos (1990) sobre essa temática pode ser comparada com as ideias desenvolvidas por Harvey (2014) já explanadas nesta pesquisa, posto que é possível analisar o direito à cidade (neste caso, a ausência deste) com a fragmentação socioespacial. Harvey (2014) critica o modelo urbano adotado nos dias atuais, no qual o poder está concentrado na mão de uma pequena, mas poderosa parcela da população. É esta pequena parcela poderosa que vai ditar o modo pelo qual a sociedade vai se organizar a fim de atender os seus interesses pessoais e econômicos, utilizando inclusive a política para defender tais interesses.

Como Santos (1990), vai afirmar as condições de transporte público urbano daquela época eram (e ainda são) extremamente precárias, sendo que os trabalhadores

precisam se deslocar de uma cidade para a outra até chegar em seus trabalhos num sistema em que o número de ônibus das frotas não comporta a quantidade de trabalhadores.

Isso tudo demonstra o quão é desinteressante para quem está no controle do poder (políticos e empresários) tal situação, mesmo sabendo que seria possível revertê-la, porém nada é feito ainda que isso significasse uma melhoria no desempenho do trabalho destes funcionários.

Segundo o IBGE (2019), os trabalhadores despendem em média quase 9 horas semanais no deslocamento entre suas casas e o trabalho. Isto porque grande parte destes trabalhadores residem em setores apartados do fluxo das cidades, dificultando o acesso não somente aos seus locais de trabalho, mas ao lazer, cultura, saúde e demais espaços que as pessoas residentes nas proximidades ou com boas condições financeiras, não têm dificuldades ao acesso. Nos contextos das cidades médias e pequenas contemporâneas, as distâncias não são tão significativas quanto as das metrópoles, mas o processo de fragmentação socioespacial faz com que as cisões entre os diferentes “pedaços” da cidade se deem por outros mecanismos, que garantem que a apropriação dos espaços com mais estruturas será seletiva e exclusiva dos segmentos mais ricos, mesmo que os pobres estejam vivendo ao lado.

Mesmo que Santos (1990) não tenha tratado da conceitualização da fragmentação socioespacial, o autor já demonstrava nesta obra indícios de que o Brasil estaria passando por uma reestruturação da relação centro-periferia, além de apontar novos modelos de fragmentação socioespacial (SPOSITO, 2021).

Paralelamente, às transformações na produção dos espaços urbanos foram sendo identificadas por pesquisadores de diferentes países, como Salgueiro (1998), Prevôt-Schapira (1999, 2000, 2001) e Navez-Buchanine (2002), que identificaram indícios do processo de fragmentação socioespacial em cidades na Europa e na América Latina. Todos os trabalhos convergem para o caráter de novidade do processo de fragmentação, que se mostrava distinto de outros processos como os de diferenciação e de segregação socioespacial, que eram tradicionalmente identificados no estudo das cidades, visto que as desigualdades historicamente presentes na produção dos espaços urbanos podiam ser vistas a partir dos tecidos urbanos e das localizações das diferentes atividades cotidianas.

Assim, entendemos que a fragmentação socioespacial se relaciona com os processos de diferenciação e de segregação socioespacial, mas que é diferente deles, por apresentar características de rupturas sociais e espaciais mais fortes do que as presentes

nos demais processos. Nesse sentido, para Salgueiro (1998), a fragmentação socioespacial pode ser entendida como:

[...] uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca. A fragmentação traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios (SALGUEIRO, 1998, n.p).

Outro aspecto a ser considerado é que as cidades marcadas pelo processo de segregação tendiam a ser comandadas pela lógica centro-periferia, com a localização dos mais ricos nas áreas mais centrais e dos mais pobres nas áreas mais periféricas, essa era realidade na época em que os estudos da autora foram difundidos. Atualmente, notamos que esta noção, não mais se encaixa nas cidades, uma vez que, podemos observar a construção de empreendimentos de luxo em áreas periféricas e diante da desvalorização das áreas centrais a presença de cidadãos pobres residindo e até mesmo ocupando de forma irregular imóveis centrais. Sposito e Sposito (2020), afirmam não mais existir essa divisão, pois a realidades socioeconômicas dividem o mesmo espaço e o que os separam são muros.

Salgueiro (1998) afirma que nas cidades industriais a segregação era funcional e social. Funcional pelo fato de que as áreas estavam diretamente interligadas, uma dependia da outra para funcionar, como se existisse um sistema hierárquico. Os setores de serviços e comércios eram extremamente polarizados e gerenciados em uma localidade central ou residencial e como consequência disso surgiria a hierarquização social.

A segregação teve seus pilares fundidos na cidade industrial e moderna sob o prisma da economia. Deste processo então surgiu o urbanismo funcionalista moderno, cuja principal característica foi o zoneamento. Com o processo de urbanização acelerado as áreas sociais se tornam homogêneas, sendo que a área que as pessoas residiam passou a gerar estatutos na sociedade além de gerar a posse de bens (SALGUEIRO, 1998).

Diante dessas transformações, o Estado começou a intervir, organizando e regulando o planejamento urbano, ou seja, o Estado passou a influenciar onde ficaria cada grupo social e as atividades econômicas. Isso acabou por gerar e acentuar desigualdades, uma vez que a riqueza e o poder se localizaram no centro, onde havia o maior acesso aos recursos e os trabalhadores foram colocados à margem destes centros criando assim as periferias, onde a estrutura era extremamente precária (SALGUEIRO, 1998), fazendo

com que pudéssemos identificar no plano dos tecidos urbanos as áreas pobres segregadas nas periferias, separadas pela distância das áreas mais centrais.

Já nas cidades contemporâneas, temos uma complexificação destes processos, com a tendência de superação da lógica centro-periferia pela lógica fragmentária, no contexto de uma reestruturação da cidade intensa. Para Salgueiro (1998) a principal característica para isso ter ocorrido foi a crescente produção de enclaves:

A principal característica que importa sublinhar na cidade fragmentada é a existência de enclaves, o caráter pontual de implantações que introduzem uma diferença brusca em relação ao tecido que as cerca, seja um centro comercial numa periferia rural ou um condomínio de luxo no meio de um bairro popular. Desta característica resulta a existência de rupturas entre tecidos justapostos as quais substituem a continuidade anterior (SALGUEIRO, 1998, p. 41).

Salgueiro (1998) então vai afirmar que esta característica acaba por resultar na ruptura entre o centro e a periferia, visto que “o centro perde a especificidade regional e acolhe funções determinadas por processos longínquos de caráter global e a continuidade com a periferia é desafiada pela multiplicação das centralidades” (SALGUEIRO, 1998).

Deste modo é possível analisar que o que se entende por centros e periferias está passando por transformações causadas pela disseminação dos enclaves. Este aspecto é importante pois, além da produção de novas centralidades, para além do centro principal/tradicional, as periferias ganham novos conteúdos e deixam de estar associadas apenas com a pobreza, como nas cidades segregadas, visto que na perspectiva dos enclaves é possível que espaços destinados para a elite, como condomínios fechados e shopping centers estejam localizados em áreas periféricas, como demonstrou Sposito (2004). A possibilidade de estar em contiguidade espacial sem estabelecer relações de continuidade com o entorno é justamente uma das características centrais do processo de fragmentação socioespacial (SALGUEIRO, 1998; PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2000; SPOSITO e GÓES, 2013).

Este aspecto é que justifica nossa escolha de utilizar no título deste trabalho a expressão periferias pobres de Ituiutaba para indicar as áreas de residência das mulheres estudadas, visto que reconhecemos que atualmente espaços destinados a segmentos mais ricos também podem ser localizar nas periferias das cidades, gerando a necessidade de explicitar de qual periferia estamos tratando.

Salgueiro (1998) afirma que as cidades em processo de fragmentação estão cada vez menos especializadas, pois o espaço urbano está sofrendo alterações pela tendência da produção de áreas com atividades mistas, servindo para substituir as áreas

especializadas de zoneamento, mesmo que esta especialização ainda exista em muitas cidades. A autora discorre ainda sobre o aparente padrão aleatório das incorporações urbanas contemporâneas, que não seguem os preceitos locacionais tradicionais baseados na lógica centro-periferia, colocando a necessidade de novas abordagens explicativas:

Este padrão aleatório é simplesmente produto social do jogo do mercado imobiliário pouco regulado, de processos especulativos de valorização, e não tanto das condições locais em termos de distância ao centro ou a zonas de emprego, do nível local do comércio e dos equipamentos ou da qualidade do ambiente. Deste modo os modelos da estrutura urbana de inspiração positivista como os produzidos pela ecologia fatorial ou mesmo pelo comportamento da renda fundiária perdem capacidade explicativa (SALGUEIRO, 1998, p. 41).

Este padrão aleatório pode ser notado também em Ituiutaba, uma vez que, por exemplo, os conjuntos habitacionais dos programas sociais são construídos costumeiramente em áreas distantes do centro em espaços desvalorizados ao mesmo tempo em que ao lado destes conjuntos habitacionais podem se localizar condomínios fechados de alto padrão, como é o caso do conjunto Gilca Vilela Cancelli - produzido a partir do Programa Minha Casa Minha Vida - e o loteamento fechado chamado de Condomínio Ituiutaba - empreendimento de alto padrão, conhecido como Condomínio dos Médicos.

Salgueiro (1998) vai defender também a ideia de que as cidades em processo de fragmentação substituem as cidades segregadas, mesmo que as situações de segregação socioespacial não tenham desaparecido. Sposito (2021) afirma que esta visão de Salgueiro é baseada nos estudos elaborados a partir das suas análises das cidades europeias e que para as cidades da América Latina as consequências da fragmentação socioespacial diferem um pouco.

Segundo Sposito (2021) as pessoas na atualidade têm cada vez mais saído dos seus bairros para buscar lazer, trabalho e até mesmo a convivência, sendo que este deslocamento vem acontecendo por consequência da expansão das cidades, ao ponto de que a circulação tenha se tornado mais importante do que a localização quando pensamos na realização das práticas cotidianas, constituindo uma das características a serem observadas no processo de fragmentação socioespacial.

Pode-se afirmar, então, que na atualidade existe menos integração entre as diferentes partes das cidades do que ocorria em tempos passados, pois a apropriação dos espaços urbanos nesta época ocorria de maneira mais simples, como por exemplo, percorrendo a cidade toda a pé ou de bicicleta. Sposito (2021) afirma que os veículos

automotivos são os grandes responsáveis por gerar estes afastamentos de interação entre as diferentes partes das cidades e como consequência das pessoas.

Sposito (2021) afirma existir três perspectivas a serem observadas nas cidades (grandes, médias e até mesmo nas pequenas) sobre a fragmentação socioespacial na América Latina. A primeira delas é a ideia de atomização da fragmentação nas cidades: se antigamente pessoas pertencentes aos segmentos mais pobres tinham determinada localidade como única opção de moradia, na atualidade isso já não é mais tão preciso. Estas pessoas estão distribuídas em vários fragmentos da cidade, sendo que não se pode mais afirmar que as áreas centrais só abrigam a elite, assim como não se pode afirmar que as áreas periféricas abriguem somente pessoas pobres. A estruturação destes espaços já não se dá de maneira simples no âmbito da fragmentação socioespacial.

A segunda perspectiva apresentada por Sposito (2021) é sobre as novas formas de demarcações e limites para determinar as fronteiras entre os segmentos sociais, muito mais complexas e diversificadas nas cidades em processo de fragmentação. Sposito (2021) afirma então que isso irá gerar a terceira perspectiva, a qual seria, desencadear novos modos de separação e como consequência dificuldades para a apropriação do espaço urbano como totalidade.

Segundo Magrini (2013), devido às inúmeras desigualdades observadas nas cidades, se faz necessário atentar-se ao fato de que o processo de diferenciação socioespacial tem ganhado novos contornos, favorecendo o evitamento e o isolamento dos cidadãos nos diferentes tipos de enclaves socioespaciais.

Magrini (2013) aponta para duas temáticas que vêm ressignificando a segregação socioespacial e que como consequência têm alavancando a fragmentação socioespacial:

Os temas da violência e da insegurança urbana associados crescentemente às diferentes cidades, também requalificam o processo de segregação socioespacial e dão novo impulso à fragmentação socioespacial, ao fomentar a produção de barreiras materiais e simbólicas para separar os espaços onde se tem uma percepção maior de segurança, daqueles considerados como mais inseguros, além dos cidadãos com quem as relações de sociabilidade são mais seguras, daqueles com quem o contato é tido como perigoso e deve ser evitado (MAGRINI, 2013, p. 367-368).

Por mais que estes dois temas não estejam sendo discutidos diretamente na presente pesquisa, se faz necessário evidenciá-los uma vez que, o estudo deste trabalho sofre influência direta dessas temáticas. Isso pelo fato de que são produzidos e reproduzidos estigmas socioespaciais em relação a qualquer pessoa que resida nas áreas pobres da

cidade, associadas ao crime e ao perigo, sendo que o local de residência vai acrescentando camadas a outros estigmas socioespaciais como os ligados ao gênero, cor da pele e a condição socioeconômica.

Para Magrini (2013) a fragmentação socioespacial é constituída por três camadas:

Nosso entendimento da fragmentação socioespacial é construído a partir da sobreposição de três dimensões complementares: a) as alterações nos tecidos urbanos, b) as mudanças nas práticas espaciais, com destaque para as relações de sociabilidade e c) as significações que integram o imaginário dos cidadãos (MAGRINI, 2013, p.369).

Isso porque esses elementos se misturam e interligam-se entre si na formação da fragmentação socioespacial, gerando assim um amálgama de processos e dimensões a serem analisados, que nem sempre podem ser observados apenas no plano dos tecidos urbanos (MAGRINI, 2013).

Magrini vai complementar o seu entendimento sobre a fragmentação socioespacial afirmando que:

[..] ela é um processo que resulta da interação de um conjunto de práticas e representações orientadas por uma lógica de separação e evitamento extremos entre diferentes espaços e segmentos sociais, que levam ao enfraquecimento das articulações que mantinham unidas as diferentes partes que constituem as cidades (MAGRINI, 2013, p.369).

Segundo a autora (2013) o processo de fragmentação socioespacial apresenta singularidades nas cidades não metropolitanas, comparecendo em parte destas cidades apenas como tendência, diferindo assim das cidades metropolitanas onde os processos que compõem a fragmentação socioespacial encontram-se mais consolidados (MAGRINI, 2013).

É partindo desta ideia que a presente pesquisa busca construir seus entendimentos, com o intuito de colaborar para as discussões acerca da conceituação do processo de fragmentação socioespacial em cidades não metropolitana.

Santos e Magrini (2020) afirmam que Ituiutaba é considerada uma cidade de porte médio, na qual os enclaves socioespaciais típicos como os loteamentos fechados e shopping centers não têm relevância significativa nos tecidos urbanos, em termos de quantidades destes tipos de empreendimentos, porém as práticas presentes no dia a dia de seus cidadãos revelam existir distanciamentos e isolamentos para alguns grupos sociais da cidade.

Partindo destes pressupostos as autoras irão defender a ideia de que a fragmentação socioespacial não tem de ser analisada apenas do ponto de vista de um levantamento numérico, a partir do mapeamento das localizações de empreendimentos imobiliários considerados tradicionalmente como enclaves socioespaciais, sendo necessário considerar outras dimensões analíticas para a compreensão do processo (SANTOS, MAGRINI; 2020).

Se o único critério para a identificação do processo de fragmentação socioespacial em Ituiutaba fosse a presença de loteamentos fechados e shopping centers na sua malha urbana, faltariam características suficientes para simbolizar a tendência de fragmentação na cidade:

Em Ituiutaba, observamos que, numericamente, a existência desse tipo de empreendimento pode não ser considerada expressiva, visto que há na cidade três loteamentos fechados, sendo que apenas um deles - Portal do Lago - apresenta ocupação significativa, visto que o Condomínio Ituiutaba, conhecido como "Condomínio dos Médicos" apresenta poucas residências e o Condomínio Villagio está em fase de finalização das obras. Temos ainda o empreendimento Pátio Cidade, que, embora tenha dimensões mais parecidas com as de uma galeria comercial, é identificado como um shopping center por seus idealizadores (SANTOS, MAGRINI; 2020, p. 87).

Porém, como já dito anteriormente, outras características se fazem presentes para estudar a fragmentação socioespacial em Ituiutaba, sendo importante analisar o cotidiano das pessoas que aqui residem e suas práticas espaciais e também a constituição dos imaginários urbanos e os estigmas socioespaciais que orientam as cisões entre os diferentes cidadãos e os distintos fragmentos espaciais que compõem a cidade.

Outro elemento que justifica o estudo do processo de fragmentação socioespacial em Ituiutaba diz respeito à afirmação de Sposito (2021) de que nas cidades modernas os cidadãos residentes nos centros e nas periferias têm se deslocado por vários fragmentos das cidades e que por essa razão já não caberia mais afirmar que as áreas centrais seriam apenas para abrigar a elite, assim como as áreas periféricas não abrigam mais somente os segmentos pobres. Nesse sentido, para além das localizações, é necessário analisar conjuntamente as possibilidades de circulação dos cidadãos que indicam uma maior ou menor mobilidade, denotando cotidianos mais ou menos marcados pela fragmentação socioespacial.

Em Ituiutaba temos indícios de que esse processo venha acontecendo, visto que, apesar de ainda existir uma forte dominância da lógica centro-periferia, com grande importância para o centro principal, outras centralidades começam a se delinear, bem como a coexistência espacial de áreas com conteúdo socioespaciais distintos já podem ser

identificadas, apontando para a necessidade de buscarmos compreender esse processo de complexificação dos processos urbanos na cidade.

Diante dos entendimentos aqui expostos sobre direito à cidade e fragmentação socioespacial, debateremos no próximo item o papel das desigualdades de gênero no cotidiano urbano das mulheres, chegando no terceiro capítulo à análise das experiências das mulheres pobres de Ituiutaba-MG.

1.3. Análise do papel das desigualdades vivenciadas pelas mulheres na fragmentação socioespacial e na construção do direito à cidade: procedimentos metodológicos

Como mencionado na introdução, temos como abordagem principal da presente discussão as barreiras sociais que impedem a busca pelo direito à cidade a partir do entendimento de que o processo de fragmentação socioespacial constitui um desses empecilhos no cotidiano de mulheres residentes em áreas periféricas de Ituiutaba – MG.

A fragmentação socioespacial encontra-se presente no dia a dia não só das mulheres residentes da periferia, mas para toda a população que se encontra inserida naquela realidade. No entanto, acreditamos que para as mulheres periféricas, as consequências da fragmentação socioespacial sejam mais intensas e negativas.

No caso de Ituiutaba, temos uma periferização produzida a partir dos conjuntos habitacionais do programa “Minha casa minha vida”, criado em 2009 pelo governo federal, executado em parceria com os governos municipais. Destinado para os segmentos de menor poder aquisitivo e com o contrato sendo preferencialmente feito no nome das mulheres, esses conjuntos habitacionais têm em comum a localização distante do centro e a carência de infraestruturas e equipamentos públicos, que acabam isolando física e simbolicamente esses bairros e sua população, contribuindo para a fragmentação socioespacial.

É possível observar em Ituiutaba-MG, mesmo que as distâncias entre os diferentes pontos da cidade sejam menores que as verificadas nas metrópoles, por exemplo, que o acesso dos moradores desses bairros periféricos ao conjunto da cidade é dificultado, principalmente por limitações na mobilidade, uma vez que o transporte público da cidade é precário e muitos não possuem nenhum meio de transporte individual, ou ainda, quando possuem um veículo, não têm dinheiro para arcar com os custos do combustível. Assim, esses moradores costumam se locomover cotidianamente para fora do bairro apenas para trabalhar, sendo que seu horizonte espacial tende a ser restrito quando pensamos em lazer e consumo, por exemplo.

Quando nos deparamos com os recortes sociais fica ainda mais nítida a interferência direta deste processo no cotidiano da população. É possível notar que para uma mulher, mãe solo e/ou chefe de família, o acesso à integralidade da cidade se torna ainda mais inacessível. Estas mulheres até acessam algumas áreas da cidade, distantes de seus locais de moradia, porém, geralmente apenas para trabalhar.

Para melhor compreender as questões levantadas na pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa, uma vez que, através deste tipo de produção do conhecimento científico podemos nos aproximar das dimensões ligadas ao vivido no cotidiano das moradoras da periferia pobre de Ituiutaba, dando destaque assim, para aspectos que não podem ser mensurados.

Para o autor Flick (2009), a pesquisa qualitativa:

[...] usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo. Os métodos devem ser adequados àquela questão e devem ser abertos o suficiente para permitir um entendimento de um processo ou relação (ver Flick, 2006, para mais detalhes) (FLICK, 2009, p.16).

Sendo assim, a pesquisa qualitativa se mostra pertinente para os objetivos desta pesquisa pois permite que nos aprofundemos na observação do dia a dia das pessoas, com o intuito de assim compreender os processos sociais.

A pesquisa qualitativa busca analisar evidências, através de imagens, vídeos e áudio para compreender com profundidade um fenômeno. Para atingir esse fim, tal procedimento precisa de instrumentos específicos para captar as narrativas e percepções das pessoas. Para este trabalho, foram utilizadas como metodologias principais as entrevistas individuais e trabalhos de campo com anotações e registros fotográficos em bairros periféricos da cidade.

A entrevista tem sido utilizada com uma certa frequência para a produção de informações nas pesquisas científicas. Para que haja sucesso no resultado final é preciso adotar os procedimentos corretos para êxito do material produzido. Para Lakatos e Marconi (2003):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (LAKATO; MARCONI, 2003, p.195).

Através das entrevistas é possível identificar na prática o que tem sido discutido na literatura:

As narrativas permitem ir além da transmissão de informações ou conteúdo, fazendo com que a experiência seja revelada, o que envolve aspectos fundamentais para compreensão tanto do sujeito entrevistado individualmente, como do contexto em que está inserido (MUYLAERT; et al, 2014, p. 188).

O objetivo principal de uma entrevista é obter de seus entrevistados informações e relatos sobre determinado problema a situação na qual os mesmos encontram-se inseridos. Segundo Selltiz (1965) existem seis tipos de objetivos para serem observados durante a condução de uma entrevista:

- a) **Averiguação de "fatos"**. Descobrir se as pessoas que estão de posse de certas informações são capazes de compreendê-las.
- b) **Determinação das opiniões sobre os "fatos"**. Conhecer o que as pessoas pensam ou acreditam que os fatos sejam.
- c) **Determinação de sentimentos**. Compreender a conduta de alguém através de seus sentimentos e anseios.
- d) **Descoberta de planos de ação**. Descobrir, por meio das definições individuais dadas, qual a conduta adequada em determinadas situações, a fim de prever qual seria a sua. As definições adequadas da ação apresentam em geral dois componentes: os padrões éticos do que deveria ter sido feito e considerações práticas do que é possível fazer.
- e) **Conduta atual ou do passado**. Inferir que conduta a pessoa terá no futuro, conhecendo a maneira pela qual ela se comportou no passado ou se comporta no presente, em determinadas situações.
- f) **Motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas**. Descobrir quais fatores podem influenciar as opiniões, sentimentos e conduta e por quê (apud LAKATO; MARCONI, 2003, p.196).

Baseando-se nesses objetivos, mas também na metodologia de pesquisa urbana desenvolvida pelo FragUrb, da qual este trabalho utilizou as entrevistas realizadas pela equipe, ficou evidente que as entrevistas constituem metodologia eficaz para a aproximação do pesquisador com o cotidiano das entrevistadas. Outro aspecto a ser destacado é que as entrevistas se mostraram possíveis de serem realizadas, de forma remota, durante a pandemia da Covid-19. Assim, parte das entrevistas analisadas foram realizadas de forma remota, através de plataformas de videoconferência.

A metodologia de entrevistas adotado pelo FragUrb e conseqüentemente neste trabalho, foi dividida por eixos temáticos de dimensões empíricas conforme o quadro 13:

Quadro 13 – FragUrb. Contribuição da Frente metodológica Entrevistas com Cidadinos para as dimensões empíricas

Dimensões empíricas	Habitar	Trabalhar	Consumir	Lazer	Mobili- dade

Fonte: GÓES *et al.*, 2022.

Essas dimensões empíricas podem ser melhor compreendidas no último capítulo, no qual, a partir do resultado das entrevistas com mulheres residentes nas áreas periféricas da cidade de Ituiutaba-MG, foi possível fazer um recorte sobre essas dimensões nas falas proferidas.

Para Góes *et al.* (2022) o quadro dispendo tais dimensões empíricas não podem ser lidas como um rol taxativo, uma vez que o conteúdo de cada entrevistas depende de múltiplos fatores, tais como, a condução e as informações disponibilizadas pelo entrevistador:

Desse ponto de vista, o quadro acima, ao tomar como referência as dimensões empíricas, é meramente ilustrativo daquilo que, em hipótese, têm importância, nesta frente metodológica, quando consideramos as múltiplas formas de uso do tempo e do espaço cotidianos, uma vez que, em cada uma das entrevistas, a importância de cada dimensão empírica dependerá tanto daquilo que o entrevistado seleciona para responder às questões como da capacidade do entrevistador de inserir novas indagações, desde que o entrevistado ofereça informações ou “ganchos” em sua fala que possibilitam desenvolver aspectos valorizados na pesquisa e/ou não pensados no momento de elaboração do roteiro (GÓES., *et al*, 2022, p.86).

Sendo assim, é preciso um guia norteador para quem esteja conduzindo as entrevistas e para a posterior categorização das informações de maneira clara, que nos possibilite entender como cada informação obtida será distribuída a fim de compreender a problemática desenvolvida no decorrer do diálogo.

O tipo de entrevista escolhido para as entrevistas com essas mulheres foi a entrevista padronizada ou estruturada – nesta metodologia o entrevistador tem em sua mão um roteiro, cujo conteúdo foi previamente estabelecido, a partir do objetivo que se almeja conquistar.

O roteiro do qual resultaram as entrevistas trabalhadas nesta dissertação foi discutido pelos vários pesquisadores integrantes do FragUrb, nas várias reuniões realizadas por plataformas digitais. O cronograma teria início em 2020, porém com a

rápida proliferação da Covid-19, as autoridades sanitárias adotaram medidas de distanciamento para tentarem diminuir a alta contaminação (GÓES *et al.*, 2022, p.88).

Com isso, a pesquisa do projeto sofreu um impacto direto, uma vez que os pesquisadores necessitam ir até as casas dos entrevistados para o desenvolvimento do trabalho de campo. Diante desse impasse, os pesquisadores responsáveis pela metodologia do projeto debateram sobre a viabilidade de outras maneiras para o desenrolar destas entrevistas, a solução encontrada como já mencionado acima foi a realização das entrevistas utilizando as plataformas digitais. (GÓES *et al.*, 2022, p.88).

Com essa reformulação aprovada, começou-se então a elaboração do roteiro, como se segue:

O roteiro de entrevistas é semiestruturado, composto por sete blocos de questões, sendo o primeiro introdutório (A), referente a informações que compõem um perfil da/o entrevistada/o (Quadro 17). Este bloco é importante também para sinalizar possíveis adaptações necessárias ao longo da entrevista, a partir dessas narrativas introdutória (GÓES *et al.*, 2022, p.91).

A – Questões introdutórias

1. Qual sua idade?
2. Qual seu nível de escolaridade?
3. Qual sua faixa de renda familiar aproximada? [Em caso de entrevista com segmentos de baixo poder aquisitivo, perguntar: recebe algum auxílio do governo?]
4. Qual sua ocupação?
5. Onde você trabalha/estuda?
6. Descreva sua rotina num dia comum.
7. Houve mudanças em função da pandemia de COVID-19? [Mobilidade, trabalho...].

B – Habitação

8. Com quem você mora? Quem são essas pessoas? O que elas fazem? Que idades têm?
9. Em que bairro você mora? Há quanto tempo mora neste bairro?
10. Como é o seu bairro? Descreva.
11. Onde morava antes?
12. A casa em que mora hoje é própria? Financiada? Alugada? Cedida?
13. Como é a sua casa? Descreva.
14. O que significa para você ter conseguido essa casa? [Especialmente se for MCMV]
15. A casa já foi reformada? O que foi reformado?
16. [Caso a resposta anterior tenha sido negativa] Gostaria de reformar?
17. A casa anterior era própria ou alugada?
18. Por que você escolheu este bairro para morar?
19. Do que você gosta no bairro?
20. Do que não gosta?
21. Gostaria de se mudar se pudesse? Por quê? Para qual bairro?
22. Em qual bairro da cidade você não moraria? Por quê?
23. [Se não comentou] Como é sua vizinhança?
24. Você tem relações de amizade com os vizinhos?
25. Existe na vizinhança grupo de WhatsApp para compartilhar informações?
26. Existem imigrantes no bairro? Haitianos/venezuelanos/nordestinos?

27. [Caso a resposta anterior for positiva] A existência de imigrantes traz problemas/
conflitos ao bairro?
28. O que você acha da infraestrutura do bairro?
29. O que as outras pessoas pensam/dizem sobre seu bairro?
30. Você considera o seu bairro inseguro? Por quê?
31. Você adota medidas de segurança na sua casa? Quais?
32. Nas cidades que pesquisamos, temos visto que os condomínios fechados estão em
expansão. E aqui? O que acha disso?
33. [No caso de entrevista em conjunto com MCMV] E quanto ao fim do MCMV – Faixa
1, qual a sua opinião?
34. Participa de associação de bairro, sindicato, associação de pais na escola, entidade
profissional, reuniões de ONGs ou CRAS, audiências públicas... ou alguma
outra entidade
desse tipo? Por quê?
35. Como e onde vê seu futuro?

C – Lazer

36. Como é o seu lazer? Onde?
37. Qual a frequência das suas atividades de lazer?
38. Tem espaços públicos no bairro em que mora (praças, parques, feiras, pista de caminhada,
biblioteca, calçadão etc.)?
39. [Em caso de resposta positiva] Você os utiliza? Quais deles? Para quais atividades?
40. [Em caso de entrevistas com moradores de espaços fechados com áreas de lazer de uso
privado] Você utiliza a área de lazer do seu condomínio? [Se sim] Com que frequência?
[Se não] Por que não?
41. Você sabe se há espaços públicos [fora do seu bairro] na cidade [parques, praças,
feiras, pistas de caminhada, bibliotecas etc.]? Quais?
42. Frequenta esses lugares? Por quê?
43. [Em caso de resposta negativa] Você gostaria de frequentá-los? Por que não frequenta?
44. Você costuma ficar em casa? Fica muito tempo em casa? Gosta de ficar em casa?
45. Utiliza plataformas da internet para assistir filmes e seriados? Costuma fazer isso
sozinho ou acompanhado?
46. [Em caso positivo] A existência dessas plataformas para assistir na internet
te motiva
a sair menos de casa?
47. Você utiliza redes sociais? Quais? Considera isso atividade de lazer?
48. As redes sociais ajudaram a fazer amigos? Você marca encontros com os amigos/
parentes pelas redes sociais?
49. [Caso não tenha sido mencionado] Costuma ir à igreja/espço de culto religioso/
espiritual? Considera isso uma atividade de lazer?
50. Você se relaciona com as pessoas da igreja/espço de culto fora do ambiente da
igreja?
51. A igreja/espço de culto que você frequenta fica no bairro?
52. Qual o nome da igreja/espço de culto?

D – Mobilidade

53. Como você se locomove na cidade?
54. Você vai a algum lugar a pé ou de bicicleta? Por quê?
55. Utiliza transporte coletivo [lotação/ônibus]? Por quê?
56. [Em caso de resposta positiva] Você conversa com as pessoas no transporte ou no ponto ou percebe que elas conversam entre si nesses ambientes?
57. Utiliza carro ou moto? Em quais situações?
58. Utiliza aplicativos como Uber, 99 etc.?
59. Vai ao centro da cidade?
62. Se fosse explicar para alguém que não conhece [nome da cidade], como localizaria o centro e seus limites? [Ou, onde fica o centro dessa cidade?]
- 63.[Caso tenha havido mudança de endereço] Como a mudança para este bairro afetou os deslocamentos e os usos da cidade? (GÓES *et al.*, 2022, p.91-94).
64. [Para entrevistas do Quadro 16] Há empregados na sua residência [diaristas, jardineiros etc.]?
65. [Em caso de resposta positiva] Sabe onde moram e como se locomovem para o trabalho?

E – Consumo

66. Onde faz as compras da semana ou do mês? [Detalhar os nomes dos supermercados, sacolões, feiras etc. e suas localizações]
67. Onde você compra roupas e sapatos? [Detalhar os nomes das lojas e suas localizações]
68. [Se não comentou antes] Vai ao shopping center?
69. [Em caso de resposta positiva] Em qual? Fazer o quê?
70. Costuma comprar sem sair de casa? Por internet, telefone, aplicativo? Por quê? O que comprar?

F – Trabalho

71. [Você mencionou que trabalha com.../estuda] Como se locomover para o trabalho?
72. Qual o horário de entrada e saída no trabalho?
73. Quanto tempo leva para ir e voltar do trabalho?
74. Você costuma voltar para casa na hora do almoço?
75. Seu emprego possibilita trabalhar em casa? Faz isso com frequência?
76. Seu trabalho atual é formal ou informal, setor público ou privado?
77. Você já trabalhou em outras atividades? Quais? (GÓES *et al.*, 2022, p.91-94).

As perguntas que fazem parte do presente roteiro foram construídas com base nas experiências dos pesquisadores integrantes do FragUrb. Com a versão final do roteiro, foi feita uma espécie de testagem nas cidades cobertas pelo projeto. Com este primeiro teste via plataformas virtuais foram realizadas pequenas adaptações para melhor atender as necessidades das entrevistas virtuais, assim aprovando uma versão final do roteiro de entrevistas (GÓES *et al.*, 2022p.94).

Com o roteiro aprovado, o novo desafio dos pesquisadores foi o contato com as possíveis pessoas entrevistadas. Para isso foi utilizada a experiência adquirida ao longo

dos anos de pesquisas dos integrantes do FragUrb, combinada com uma rede de contatos nas cidades escolhidas para a realização da pesquisa:

Como em experiências anteriores, as estratégias para conseguir colaboradores dispostos a conceder uma entrevista focaram-se nas redes de contatos conhecidos nas nove cidades, de forma que, havendo relações de confiança, houvesse mais concordância com a participação. Combinado a isso, ao final de cada entrevista, solicitávamos a indicação de outro possível colaborador. Os primeiros contatos ocorreram por mensagens de WhatsApp, nas quais os pesquisadores estabeleciam uma relação amistosa com o colaborador, articulando o agendamento da entrevista segundo as possibilidades de horários do entrevistado. Quando são feitas presencialmente, a preferência é sempre pela casa do entrevistado, o que nos favorece as observações combinadas, realizadas antes, durante e depois da entrevista. Assim se evidencia uma diferença significativa entre as entrevistas presenciais e o formato on-line, que predominaram neste período de pandemia iniciado em março de 2020 (GÓES *et al.*, 2022, p.95)

As entrevistas realizadas em Ituiutaba- MG foram agendadas via WhatsApp, por meio da mobilização de uma rede de contatos em que inúmeras pessoas contribuíram indicando possíveis entrevistados. Para o âmbito geral do FragUrb, as entrevistas foram realizadas a partir de 2 perfis básicos: a) moradores de bairros populares, com diferentes características de gênero e idade e b) moradores de bairros de classe média/elite, com diferentes características de gênero e idade. Para os objetivos da presente pesquisa, foram selecionadas para análise apenas as entrevistas realizadas com mulheres que residiam nos bairros populares periféricos da cidade, constituindo então, o corpus desta pesquisa um recorte do corpus maior da pesquisa do FragUrb.

Para Lakatos e Marconi (2003) existem vantagens e limitações, quando as entrevistas são escolhidas como método para analisar um fato:

Vantagens:

- a) Pode ser utilizada com todos os segmentos da população: analfabetos ou alfabetizados.
- b) Fornece uma amostragem muito melhor da população geral: o entrevistado não precisa saber ler ou escrever.
- c) Há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido.
- d) Oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos etc.
- e) Dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos.
- f) Há possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias.
- g) Permite que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico. Limitações: A entrevista apresenta algumas limitações ou

desvantagens, que podem ser superadas ou minimizadas se o pesquisador for uma pessoa com bastante experiência ou tiver muito bom-senso.

As limitações são:

- a) Dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes.
- b) Incompreensão, por parte do informante, do significado das perguntas, da pesquisa, que pode levar a uma falsa interpretação.
- c) Possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelo questionador, pelo seu aspecto físico, suas atitudes, idéias, opiniões etc.
- d) Disposição do entrevistado em dar as informações necessárias.
- e) Retenção de alguns dados importantes, receando que sua identidade seja revelada.
- f) Pequeno grau de controle sobre uma situação de coleta de dados.
- g) Ocupa muito tempo e é difícil de ser realizada (LAKATO; MARCONI, 2003, p.198)

Sobre as desvantagens da escolha das entrevistas como metodologia de produção de informações, os pesquisadores do FragUrb contaram ainda, com o distanciamento social como medida contra a proliferação da Covid-19. Diante dessa situação atípica enfrentada pela equipe algumas entrevistas ficaram marcadas por agendamentos/cancelamentos, dificuldade de acesso dos entrevistados a internet, situações corriqueiras do dia a dia, etc.:

Em relação a esses sujeitos sociais, as dificuldades impostas pela pandemia se evidenciaram nas emergências da vida cotidiana. Para muitos deles, as distâncias que continuaram a percorrer diariamente para o trabalho são longas, feitas muitas vezes sem boas condições de mobilidade e marcadas por imprevisibilidades diárias, além da frequente dependência de uma rede de apoio (familiares, vizinhos...) para ajudar a cuidar dos filhos. Tudo isso dificultou o agendamento da entrevista e, por vezes, encurtou o tempo disponibilizado. Assim, as estratégias de contato, agendamento e realização foram necessariamente diferentes em relação aos sujeitos do Quadro 16, o que mostra que elas devem ser construídas no próprio percurso de pesquisa, sofrendo adaptações, readequações. Neste caso, para além da adaptação para o modo on-line de entrevista, cada grupo social demandou sensibilidades diferentes por parte dos pesquisadores (GÓES *et al.*, 2022, p.97).

Com o agendamento das entrevistas confirmadas de modo online ou presencial, o pesquisador responsável pelas entrevistas explicava de maneira simples e de fácil entendimento para o entrevistado a forma como as informações obtidas seriam trabalhadas e também sobre o sigilo dos entrevistados. Tudo isso sob a autorização verbal do entrevistado demonstrado estar em concordância com a gravação e o uso das informações (GÓES *et al.*, 2022, p.97).

Lakatos e Marconi (2003) afirmam que a formulação das perguntas precisa ser padronizada observando o roteiro, mas deixando o entrevistado à vontade para

discorrer sobre a pergunta feita. Respeitando o tempo de cada pergunta e evitando aquelas que possam sugerir algumas respostas.

As entrevistas feitas pelos pesquisadores do projeto tiveram uma média de 45 minutos para cada entrevista. Existindo casos em que as entrevistas ultrapassaram essa duração. O número de pesquisadores acompanhando as entrevistas também foi variável, porém na maioria das salas virtuais existiam mais de um pesquisador, que era essencial para observar nuances durante o processo. O que poderia passar despercebido por um único pesquisador, haja vista a quantidade de perguntas a serem feitas (GÓES *et al.*, 2022, p.100).

Nas entrevistas online com mais de um pesquisador, um conduzia o processo com as perguntas do roteiro e entre os intervalos dos blocos o segundo pesquisador baseado nas suas anotações e observações complementava com novas perguntas com base na fala trazida pelo entrevistado (GÓES *et al.*, 2022, p.100).

Para a presente pesquisa foram utilizadas sete entrevistas realizadas com mulheres residentes em áreas consideradas como bairros pobres na cidade de Ituiutaba-MG, compreendendo os seguintes bairros: Nadime Derze, Jardim do Rosário, Nadime Derze Jorge I, Jardim Europa I, Santa Edwiges, Jardim Europa II e Nova Ituiutaba III.

As entrevistas ocorreram entre 11 de fevereiro de 2020 a 15 de novembro de 2022. Quatro delas foram realizadas de forma presencial, nas casas das entrevistadas e três em salas virtuais.

Considerando o pressuposto da produção de informações para posterior análise, as entrevistas utilizadas nesta discussão foram transcritas por parte da equipe do FragUrb, que recebeu treinamento específico para que pudesse se preservar as informações levantadas (GÓES *et al.*, 2022, p.102).

Góes *et al* (2022) descrevem que com as entrevistas finalizadas:

A etapa que sucede a entrevista se divide em duas. Uma mais imediata, que consiste na elaboração de um relatório de campo pelos pesquisadores que a realizaram. Nesse documento, registramos informações que julgamos importantes para contextualizar o andamento da entrevista, incluindo comentários sobre o contato prévio, percepções dos pesquisadores e até algumas ideias iniciais para guiar as análises a serem realizadas posteriormente. Tal relatório compõe, junto com a transcrição, um único documento. Posteriormente, é realizada a transcrição, que envolve a passagem da linguagem oral à escrita, com especial atenção a aspectos como pontuação, fidelidade ao que foi dito e eliminação de elementos empregados apenas na oralidade, com sua coloquialidade própria, incluindo muletadas linguísticas e repetições.

Durante essa etapa, também é feito o registro adequado de nomes de estabelecimentos comerciais, ruas, bairros etc., especialmente relevantes quando a pesquisa não trata de uma cidade apenas e a cartografia deve ser posteriormente empregada como recurso analítico, além de ser procedimento metodológico, tal como demonstrado em outro capítulo deste livro (GÓES *et al.*, 2022, p.101 - 102).

Nesta dissertação, para além desta metodologia adotada pelo FragUrb, utilizou-se também o método de análise de conteúdo desenvolvido por Bardin (1977) para a interpretação das falas apresentadas nas entrevistas. A autora descreve que depois da produção das informações, precisam ser observadas três etapas: Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos.

A pré-análise é a etapa de organizar as informações obtidas, com o objetivo de torná-las operantes e sistêmicas. É o momento no qual o pesquisador precisa ter a percepção se as informações produzidas até aquele momento são ou não suficientes para a pesquisa. Para a autora, geralmente esta fase é composta por três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise (nesta dissertação as entrevistas feitas com as moradoras de áreas periféricas); a formulação das hipóteses e dos objetivos e por último a formulação dos indicadores que possam embasar a interpretação final (BARDIN, 1977, p.95).

Na etapa de exploração do material as informações produzidas precisam ser codificadas para que possa se ter uma visão geral das informações. A partir dessa codificação, os dados serão divididos em unidades de contexto – neste caso, habitação, trabalho, consumo, lazer e mobilidade, dimensões empíricas desenvolvidas no FragUrb – “Esta fase longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (cf. capítulo seguinte)” (BARDIN, 1977, p.101).

O tratamento dos dados obtidos é a última etapa, é nela que:

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 1977, p.101).

Diante dos resultados de todas essas etapas, se espera responder os objetivos gerais e específicos da presente dissertação, apresentando as reflexões no capítulo 3. No

decorrer das análises, é possível descobrir novas percepções que por consequência desencadeiam futuras discussões acerca do que foi trabalhado até aqui.

2. DELINEANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA - AS MULHERES RESIDENTES EM BAIRROS PERIFÉRICOS POBRES E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

2.1. Desigualdades de Gênero e vivências das mulheres

Antes de discutirmos as implicações das desigualdades de gênero, faz-se necessária a compreensão do que vem a ser o gênero. Todo conceito é dotado de uma história, sendo que a peça chave para a construção conceitual é a definição de uma problemática. No caso do gênero, o conceito foi criado a partir de um problema social caracterizado pela forte desigualdade historicamente construída entre homens e mulheres, marcada pela dominação do masculino sobre o feminino. Esses problemas sociais foram denunciados pelos movimentos feministas a partir do século XIX, o que colocou em pauta a discussão do que era gênero.

No início de século XIX o movimento sufragista³ lutava pelo direito das mulheres ao voto, fato que fez com que a discriminação feminina ganhasse certa notoriedade em determinados círculos sociais. Logo em seguida o movimento se expandiu por países ocidentais, em alguns com menos intensidade do que em outros, configurando a que foi denominada de primeira onda do feminismo (LOPES, 1997).

Esta primeira onda tinha objetivos mais imediatistas, tais como o direito aos estudos e à inserção de mulheres em determinados setores do mercado de trabalho. Ressalta-se que quem lutava por tais direitos neste momento eram mulheres brancas e de classe média (LOPES, 1997).

O fato é que houve mudanças políticas graças a esta primeira onda feminista, a partir da qual as mulheres conseguiram o direito ao voto, à educação e até mesmo o direito de se divorciar, oportunizando às mulheres o poder de independência e um contexto mais favorável para a inserção delas ao mercado de trabalho (BIROLI, 2018). Neste momento, o capitalismo teve sua participação nesta primeira onda, em um primeiro momento como

³ A luta das mulheres pela conquista de direitos, especialmente pelo direito civil e político ao voto, foi visível e teve nítido enfoque durante a denominada primeira onda do movimento feminista, que transcorreu pelos séculos XIX e XX. Muitos movimentos marcaram a reivindicação das mulheres pelo direito ao voto, em especial e como um dos mais marcantes, o movimento Sufragista. As Sufragistas, primeiras ativistas do feminismo no século XIX, passaram a ser conhecidas pela sociedade da época devido às suas fortes manifestações públicas em prol dos direitos políticos, com ênfase no direito ao voto. FARIAS MONTEIRO, Kimberly.; GRUBBA, Leilane. Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de suffragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 7 dez. 2017.

aliado neste processo de independência e depois passando a explorar a mão de obra destas mulheres (BIROLI, 2018).

Já a segunda onda do feminismo se deu nos finais dos anos 1960, transcendendo a reivindicação das demandas sociais e políticas, centralizando as discussões para a construção teórica acerca das questões de gênero. (LOPES, 1997).

O movimento passou então a tentar desconstruir/construir o debate acerca das relações de gênero gerando assim impacto direto no cenário institucional e normativo. De um lado pairava fortemente a ideologia familista e do outro a realidade organizacional da família e isto ficou ainda mais explícito a partir das discussões comandadas pela segunda onda feminista (BIROLI, 2018).

Neste contexto ocorreram debates entre estudiosos e militantes acerca da problematização do conceito de gênero. Em 1968 houveram manifestações a fim de demonstrar as suas insatisfações com o tradicionalismo nos arranjos sociais e políticos além de duras críticas às grandes teorias consideradas discriminatórias e segregacionistas. Tais atos ocorreram em países como França e Estados Unidos (LOPES, 1997).

Diante deste cenário de reivindicações e transformações, o movimento feminista volta à tona e ganha força, utilizando-se de manifestações públicas, jornais livros e revistas para disseminar as ideias e estudos feministas (LOPES, 1997).

É a partir destas discussões também que foi possível começar a criar um conceito de gênero, por estar diretamente ligado ao movimento feminista contemporâneo. Para Scott:

“O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p.84)

Para a autora o gênero seria um símbolo social, no qual existem inúmeras diferenças para o gênero masculino e para o gênero feminino quanto a distribuição de poder presente na sociedade. Ou seja, este símbolo social estaria diretamente ligado ao modo como as mulheres estão inseridas no ambiente familiar, no mercado de trabalho e etc. (Isso fazendo uma leitura geral, pois se forem adicionados recortes de camada, tais como classe e raça esse poder é ainda menor ou inexistente para as mulheres pobres e negras).

Scott (1995) trata o gênero como binário, dividido entre homem e mulher, porém para a presente discussão acredita-se que o gênero não é uma determinação do sexo

biológico, no qual só exista a figura do macho-masculino e da fêmea-feminina. Sendo assim o sexo biológico (macho e fêmea) não define o gênero (masculino/feminina) assim como também não estabelece a orientação sexual (homossexual, heterossexual, bissexual, pansexual e asexual).

Para as autoras Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto (2010) a palavra sexo teria mais de um significado:

“A palavra pode designar uma prática – “fazer sexo” ou “manter relações sexuais com alguém” – assim como pode indicar um conjunto de atributos fisiológicos, órgãos e capacidades reprodutivas que permitem classificar e definir categorias distintas de pessoas – por exemplo, “do mesmo sexo”, “do sexo oposto” – segundo características específicas atribuídas aos seus corpos, atitudes e comportamentos. Num sentido mais amplo, sexo remete aos prazeres do corpo e dos sentidos, ao desejo, à sensualidade” (HEILBORN, ARAÚJO, BARRETO, 2010, p. 23).

Assim sendo, o sexo pode ser entendido como o conjunto de características biológicas (físicas e anatômicas) para distinção de corpos masculinos de corpos femininos, como por exemplo, os órgãos de reprodução, entendimento muito mais restrito do que o proporcionado pela perspectiva do gênero, que perpassa as construções e papéis sociais historicamente construídos.

No que diz respeito à identidade de gênero, podemos considerar que:

Identidade de gênero diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres. Falamos em identidade de gênero para nos referirmos à maneira como alguém se sente, se identifica, se apresenta para si e para os demais e como é percebido/a como “masculino” ou “feminino”, ou ainda uma mescla de ambos, independentemente do sexo biológico e da orientação sexual (HEILBORN, ARAÚJO, BARRETO, 2010, p. 37).

A autora Guacira Lopes (2014), também afirma que os gêneros são construídos por uma relação de poder na qual existem mecanismos de repressão que vão estabelecer padrões considerados apropriados, tais como, o modo de agir e se portar a fim de construir homens e mulheres reforçando a desigualdade de gênero. Nesse contexto, a construção dos padrões de gênero é construída em distintos espaços, como a escola, nos termos de Louro:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer. Ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. (LOURO, 2014, p.62).

Para a autora (2014) a desigualdade de gênero começa ainda no ambiente escolar, sendo que a escola tem um papel importante na formação de cada aluno, pois a instituição determina a qual lugar cada sujeito é pertencente, seguindo a sua visão do que seria mais apropriado para este e como consequência fomenta ainda mais a desigualdade.

Além da escola, para a autora Flávia Biroli (2018):

A família permanece, ainda assim, como nexos na produção do gênero e da opressão às mulheres. Mas a noção de dependência parece ser hoje menos adequada, em especial quando se pretende caracterizar por meio dela a relação entre mulheres e homens no casamento. Opto, assim, pela noção de vulnerabilidade, que entendo corresponder mais adequadamente à posição desigual das mulheres hoje (BIROLI, 2018, n.p).

Esta opressão estrutural passa as vezes despercebida pelo fato de serem situações sutis e normalizadas no cotidiano, mas que trazem consequências severas a estas mulheres. Um exemplo é o fato de se determinar para as meninas desde pequenas que é dever delas o cuidado com a casa e dos filhos, inserindo-as neste contexto através de objetos que a remetem a esta posição, tais como bonecas, fogões e panelas de brinquedos, sendo que o papel dos meninos é sair de casa em busca do trabalho que irá sustentar o lar, posições que tendem a reafirmar a submissão do feminino pelo masculino.

O fato é que a desigualdade social está presente na maioria das sociedades ocidentais. Segundo o Fórum Econômico Mundial (WEF) através relatório *Global Gender Gap Report 2021*⁴, o Brasil ocupa a 93ª lugar em um ranking de 156 países em desigualdade de gênero, sendo o país da América Latina mais atrasado na erradicação da desigualdade entre homens e mulheres. Fato preocupante pois o Brasil tem entre os países latino americanos o maior poderio econômico e político,

O WEF afirma que nenhum país listado no estudo conseguiu alcançar a paridade total entre os gêneros. Demonstra ainda que globalmente a desigualdade de gênero aumentou e o tempo estimado para equiparação agora ultrapassou uma geração de 99,5 anos para 135,6 anos.

O estudo se baseia em quatro componentes para analisar a desequiparação entre gêneros: a) participação e oportunidade econômica, b) nível de educação, c) saúde e d) sobrevivência. Desses quatro elementos o WEF afirma que o fator determinante para o

⁴ <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2021/in-full/gggr2-benchmarking-gender-gaps-findings-from-the-global-gender-gap-index-2021#gggr2-benchmarking-gender-gaps-findings-from-the-global-gender-gap-index-2021>.

aumento da desigualdade foi o empoderamento político com um progresso de 22% desde o último estudo.

No âmbito nacional quando o assunto é a representação de mulheres na política, o cenário não é diferente do internacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil ocupava a 142ª posição em um ranking de 190 países nos quais as mulheres ocuparam cadeiras no parlamento, sendo o país da América Latina com a menor representação de mulheres na vida política.

O Brasil possui legislação específica visando suprir essa desigualdade. A lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, prevê em seu artigo 44:

V - na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total (BRASIL, 2009).

O Supremo Tribunal Eleitoral (STE) entendeu no ano de 2020 que deveria ser feita uma reserva de gênero de no mínimo 30% para a participação feminina nas eleições, com o intuito de diminuir o impacto desta desigualdade.

Essa sub-representação de mulheres no cenário político brasileiro se dá através de diversos fatores a serem analisados, dentre eles a falta de apoio dos próprios partidos que dificultam para as mulheres a oportunidade de fazer uma campanha mais equilibrada. Segundo estudos eleitorais, as candidatas não têm acesso ao material de campanha básico, mesmo com um fundo destinado de mais de um 1 milhão de reais, as candidatas não receberam nem 20% desse valor nas últimas eleições para ocupar o Congresso Nacional.

Nesse sentido, mesmo as mulheres sendo maioria da população no Brasil, a sub-representação política também é notada no âmbito municipal, contexto no qual foi possível analisar nas últimas eleições municipais (2020) este fenômeno. O percentual de vereadores mulheres eleitas foi de 16%, registrando uma queda de 3% em comparação às eleições municipais de 2016 (IBGE).

Este dado é ainda menor quando é inserida mais uma camada a estas mulheres, a raça. Segundo o IBGE (2020), o percentual de mulheres pretas e pardas eleitas como vereadoras nas últimas eleições, foi de 5,3% para pretas e de 33,8% pardas, mesmo essas mulheres representando mais da metade da população feminina do país.

Tais resultados só comprovam o quanto a representação feminina na política caminha em passos lentos, mesmo pesquisas indicando que o nível de escolaridade e

instrução das mulheres é maior do que a dos homens. Essa sub-representação tem impacto direto na formulação e realização de políticas públicas, por exemplo.

A PNAD/IBGE (2020) demonstrou que as dificuldades no mercado de trabalho e a remuneração inferior das mulheres em relação aos dos homens não podem ser associadas diretamente ao nível educacional. O instituto revela que:

A PNAD Contínua 2019 revelou que, entre a população com 25 anos ou mais, 40,4% dos homens não tinham instrução ou possuíam apenas fundamental incompleto, proporção que era de 37,1% entre as mulheres. Já a proporção de pessoas com nível superior completo foi de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres (IBGE, 2020, p. 5).

Isso significa então que as mulheres estariam mais preparadas para ocupar grandes cargos em empresas e com salários altos se fosse levada em consideração apenas a instrução e não o gênero de quem estaria sendo contratado.

Mas nem sempre as mulheres sobressaíram em relação aos homens no quesito educação. O IBGE apontou que nas faixas etárias acima de 65 anos a realidade é outra: mulheres são menos instruídas do que homens, demonstrando as dificuldades impostas a estas mulheres para o acesso à educação. As primeiras escolas foram criadas no país por volta de 1530 através dos portugueses que buscavam povoar as terras do Brasil Colônia. Os padres jesuítas se encarregaram desta missão, porém essas instituições de educação só ofertavam vagas para os homens, reforçando a ideia de submissão das mulheres que existia em toda a Europa (ANDRADE, 2017).

A primeira reivindicação feminina para o acesso à educação partiu de uma indígena para o padre Manuel da Nóbrega. O padre então enviou uma carta para a rainha de Portugal, Dona Catarina, que prontamente negou o pedido (ANDRADE, 2017).

Na história do Brasil tem-se o registro da primeira mulher que teve acesso a educação: uma indígena, Catarina Paraguaçu (Madalena Caramuru). Aprendeu a ler e escrever em terras brasileiras, burlando o sistema de proibição, se tornando uma exceção no sistema colonial de Portugal no Brasil. O acesso à educação era tão restrito às mulheres que até no ano de 1627, apenas duas mulheres residentes em São Paulo sabiam assinar seus nomes (ANDRADE, 2017).

No ano de 1759 ocorreu a Reforma Pombal e os missionários foram expulsos do Brasil Colônia, com isso o método de ensino jesuíta deixou de existir e a educação passou a ser responsabilidade do Estado. As mulheres passaram então a ter o direito formal de estudarem em salas separadas dos homens (ANDRADE, 2017).

No Brasil Império a educação das meninas era dividida em duas partes: ler, escrever, noções básicas de matemática e “artes do lar”, nas quais elas aprendiam a ser boas mulheres do lar. Em 1854 começaram a ser construídas escolas religiosas, cujo objetivo era educar as filhas da alta sociedade carioca segundo os preceitos da igreja católica. Logo em seguida passou-se a autorizar que elas estudassem juntos com os meninos (ANDRADE, 2017).

No século XIX as mulheres começaram a trabalhar como professoras, um grande avanço para época, pois elas adquiriram o direito de circulação em espaços públicos, o que anteriormente era proibido. Nesta mesma época acreditava-se que as mulheres tinham a virtude de educar os filhos e por isso teriam a capacidade de educar outras crianças (ANDRADE, 2017). Então as escolas adotaram uma nova divisão de ensino, meninas que estudavam para serem educadoras dos seus futuros filhos (estas pertencentes das altas classes) e as meninas que estudavam visando se tornarem professoras (ANDRADE, 2017).

Para este segundo grupo as regras e exigências eram bem mais acentuadas. Somente nos anos finais dos séculos XIX a profissão de professora passou a ser considerada honesta; e mesmo assim, mulheres só podiam dar aulas para outras mulheres, a remuneração era baixa e as chances de ocupar um cargo melhor nas instituições eram mínimas (ANDRADE, 2017).

Já o ingresso nas universidades brasileiras só foi possível a partir do ano de 1879, porém as mulheres não tinham autonomia para decidirem se entram ou não em uma faculdade. Se a mulher fosse solteira, a decisão era do pai, através de uma licença, se fossem casadas, necessitavam de autorização expressa do marido por escrito. Isso fazia com que o número de mulheres na academia fosse baixíssimo (ANDRADE, 2017).

Com as indústrias crescendo no país, em 1950 houve um aumento do público feminino na procura pelo ensino médio, visando prepará-las para trabalharem nos diversos setores das indústrias e finalmente no final do século XX foi possível notar um aumento expressivo de mulheres nas universidades (ANDRADE, 2017).

Para o autor Ristoff (2006):

A trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século 19; depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de

uma expressiva participação na docência da educação superior (RISTOFF, 2006, n.p)

A afirmação do Ristoff vai de acordo com os dados da PNAD/IBGE (2020). Segundo o instituto, no grupo de 25 anos ou mais, o percentual de mulheres com nível superior chega a 25,1%, enquanto o dos homens é de 18,3%. As mulheres também são detentoras das maiores frequências em todas as etapas da educação básica e ensino superior.

Ristoff (2006) afirma que as mulheres são maioria em todas as fases da educação básica e na educação superior, porém elas ainda são minoria da docência de educação superior, mesmo havendo um aumento significativo e uma desaceleração entre os homens professores universitários. Segundo a PNAD/IBGE (2020), a proporção de mulheres entre docentes de ensino superior em 2003 era de 43,2% e aumentou para 46,8% em 2019.

É preciso ainda observar que mesmo entre as mulheres ainda existem desigualdades no acesso à educação, como apontam os dados da PNAD/IBGE (2020):

Cabe ressaltar que, embora as mulheres apresentem índices superiores aos dos homens, o acesso à educação se dá de forma desigual entre as mulheres. Em 2019, mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, quase 50% menor do que a registrada entre brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). A menor taxa ajustada de frequência escolar líquida se verificou entre os homens pretos ou pardos (15,7%) (IBGE, 2020, p. 5).

Apesar do maior acesso ao ensino superior, as mulheres ainda continuam recebendo menos do que homens, mesmo aquelas que ocupam função idêntica, além de terem jornadas de trabalhos superiores. Nesse sentido, o IBGE (2020) também apontou para a dificuldade de as mulheres ingressarem no mercado de trabalho. O Instituto revela que a participação de mulheres com 15 anos ou mais no mercado de trabalho chegou a 54,5%; já entre os homens a porcentagem atingida foi de 73,7% apontando assim para uma diferença de quase 20%. A pesquisa ainda revela que essa desigualdade no mercado de trabalho atravessa gerações.

Historicamente essa desigualdade em relação ao trabalho sempre existiu, principalmente dentro dos lares, nos quais a figura da mulher sempre foi construída para cuidar de todos os afazeres, sem qualquer tipo de remuneração ou jornada fixa para este trabalho. Esta divisão sexual do trabalho doméstico favorece a falácia entre o que homens e mulheres podem ou não laborar. A divisão sexual do trabalho (doméstico), é um termo que foi criado na França e tem dois significados. O primeiro seria para descrever a

disparidade do trabalho entre homens e mulheres, inclusive nas tarefas de casa (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A segunda descrição seria para demonstrar que essa desigualdade se dá através de um sistema no qual a sociedade aproveita desta distinção entre masculino e feminino para dizer qual é o lugar de cada pessoa dentro do mercado de trabalho, reforçando assim um sistema de desigualdade de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007).

No Brasil essa desigualdade no mercado de trabalho também foi sendo historicamente construída. Segundo Abramo (2006) mesmo as mulheres se tornando maioria nas universidades e como consequência mais ou tão capacitadas como os homens, seus salários ainda são menores. Até mesmo nos casos em que elas ocupam a mesma hierarquia de um homem.

A autora afirma que o mercado de trabalho brasileiro foi construído sob as desigualdades e que estas discriminações estão diretamente ligadas às exclusões sociais que tem como consequência a reprodução da pobreza. A desigualdade de gênero é um dos pilares da desigualdade no Brasil:

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. Por isso, enfrentar essas desigualdades significa tratar de uma característica estrutural da sociedade brasileira, cuja transformação é imprescindível para a superação dos déficits de trabalho decente atualmente existentes, assim como para o efetivo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ABRAMO, 2006, p.40).

Diante da afirmação acima nota-se que a desigualdade de gênero está enraizada na sociedade brasileira criando assim uma grande lacuna a ser superada para que as mulheres possam receber tratamento igualitário na sociedade.

De acordo com o WEF (2021), a nível global, a disparidade de gênero na participação econômica e oportunidades continua sendo a segunda com maior índice de desigualdades entre os quatros pilares por eles observados, mesmo com o adendo de que houve uma melhora entre as edições de 2020 para 2021.

Porém alertam que esta melhora tem sido lenta e destaca duas tendências para esta causa:

O lento progresso observado no fechamento da lacuna de Participação Econômica e Oportunidade é o resultado de duas tendências opostas. Por um lado, a proporção de mulheres entre os profissionais qualificados continua a aumentar, assim como o progresso em direção à igualdade salarial, embora em ritmo mais lento. Por outro lado, as disparidades gerais de renda ainda estão a meio caminho de serem superadas e há uma falta persistente de mulheres em

cargos de liderança, com as mulheres representando apenas 27% de todos os cargos de gerência (WEF; 2021, p. 5).

No Brasil esta realidade não é diferente do que a observada a nível mundial. Segundo o IBGE (2021), no ano de 2019 as mulheres receberam $\frac{3}{4}$ do rendimento dos homens e esta disparidade foi ainda maior entre os altos cargos, tais como, diretoria, gerenciamento e chefia. O Instituto ainda revelou outro importante dado:

Esse mesmo comportamento foi observado na desagregação espacial, visto que as maiores desigualdades estavam nas Grandes Regiões com os rendimentos médios mais elevados, como as Regiões Sudeste e Sul, onde as mulheres recebiam em média, 74,0% e 72,8%, respectivamente, do rendimento dos homens. Nas Regiões Norte e Nordeste, onde os rendimentos médios foram mais baixos para homens e mulheres, as desigualdades eram menores (IBGE, 2021).

Ou seja, os dados acima apresentados nos revelam que quanto maior for a região e o seu poderio econômico mais propício será para a crescente disparidade entre os gêneros no mercado de trabalho, seja para ocupar um alto cargo ou nos rendimentos.

Essa morosidade na diminuição da desigualdade de gênero no mercado de trabalho ganhou recentemente mais um elemento para aumentar essa disparidade, a pandemia de COVID-19. De acordo com o WEF (2021), as projeções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) são de que 5% das mulheres regularmente empregadas tenham perdido seus empregos, enquanto entre os homens este número seria de 3,9%.

De acordo com dados de um aplicativo de empregos houve uma diminuição considerável na contratação de mulheres no mercado de trabalho:

Os dados do LinkedIn mostram ainda um declínio acentuado na contratação de mulheres para cargos de liderança, criando uma reversão de 1 a 2 anos de progresso em vários setores. Enquanto setores como Software e Serviços de TI, Serviços Financeiros, Saúde e Saúde e Manufatura estão contrariando essa tendência, há uma destruição mais severa de funções gerais em setores com maior participação de mulheres, como o setor de consumo, organizações sem fins lucrativos, e Mídia e Comunicação (WEF, 2021, p.6).

O WFE (2021) também alerta para as consequências da pandemia no mercado de trabalho acerca da desigualdade de gênero a nível global:

A crise do COVID-19 também acelerou a automação e a digitalização, acelerando a disrupção do mercado de trabalho. Os dados apontam para desafios significativos para a paridade de gênero no futuro dos empregos devido ao aumento da segregação de gênero ocupacional. Apenas dois dos oito grupos de “empregos de amanhã” rastreados (Pessoas e Cultura e Produção de

Conteúdo) alcançaram a paridade de gênero, enquanto a maioria mostra uma grave sub-representação das mulheres (WEF, 2021, p. 6).

Esses dados acima nos revelam o quanto a pandemia contribuiu e contribui para que a paridade de gênero dentro do mercado de trabalho continue caminhando a passos lentos. A nível nacional essa realidade também não foi diferente, a pandemia acabou aumentando não só a desigualdade de gênero, mas todas as outras também.

De acordo com o IBGE (2021), no ano de 2020 as mulheres estiveram mais uma vez com um número inferior aos dos homens em ocupação:

Em relação ao recorte por sexo, historicamente, o nível de ocupação das mulheres é substancialmente inferior ao dos homens, o que não foi suficiente para impedir que ele tenha sido relativamente mais reduzido em 2020. Enquanto o nível de ocupação dos homens foi de 61,4%, o das mulheres foi de 41,2%, em 2020 (IBGE, 2021, p. 22).

Os dados apontam que mesmo as mulheres chegando a terem três vezes mais conhecimento do que os homens, sua inserção ao mercado de trabalho ainda é inferior. Essa situação é ainda mais grave quando acrescentadas novas camadas sociais na identificação dessas mulheres, tais como, cor e situação socioeconômica:

A raça dessas mulheres impõe ainda mais barreiras de acesso a direitos básicos que são agravados pela pandemia. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais, do IBGE (SILVA, 2020, n.p).

Segundo revelado por Silva (2020), a maioria destas mulheres vivem do trabalho como doméstica ou de pequenos serviços informais. Silva (2020), ainda aponta que quase 50% dessas mulheres que geraram o seu sustento e o dos seus filhos como empregada doméstica ou diarista perderam os seus trabalhos durante a pandemia:

O aumento no número de desempregados no início da pandemia foi de 1,2 milhão; entre as mulheres, isso significa 14,5% de aumento contra 10,4% dos homens. Dentro desse recorte, as mães negras são mais atingidas, com 15,2% de aumento do desemprego, enquanto entre a população branca essa taxa é de 9,8%, segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no início de maio (SILVA, 2020, n.p).

Esses dados alarmantes revelam o quanto a pandemia atingiu diretamente esse grupo específico de mulheres. De acordo com Silva (2020), em todo o país existem mulheres/ mães nessa situação. Ela afirma que em São Paulo, de cada 10 mães, 7 estão cuidando sozinhas ou parcialmente sozinhas de seus filhos. Quando o recorte de

localização é feito esta situação se assevera ainda mais, uma vez que mulheres residentes em áreas periféricas têm 3,5 vezes mais chances de se tornarem mães chefes de família.

O fato é que a pandemia intensificou ainda mais a disparidade de gênero, seja no mercado de trabalho, com dispensa ou redução salarial dessas mulheres e/ou cargas exaustiva e desproporcional com os afazeres domésticos e cuidados com os filhos, por exemplo.

A desigualdade de gênero pode ser sentida em toda a sociedade, pois está enraizada e em muitos casos naturalizada nos lares e em diversos setores. Pretendemos analisar nas próximas seções deste trabalho como esta desigualdade se articula com as demais desigualdades socioespaciais no cotidiano das mulheres residentes nas periferias pobre de Ituiutaba e constituem um fator importante em suas narrativas de vida.

2.2. Mudanças nos arranjos familiares e os papéis sociais das mulheres

O modelo conhecido de família denominada tradicional, composto por pai, mãe, filhos e que perpassou séculos sendo o modelo moralmente aceito na sociedade não é, há muito tempo, um formato exclusivo na sociedade, que abriga diferentes arranjos, mais ou menos aceitos.

Para Biroli (2014), a família pode ser considerada como:

A família se define em um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família (BIROLI, 2014, p. 7).

A autora então revela a complexidade existente em entender como se dá a constituição das famílias e as diversas influências presentes na sociedade para a sua formação para além dos laços sanguíneos. Mas antes de analisarmos estas subjetividades se faz importante entender as bases e modificações que os vários modelos de famílias sofreram ao longo dos anos.

Engels (1884) já tecia severas críticas a esta estrutura familiar baseada no patriarcalismo, ou seja, naquelas famílias em que tudo se dava a partir da centralidade do homem como provedor do lar e os demais membros ocupando o espaço de submissão.

O autor destaca em sua obra intitulada “*A origem da família, do Estado e da propriedade privada*”, de 1884 três formas de organização familiares durante o tempo, inclusive demonstrando o quanto o Estado e o Capital influenciaram para que se chegasse a este modelo tradicional/patriarcal.

O primeiro modelo retratado por Engels (1884) é denominado como Família consanguínea. Não se sabe ao certo se este foi o primeiro modelo de família a existir no mundo, por não existirem registros precisos que possam comprovar esse fato. A Família consanguínea era formada através de casamentos grupais onde tanto homens como as mulheres mantinham relações mútuas entre os membros desses grupos. Nesse primeiro modelo de família eram formados por um grande número de pessoas, não havendo a monogamia. Os incestos eram naturalizados, sendo assim pais se relacionavam com filhos, irmãos e primos também. Segundo Engels (1884) esses atos eram vistos com normalidade pois não existiam nestes grupos condicionantes sociais associados à moral e aos bons costumes criados nas sociedades modernas.

Já a segunda organização familiar foi denominada como punaluana. Neste novo modelo familiar surgiu o costume social de recriminar as relações entre pais e filhos, além da relação entre irmãos também. Porém como relata Engels (1884) essa transformação nas relações familiares não se deu facilmente, houve bastante resistência:

[...] Por causa da maior igualdade etária dos implicados, esse avanço foi infinitamente mais importante, mas também muito mais difícil do que o primeiro. Ele se consumou aos poucos, começando provavelmente [j] com a exclusão dos irmãos biológicos (isto é, os do lado materno) da relação sexual, primeiro em casos isolados e, gradativamente, tornando-se a regra (no Haváí houve exceções ainda neste século), terminando com a proibição do casamento até entre irmãos colaterais, isto é, de acordo com a nossa nomenclatura, filhos e filhas de irmãos e irmãs, netos/netas e bisnetos/bisnetas de irmãos e irmãs; segundo Morgan, esse avanço constitui “uma excelente ilustração de como atua o princípio da seleção natural” [k] (ENGELS; 1884, p.39).

Nesse modelo de família ainda eram feitos os casamentos de grupos e quando determinada mulher ficasse grávida e logo em seguida desse à luz, seus irmãos e irmãs passavam a considerar o recém-nascido como seus filhos também. Engels (1884) relata ainda que foi nesse modelo familiar que as famílias precisaram se dividir:

Toda família primitiva tinha de se dividir no mais tardar após algumas gerações. A economia doméstica originalmente comunista que reinou sem exceção até uma fase avançada do período intermediário da barbárie condicionava o tamanho máximo da comunidade familiar, que variava de acordo com as condições, mas era bem determinado em cada localidade (ENGELS; 1884, p. 40).

Então juntamente com estes dois fatores: a proibição da relação entre irmãos consanguíneos e a divisão das gerações familiares, houve a repartição das antigas comunidades domésticas criando assim novas comunidades, as quais nem sempre eram compostas somente por pessoas de uma mesma família.

O terceiro grupo familiar era denominado de família de um par. Neste modelo familiar o casamento era realizado somente entre um homem e uma mulher, porém este homem poderia cometer adultério livremente e a mulher não. Engels (1884) destaca que esta forma de organização familiar foi ganhando força a partir da proibição dos casamentos grupais:

Nessa complexidade crescente de proibições do casamento, os casamentos grupais foram sendo gradativamente impossibilitados; eles foram substituídos pela família de um par. Nesse estágio, um homem mora com uma mulher, mas de tal maneira que a poligamia e a infidelidade ocasional são mantidas como direitos dos homens, mesmo que a primeira raramente ocorra, por razões econômicas; ao passo que das mulheres geralmente se exige a mais rigorosa fidelidade pelo tempo que durar a convivência, e o adultério cometido por elas é cruelmente castigado (ENGELS; 1884, p.48).

Por mais que já começasse a existir a desigualdade de gênero nessa organização familiar, as mulheres poderiam a qualquer tempo pedir para se separar de seu marido sem maiores explicações e os filhos continuariam pertencentes somente às mães.

A família de um par foi de extrema importância para os modelos familiares da atualidade, pois foi advindo dela que as pessoas pararam de casar somente com os membros de sua família e começaram a buscar seus parceiros em outros grupos familiares.

Até o presente momento da história as mulheres tinham a figura central em seus lares, pois eram elas que administravam e cuidavam de tudo e de todos. Sua posição era vista como destaque a imagem do homem, que nesta época recolhia frutas e caçava (BARRIONUEVO; SILVA; THOME, 2016).

Porém, esse cenário começou a perder força com o advento da revolução econômica, cuja origem ocorreu quando as pessoas passaram a se fixar em aldeias, criando animais e desenvolvendo a agricultura. Esses povos que até então viviam apenas da colheita de frutas e da caça começaram a sentir a escassez e para fugir da fome começaram a introduzir a criação de gado e logo em seguida a agricultura, alterando os papéis familiares (BARRIONUEVO; SILVA; THOME, 2016).

Neste mesmo processo de alteração da vida, a tecnologia da época propiciou a criação de ferramentas, melhoramento de técnicas e procedimentos que ajudaram no

desenvolvimento agrícola, trabalho que começou a ganhar destaque e isso acabou gerando um processo de divisão e aperfeiçoamento da mão de obra. O primeiro grande impacto dessa revolução econômica foi o início do patriarcado (BARRIONUEVO; SILVA; THOME, 2016).

Os homens que anteriormente eram vistos como colaboradores passaram então a exercer a função de provedores dos lares, pois estes detinham o conhecimento das técnicas de produção, iniciando assim uma diferenciação de papéis entre homens e mulheres (BARRIONUEVO; SILVA; THOME, 2016).

A partir daí pode-se observar que os modelos de família grupal perderam suas forças dando então espaço para a família monogâmica que até hoje se perpetua como o modelo social a ser seguido na sociedade. As regras sob o regime conjugal também sofreram alterações. Se em tempos passados as mulheres poderiam facilmente romper esses laços matrimoniais, na nova estrutura familiar a união era indissolúvel (BARRIONUEVO; SILVA; THOME, 2016).

As mulheres então passaram a ocupar um papel secundário dentro da sociedade, ficando submissas às vontades de seus pais e maridos (BARRIONUEVO; SILVA; THOME, 2016). Seu papel passou a ser cuidar das casas, dos filhos, do marido e serem boas esposas, sem qualquer tipo de voz.

Biroli (2014) afirma que esse modelo familiar em que as mulheres são vistas apenas como cuidadoras dos lares advém de padrão criado na Europa e é anterior ao processo de industrialização. Para autora é preciso analisar dentro dessa estrutura familiar o privilégio de uma mãe pertencente a uma classe alta ao de uma mãe de classe baixa, mas não somente das figuras dessas mães, mas dos demais personagens com estes privilégios:

A dimensão do privilégio também precisa ser considerada. Família e maternidade são vividas de formas distintas pelas mulheres (e também pelos homens e pelas crianças), segundo sua posição relativa em outros eixos da opressão nas sociedades, como classe, raça e sexualidade. Embora a dimensão do controle mostre o quanto determinadas formas de organização da família são custosas e restritivas para as mulheres, a vivência familiar – e, em especial, a vivência em relações que correspondem aos padrões hegemônicos numa sociedade – pode ser uma espécie de troféu (BIROLI, 2018, n.p).

Fica evidente que quando acrescentadas camadas sociais ao debate de gênero, o nível de desigualdade só aumenta. Com o advento da industrialização as famílias passaram por uma nova reorganização, se antes as mulheres eram responsáveis pelos

lares, com a industrialização isso mudou, elas agora passariam a acumular dupla função: trabalhar nas indústrias por longas horas, em péssimas condições de trabalho, com uma remuneração baixíssima, muitas delas inclusive levam os filhos para trabalharem com elas e além disso têm a sobrecarga da organização dos lares e filhos.

Biroli (2014) afirma que o fato das mulheres (as pobres) começarem a trabalhar surtiu um certo efeito para que ocorressem mudanças no núcleo familiar:

A industrialização e a urbanização diluíram algumas das formas tradicionais da autoridade masculina e do controle dos homens da família, e mesmo da comunidade, sobre as mulheres. Mas elas ficaram submetidas a formas de controle e a hierarquias, no ambiente de trabalho, sem que as anteriores tivessem sido completamente ressignificadas (BIROLI, 2014, p. 13-14).

As mulheres então passaram a sofrer um outro tipo de preconceito. Seu trabalho não era considerado com seriedade pois para a sociedade o seu ofício era apenas para complementar a renda dos maridos, mesmo nos casos em que as mulheres passaram a ser responsáveis pela renda que sustentaria a sua residência.

A autora ainda aponta para a dificuldade em conciliar o trabalho exaustivo e longo com a maternidade. Outro fator utilizado como argumento para justificar o menor salário pago a elas:

No texto “Mulher trabalhadora e mãe”, de 1914, Kollontai [21] compara a gravidez e o parto de quatro mulheres: a mulher de um diretor de fábrica, uma lavadeira, uma arrumadeira e uma trabalhadora da tecelagem. Enquanto a primeira é protegida e cercada de cuidados, as demais são expostas a negligência, violência e desumanização. O fato de estarem grávidas não faz delas alguém especial nem justifica para seus patrões a adaptação de atividades e da jornada de trabalho nos momentos finais da gestação e em circunstâncias de maior fragilidade física. Nas palavras que ela atribui ao diretor da fábrica de tecidos, empregador de uma das personagens, “se eu começasse a dar alguma liberação do tempo de trabalho a toda mulher grávida, seria mais fácil fechar a fábrica. Se não dormissem com homens, vocês não ficariam grávidas” [22] (BIROLI, 2018, n.p).

O trecho acima demonstra o quão desamparadas estavam as mulheres mais pobres durante e após a gestação. O fato é que por esses motivos foi possível ir notando a modulação nas estruturas familiares. A cronologia dessas transformações nas famílias se confunde muito com a história das mulheres.

As mulheres brancas e de classe média tinham uma vida completamente distinta das mulheres pretas e pobres. O primeiro grupo delas, por mais que sofressem opressões pelo gênero, tinham, como dito anteriormente, privilégio frente às pertencentes aos segundos grupos.

Mulheres pretas e pobres precisavam submeter-se a trabalhos com condições precárias. Se encontravam marginalizadas e em posições inferiores na sociedade:

O racismo, com seus mecanismos de exclusão, marginalização e distinção, assim como o capitalismo, com as relações de produção e as formas de exploração que o caracterizam, são as realidades de que se compõe a família. Isso não significa negar o caráter especial das relações que são assim nomeadas, mas compreender que elas se definem num contexto material e de relações de poder, que corresponde a estímulos e constrangimentos que impactam igualmente a economia dos afetos e a da violência (BIROLI, 2018, n.p).

No final do século XIX início do século XX houve mais uma vez uma onda de valorização da família privada, na qual a mulher branca era dotada de amor maternal e a sua figura como cuidadora do lar era exaltada por todos. O homem branco de classe média era visto como o provedor do lar, respeitado na sociedade e sua honra era inabalável.

Enquanto isso, mulheres negras trabalhavam como empregadas e babás para a classe média e não podiam demonstrar qualquer tipo de emoção ou feminilidade, estavam apartadas de seus filhos em prol dos filhos brancos dos seus patrões. Muitas dessas mulheres sofreram abusos sexuais dos maridos detentores de uma reputação ilibada perante a sociedade.

Os homens pretos não eram vistos como senhores a terem o direito ao respeito da sociedade, pois além da sua cor, trabalhavam em serviços tidos como inferiores e estavam marginalizados. Ou seja, a família tradicional aceita nesta época era composta por pessoas brancas e de classe média.

No Brasil os arranjos familiares não foram diferentes do que o mencionado acima. Ainda no século XX as mulheres eram obrigadas a se casarem muito jovens e passavam então a exercer a função de esposa, cujas responsabilidades eram o cuidado com a casa, dos filhos e do marido. Viviam no lugar de submissão aos seus maridos, precisando inclusive de autorização por escrito de seus cônjuges para saírem sozinhas na rua e para que pudessem trabalhar fora de casa.

A legislação da época era calcada nos preceitos patriarcalistas e do sexismo, sendo que os direitos e deveres de homens e mulheres eram desiguais. A ideia de submissão do sexo feminino era presente, sendo assim não existia autonomia para gerir sua vida e muito menos sua família.

Em 1916 foi elaborado Código Civil e nele dispõe sobre a família e sua organização. As famílias estavam saindo das fazendas rumo à cidade e o direito precisava criar novos modelos de regras para sociedade.

Ressalta-se que o direito em questão reflete o momento que a sociedade vivenciava e nesta época a mulher era incapaz legalmente como descrito no artigo abaixo:

Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:
[.] II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal (BRASIL, 1916).

As mulheres inclusive tinham que ter como domicílio o do marido, desconsiderando apenas aquelas que eram desquitadas. O código ainda dispunha que no caso de a mulher não ser mais virgem o marido tinha o direito de desfazer o casamento, no prazo legal de 10 dias a serem contados da data do matrimônio.

Também dava o direito ao marido no caso de desconfiança da paternidade do filho da sua esposa a contestar no prazo de três meses contados do nascimento da criança. A legislação ainda previa que legalmente o marido era o Chefe da sociedade conjugal:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.
Compete-lhe:
I. A representação legal da família.
II. A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, nº I, c, 274, 289, nº I, e 311).
III. direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 36 e 233, nº IV).
IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).
V. Prover à manutenção da família, guardada a disposição do art. 277 (BRASIL, 1916).

O disposto acima deixa claro que toda e qualquer decisão familiar precisaria passar pelo o aval do marido. Esposas e filhos não tinham direito a opinar sobre a gestão familiar, a mulher inclusive era citada apenas como uma mera colaboradora nesta organização familiar.

O Código Civil de 1916 foi utilizado até no ano de 2002, porém muitas dessas normas impostas foram caindo em desuso com a evolução da sociedade. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, homens e mulheres passaram legalmente a serem reconhecidos como seres iguais perante a lei.

A sociedade brasileira já passava por muitas transformações e na estrutura familiar isso não era diferente. Cada vez menos as famílias compostas por pai, mãe e filhos eram

vistas. Segundo o IPEA (2011), entre os anos de 1999 e 2009, a chefia de lares comandados por homens foi caindo, enquanto os lares chefiados por mulheres só cresceram.

O Instituto ainda apontou para uma nova variante, lares onde existem a presença de maridos, porém são chefiados por suas esposas. Biroli (2014) afirma que:

Os padrões nos arranjos familiares no Brasil se modificaram bastante nas últimas décadas. Quando se compara o Brasil de hoje ao de meados do século XX, as pessoas se casam mais tarde, especialmente as mulheres, e se separam com mais frequência. Elas têm em média menos filhos do que antes e as crianças, em um número cada vez maior, crescem em ambientes domésticos que estão muito distantes do padrão da família nuclear – o das famílias dos comerciais de televisão, formadas por pai, mãe, um filho e uma filha, todos sorridentes e juntos nos momentos das refeições e do consumo. A posição de mulheres e homens também se modificou, tanto nas relações sociais em sentido mais amplo quanto na esfera doméstica. Mais mulheres são chefes de família, o que significa que mais mulheres são as principais provedoras da casa e que mais mães criam seus filhos sozinhas (BIROLI, 2014, p. 24).

Antes o arranjo familiar predominante era o do homem como chefe de família, no qual o poder de decisão era único e exclusivamente dele. No final do século XX e início do XXI é possível notar que novas estruturas familiares foram ganhando reconhecimento dentro da sociedade, embora já existissem há muitos anos.

Biroli (2014) nos aponta que o número de famílias com filhos tem diminuído se comparamos com os anos de 1990 e é visível o crescimento de família formadas apenas por marido e mulher, famílias de apenas uma pessoa e também famílias formadas por pessoas do mesmo sexo.

O fato é que se tem notado outros modelos familiares, tais como lares formados por um adulto e uma criança, um adulto e o seu animal de estimação, avós com netos (em muitos casos os pais mudaram de cidade em busca de uma melhor condição de vida) e de casais que mesmo casados moram em casas, cidades ou países diferentes, seja por conta do trabalho ou simplesmente por um acordo formalizado entre os cônjuges.

Para Biroli (2014) essa reestruturação se dá pelo fato de que as mulheres têm cada vez mais ingressado nas universidades e como consequência acabam indo para o mercado de trabalho e se dedicam exclusivamente a suas carreiras profissionais, deixando de lado a maternidade ou também por não quererem ter filhos.

Segundo o Observatório Nacional da Família (2015), a proporção de casais sem filhos aumentou duas vezes entre 1995 e 2005. O Observatório também analisou que em 1995 o número de famílias com filhos era de 57,7 enquanto o de famílias sem filhos era

de 12,9. Já em 2015 a porcentagem de famílias com filhos caiu para 42,3% enquanto a de famílias sem filhos cresceu para 19,9%.

Os estudos do Observatório analisaram também o crescimento de famílias formadas por mulheres com filhos, em 1995 a porcentagem era de 15,8% e em 2015 deu um salto para 16,3%. Isso ocorreu pelo fato de as famílias com filhos terem sido reduzidas.

Outro fator apontado por Biroli (2014) é o fato de as mulheres estarem se casando mais tarde:

Há uma relação direta entre a maior presença das mulheres no mundo do trabalho e a idade em que elas se casam no Brasil, acompanhando uma tendência que, nesse caso, assim como no da redução do número de filhos, é a mesma dos países ocidentais mais ricos da Europa e da América do Norte, mas também de países como Japão e Austrália (BIROLI, 2014, p. 25).

Ou seja, existe um somatório de fatores que nos levam a essas novas modulações familiares presentes na atualidade. Se as mulheres têm se casado mais tarde, facilitado também tem sido a tramitação do divórcio e como consequência disso o seu aumento, como destacam Saboia, Cobo, Matos (2012):

Em relação ao casamento, por exemplo, as evidências mostram que cada vez mais este se torna menos central na vida das mulheres. Os dados do Registro Civil (IBGE) mostram que, no Brasil, os divórcios apresentam tendência contínua de crescimento nos últimos anos e que a nupcialidade tem sido postergada com o avanço sistemático da idade ao casar de ambos os sexos. Para se ter uma idéia, enquanto a taxa geral de nupcialidade legal teve um crescimento percentual de 9,8% entre 1998 e 2008, a taxa geral de divórcios cresceu 36,4% no mesmo período. Também nesse intervalo de dez anos, a idade média ao casar dos homens solteiros passou de 27 para 29 anos e das mulheres solteiras, de 23 para 26 anos (SABOIA; COBO; MATOS, 2012, p. 9).

Os novos costumes da sociedade moderna nos permitem ver o divórcio como um direito a ser respeitado e tem consequência direta nas estruturas familiares como já mencionado ao longo de todo texto. Diante disso buscou-se traçar um panorama geral da construção do que hoje se entende como família e suas formas de organização, destacando os papéis femininos na sociedade.

2.3. O debate em torno da chefia feminina dos lares e a feminização da pobreza

Cada vez mais os lares brasileiros têm se estruturado de maneiras diferentes como já discorrido anteriormente, mas uma formação em específico gerou inquietude e levou a esta pesquisa: os lares em que as mulheres tomam para si mesmas, por inúmeros fatores

a chefia das suas casas e também porque a maioria destas famílias chefiadas por mulheres estão na linha ou abaixo da linha da pobreza à margem da sociedade.

O termo feminização da pobreza começou a ganhar destaque nos anos 70, quando a então autora Diane Pearce em 1978 discorreu sobre a temática em um artigo publicado em um grande jornal da época (NOVELLINO, 2004). Porém, o termo passou a ser popularizado em 1990, saindo do campo somente da pesquisa e perpassando o entendimento das relações presentes na sociedade (MEDEIROS; COSTA, 2008).

Para Pearce (1978) o fenômeno da pobreza crescia cada vez mais entre as mulheres chefes de família, no modelo familiar chamado monoparental. Porém, a autora não desconsiderava e cita que muitas famílias chefiadas por homens também estariam vivendo na linha de pobreza. Todavia sua inquietude era voltada para tentar entender quais fatores socioeconômicos levam as mulheres a viverem na miséria. Se seria uma situação unicamente causada pelo fator gênero.

Pearce (1978) distinguia a pobreza feminina da masculina. De acordo com a autora, a pobreza masculina estava ligada ao fato de as famílias serem grandes na época e que por conta dos costumes sociais, os filhos e esposas tinham uma dependência total do sustento adquirido pelo homem, enquanto que a pobreza feminina estaria diretamente interligada com a falta de espaço das mulheres no mercado de trabalho.

Para Medeiros e Costa (2008) a feminização da pobreza se daria principalmente pela desigualdade de gênero:

Mais especificamente, é um aumento na diferença de níveis de pobreza entre as mulheres e os homens, ou por um lado, entre os domicílios chefiados por mulheres, e, por outro lado, aqueles chefiados por homens ou casais. O termo também pode ser usado para significar um aumento da pobreza devido às desigualdades entre homens e mulheres, embora preferamos chamar a isto a feminização das causas da pobreza (MEDEIROS; COSTA, 2008, n.p).

Basicamente ambos autores defendem a ideia de que desigualdades sociais são os pilares para a existência deste fenômeno social. Porém Medeiros e Costa (2008) vão relatar que para existir a feminização da pobreza necessitaria existir ainda dois fatores subsidiários:

A definição precisa da feminização da pobreza depende de duas questões subsidiárias: o que é pobreza? e o que é feminização? A pobreza é uma falta de recursos, capacidades ou liberdades que comumente são chamadas de dimensões da pobreza. O termo “feminização” pode ser usado para indicar uma mudança com viés de gênero em qualquer destas dimensões. A feminização é uma ação, um processo de se tornar mais feminina. Neste caso, “feminina” significa “mais comum ou intensa entre as mulheres ou domicílios chefiados por mulheres” (MEDEIROS; COSTA, 2008, n.p).

O trecho assim reafirma então a noção de junção entre duas desigualdades sociais, a pobreza e a disparidade de gênero, ambas já carregam consigo mesmas suas barreiras sociais que quando somadas acabam por gerar uma terceira desigualdade com elementos presentes nas duas.

Pobreza não é um problema que atinge só somente as mulheres ou as famílias chefiadas por estas, a pobreza atinge grande parcela da sociedade que vive com condições mínimas e degradadas, porém atinge diretamente mulheres e suas famílias pois estas estão mais vulneráveis por já sofrerem com outros problemas sociais.

Medeiros e Costas (2008) defendem a noção de que a pobreza feminina não seria um nível mais agudo de pobreza. Para eles a feminização é um processo e a pobreza um estado. Então, caso ocorresse a queda da pobreza em um maior grau entre as famílias chefiadas por homens e em menor número entre as mulheres, existiria ainda a feminização da pobreza.

Novellino (2004) destaca que no cenário nacional a feminização da pobreza foi citada por Carmem Barros em 1978 e inclusive relacionava o crescimento deste fenômeno com a migração para o urbano:

Carmen Barroso apresentou “Sozinhas ou mal acompanhadas – a situação das mulheres chefes de família”. Neste trabalho, a autora associa aumento na proporção de famílias chefiadas por mulher e feminização da pobreza (embora não utilize, em momento algum do texto, este conceito). Ela identifica este aumento como um fenômeno especificamente urbano. Mas que, apesar disso, deve ser atribuído menos à migração e mais a rupturas conjugais e mudanças de comportamento; por exemplo, as mães-solteiras não se sentem mais constrangidas a se declararem, ao serem entrevistadas para o censo ou pesquisas amostrais como ‘casadas’ (NOVELLINO, 2004, p. 5).

Essa afirmação no revela então que a feminização no Brasil não estava crescendo e sim aparecendo nas estatísticas, uma vez que as mulheres começaram a se desprender dos rótulos sociais e discriminações sofridas e assumiram suas verdadeiras identidades sociais sem medo de possíveis julgamentos, dando maior visibilidade para a situação da miséria urbana.

No Brasil, como mencionado no decorrer do texto, o número de mulheres chefes de família cresceu muito nos últimos anos devido a vários fatores sociais. Todavia esta chefia sofreu impacto direto das desigualdades de gênero e da divisão sexual do trabalho, o que acabou corroborando para o aumento da feminização da pobreza neste modelo familiar.

De acordo com o último CENSO/IBGE (2010) a população brasileira passou a se concentrar mais nos centros urbanos e as taxas de fecundidade e mortalidade tiveram reduções. Ressalta-se que no de 2010 37,3% das famílias tinham como pessoa responsável pelo lar, mulheres e quando adicionados outros elementos sociais, tais como cor ou raça os números de mulheres pretas ou pardas responsáveis pela família subiu para 49,9%.

A pesquisa também traz que nos rendimentos das famílias a grande maioria chefiada por mulheres faziam parte da classe que viviam com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa e famílias com rendimentos maior de 2 salários mínimos por pessoas tinha como chefes de família apenas $\frac{1}{3}$ desta classe (IBGE, 2010).

O IBGE (2010) também apresentou na pesquisa que ao adicionar camadas sociais entre essas mulheres trouxe distinção entre elas. Enquanto a contribuição monetária para famílias entre mulheres brancas foi de 40,7%, entre mulheres pretas e pardas essa contribuição monetária subiu para 42%.

De acordo com o IPEA (2011) esses dados demonstram o quão vulnerável estão as famílias chefiada por mulheres:

De toda forma, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos (IPEA, 2011, p. 19).

Com base nos dados acima apresentados nota-se que a chefia dos lares por mulheres sofre com os diversos fatores sociais. Isso sem contar que a grande parte das mulheres pretas ou pardas têm maiores dificuldades em administrar seus lares. Muitas dessas mulheres estão localizadas em bairros pobres.

Além desses fatores sociais já expostos, a Covid-19 também acabou colaborando para a feminização da pobreza. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) todas as ações voltadas para erradicação da pobreza, em especial a de mulheres sofreram com a pandemia:

A Covid-19 levará 96 milhões de pessoas à pobreza extrema, até 2021, com 47 milhões das quais sendo mulheres e meninas. Isso aumentará o número total desse grupo para 435 milhões.

Segundo as mesmas projeções, o número não reverterá aos níveis de antes da pandemia até 2030. (ONU, 2020, n.p).

De acordo com o relatório da ONU (2020), a expectativa era de que a nível global a pobreza feminina pudesse sofrer uma diminuição de 2, 7% em 2019. Porém com a rápida disseminação do vírus pelo mundo todo as projeções eram de que a pobreza poderia aumentar até 9.1% nos anos seguintes.

O responsável pela pesquisa afirmou que este número poderia ser extremamente baixo se os governos estivessem dispostos a contribuir de forma efetiva na erradicação da pobreza, desenvolvendo políticas públicas voltada para educação, planejamento familiares, equiparação social e outras medidas de assistencialismo.

A nível nacional o governo Federal brasileiro não trabalhou de forma contingente para garantir a saúde e economia de toda a população, ainda mais a criação de uma política assistencial voltada para essas mulheres que anteriormente já viviam na linha da miséria.

O debate em torno dos lares chefiados por mulheres ganha destaque no Brasil a partir da classificação desses lares conforme descrito por Novellino (2004):

Os primeiros domicílios chefiados por mulher foram reconhecidos como tais a partir da identificação de domicílios chefiados por mulher sem companheiro em censos e pesquisas amostrais. O interesse por esses domicílios cresceu junto com as constatações de que eles estavam entre os mais pobres e de que a sua proporção estava aumentando (NOVELLINO, 2004, p. 9).

A autora também se baseou nos três principais modelo (da época) de lares chefiados por mulheres de acordo com a ONU:

[...] pode-se encontrar três tipos de domicílio chefiado por mulher: (a) domicílios compostos por somente uma pessoa; (b) domicílios onde há mulheres e crianças, mas não homens adultos; (c) domicílios onde há homens adultos presentes mas onde devido à invalidez, desemprego, alcoolismo ou outros fatores, uma mulher é a principal provedora econômica (NOVELLINO, 2004, p. 9).

Embasada nesta classificação Novellino (2004) vai demonstrar que as mulheres só chegariam à chefia do lar, pela falta de um homem adulto, dito como provedor. Por diversos motivos, morte, separação, etc. Ou diante de um estado invalidade deste homem. A autora chega a citar que estudos recentes da época demonstravam a existência da chefia das mulheres em lares onde o homem não era invalido.

E ainda levantou a discussão sobre o termo chefe de domicílio:

Em praticamente todas as pesquisas analisadas, o termo ‘chefe de domicílio’ diz respeito à definição dos censos e pesquisas amostrais para os quais o chefe não é, necessariamente, o principal provedor econômico, mas aquele que é reconhecido como tal pelos outros moradores do domicílio ou assim se declare. Um problema bastante conhecido no que diz respeito à análise da chefia é o fato de que a definição típica das pesquisas censais e amostrais para chefia de domicílio (a chefia auto-declarada sem uma clara definição a priori) foi criada pelas necessidades da implementação dessas pesquisas, e não por um propósito analítico. Pois a preocupação principal dessas pesquisas é dar conta de todos os membros do domicílio e evitar contagem dupla durante a aplicação dos questionários, pela atribuição de uma pessoa de referência, a partir da qual todos os relacionamentos entre os membros do domicílio possam ser estabelecidos (NOVELLINO, 2004, p. 10).

A autora demonstra a dificuldade da averiguação acerca desta possível chefia do lar. Isso muito ainda era dado pelas questões sociais vivenciadas até então, inadmissível e até vergonhoso era para um homem ter seu lar sustentado apenas por sua esposa.

Nos dias atuais não que estes modelos tenham sido excluídos. Muitos deles passaram por reformulações, outros surgiram. Mas a ideia de que um lar só é chefiado por uma mulher pela falta de um homem já tem sido superada ao longo dos anos.

O IPEA (2010) revelou que cada vez mais os lares passaram a ser chefiados por mulheres e que cada vez mais tem sido notado vários tipos de formações familiares:

Essas famílias, no entanto, são bastante heterogêneas e apresentam as mais diversas configurações: mulheres solteiras, separadas ou viúvas com filhos e tendo ou não parentes e/os; u agregados em casa; mulheres solteiras, separadas ou viúvas, sem filhos com presença ou não de parentes e/ou agregado mulheres solteiras, separadas ou viúvas morando sozinhas; e, ainda, mulheres casadas chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa, com ou sem filhos (IPEA, 2010, p. 5).

O Instituto também revelou que a troca das nomenclaturas “pessoa de referência” para “chefe do domicílio” “foi uma grande conquista e de grande importância para uma melhor precisão na identificação dos lares brasileiros. Pois de acordo o IPEA (2010) ainda era muito comum em uma estrutura social fundada no patriarcalismo e no sexismo atribuir a figura do homem a referência dos lares.

Segundo o IPEA (2010) em todas as regiões do país foi possível observar o crescimento de lares chefiados por mulheres entre os anos de 2001 e 2009. Tendo como regiões destaques para esta chefia acima da média nacional, o Centro-Oeste com 36,2% seguido do Sudeste com 36%.

Destaca-se também que em comparação a chefia feminina, os lares chefiados por homens têm condições bem mais favoráveis:

É possível compreender, portanto, que, na maior parte dos casos, a chefia masculina se dá em condições mais favoráveis que a feminina. Além de a remuneração masculina ser, na média, superior à feminina, há a presença de uma companheira que, muitas vezes, aporta renda para o domicílio na condição de coprovedora, e que é, ainda, responsável por grande parte do trabalho de reprodução do grupo doméstico (IPEA, 2010, p. 5).

Ou seja, os lares chefiados por homens seguem em vantagens pelo simples fato da sua presença e com isso os “benefícios” por serem homens, além de ainda terem a figura de suas esposas que em grande maioria trabalham auxiliando de forma direta no sustento dos lares, acrescida da prestação não remunerada pelos serviços domésticos, que incluem o cuidado com a casa, dos filhos, etc.

Nos lares chefiados apenas mulheres em grande maioria não existe a presença de um companheiro com quem está mulher possa dividir o sustento da casa e muito menos com os afazeres do lar. Se for feito um recorte social, mulheres pobres, pretas e chefes de família, em sua maioria estão alocadas em regiões periféricas, têm baixo nível de escolaridade e laboram em atividades de serviços domésticos, dos quais nem sempre são formalmente contratadas.

Muitas dessas mulheres prestam serviços para mais de uma residência, uma vez que a remuneração é extremamente baixa. Já outras, para garantir o sustento dos filhos, trabalham e residem na casa dos patrões, deixando o cuidado dos seus filhos a um terceiro, normalmente o filho mais velho cuidado dos irmãos maiores.

De acordo com Almeida (2007) mulheres inseridas nas camadas média e popular encontram dificuldades para conciliar trabalho com a educação dos filhos. Uma tarefa que sem foi dada a elas e que segundo a autora acaba por sobrecarregar essas mulheres, observando sempre a sua posição social no qual cada mulher se encontra inserida:

Existe uma atribuição no sentido de maternidade que se mostrou comum entre as mulheres trabalhadoras das camadas média e popular que participaram deste estudo: o cuidado e a educação dos filhos. Estes valores sempre foram atribuídos à figura feminina desde o tempo do Brasil Colônia. Provavelmente por isto é que estes significados integram a matriz sócio-histórica das mulheres estudadas.

Na camada média, as mães continuaram a se ver como a responsável pela educação e cuidados infantis, mesmo quando podiam contar ou dividir essas tarefas com uma rede social de apoio como o marido, avó, etc. Já algumas mães da camada popular parecem conseguir dividir, e algumas até mesmo delegam a educação e o cuidado dos filhos a um membro da família ou a alguma outra instituição (creche, escola,) (ALMEIDA, 2007, p. 419).

O trecho acima comprova o que anteriormente foi discutido neste trabalho. A chefia dos lares femininos é bem mais dificultosa em detrimento da chefia dos homens.

E mesmo nos lares onde exista a presença do homem em muitas vezes essas mulheres da classe média que trabalham precisam recorrer a uma rede de apoio ou a uma instituição; diferente da mulher pobre e periférica que tem essa dificuldade acentuada por morar muitas vezes em localidades onde não tenha creches ou de difícil acesso para deixar as crianças devido ao processo de segregação que coloca essas mulheres assim a margem dos recursos oferecidos pelas cidades.

Segundo Fernandes (2020) ausência dos homens na figura de marido e pai se dá pela falta de noção destes em cumprir o seu papel social e corrobora para que essas mulheres acreditem no descompromisso por parte destes:

As narrativas em que as mulheres representam “ausência”, marcando o descompromisso dos homens nas obrigações de parentesco, mostram que estamos diante de interdependências que implicam pensar elementos de conflito, tal como a ação de “pais ausentes” ou de um “Estado”, que além de não prover recursos de forma ampla interfere na vida de mulheres mães, crianças e moradores de forma persecutória. Trata-se de interrogar acerca do processo social e invisível que fornece condições para que um pai que não assume suas obrigações seja pensado como, de fato, uma parte “fora da família”, desimplicado do circuito de cuidado. É importante marcar o descompromisso masculino como algo “dentro” das relações de parentalidade e interdependência, ainda que sua posição seja também marcada como imaterial e desencarnada (FERNANDES, 2020, p. 225-226).

Essa narrativa cria desde cedo nos filhos a insegurança, pois acaba por gerar um ciclo vicioso dentro dessas famílias chefiadas por mulheres. As meninas por medo de engravidar e não conseguiram contar com o apoio dos seus companheiros e acabarem por ter que enfrentar as dificuldades vivenciada pelas mães e avós; e nos meninos essa ideia de não pertencimento e de insuficiência para lidar com uma criança e em grande maioria seguem pelo caminho do abandono assim como fizeram seus genitores.

Essas chefes de família também sofrem com o abandono por parte do Estado que invisibiliza esses lares. O Brasil ainda não conseguiu criar e aplicar uma política pública de assistência social que pudesse erradicar a pobreza e as condições precárias desses grupos familiares.

O Bolsa Família é o programa social de repasse de renda mais conhecido e duradouro no país. Criado no ano de 2003 e sancionado na Lei Federal nº10.836, de 9 de janeiro de 2004, seu principal objetivo era combater a pobreza extrema em todo o país, voltando maiores atenções para as regiões mais pobres.

O programa social foi criado baseado em três eixos:

Complemento da renda - todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.

Acesso a direitos - as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social

Articulação com outras ações - o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza (BRASIL, 2020, n.p).

O público alvo mencionado anteriormente era o de famílias pobres independente da chefia feminina. Porém, o repasse de valores para mulheres grávidas e mães solo era um pouco maior a fim de tentar diminuir os impactos causados pela desigualdade nessas famílias.

O programa foi criado pelo o governo federal, mas existia a parceria entre a União, Estados e Municípios para as questões de cadastramento e manutenção do benefício para as famílias. O Bolsa Família enfrentou inúmeras críticas e resistência por parte da sociedade civil. Muitos enxergavam o programa como uma ação populista do então Presidente. Campello (2013) afirmou que:

O pagamento do benefício por meio de cartão magnético pessoal e a priorização dada à mulher como titular deste cartão – hoje, 93% dos titulares são mulheres – proporcionaram o empoderamento feminino em espaços públicos e privados. O ganho de autonomia das mulheres e de ampliação da cidadania, enfatizado no trabalho de Leão e Pinzani, é um dos principais indicadores do potencial intrínseco de mudança na sociedade, dependente apenas do impulso proporcionado por políticas adequadas (CAMPELLO, 2013, p. 18).

A autora traz nessa afirmativa o quanto o programa contribuiu para esta autonomia feminina que em muitos casos é a responsável pelo sustento dos lares. Camargo et al. (2013) traçaram o perfil de quem recebia o benefício do programa. Até o mês de março de 2013 o número de famílias atendidas pelo bolsa família era de 13.872.243. Desse total, 42,2% das famílias beneficiárias eram chefiadas por mulheres. Alertaram também que nas regiões Sudeste, Centro-oeste e Norte o número de famílias chefiadas por mulheres e beneficiárias do programa eram ainda maiores.

Camargo *et al* (2013) ainda afirmam que:

[..] que a menor idade média dos responsáveis familiares ocorre nos arranjos monoparentais femininos. Nestes, a idade média é de 35,1 anos. Aqui, é possível haver mulheres em situação de imensa vulnerabilidade na medida em que não podem contar com outros adultos para a manutenção e o cuidado da família. Ao mesmo tempo, as mulheres mais jovens enfrentam duas distorções do mercado de trabalho: as conhecidas barreiras para a sua entrada colocadas aos jovens em geral e os diferenciais de rendimento frente a um homem com o mesmo nível de instrução. Neste sentido, a oferta de serviços de creche e de políticas de emprego e qualificação para estas mulheres é de especial importância para que possam buscar a promoção da renda familiar (CAMARGO *et al.*, 2013, p. 165).

De acordo com os autores a vulnerabilidade dessas mulheres chefes de família mesmo recebendo o benefício ainda é grande, pois as mesmas sofrem com outros percalços que contribuem para que elas e suas famílias permaneçam nestas condições de pobreza.

Por último, o levantamento feito pelos autores apontam que 75% dos beneficiários estão domiciliados em áreas urbanas, cuja localização seriam as áreas periféricas, com níveis altos de precarização; e que mais da metade são pessoas pardas (66,7%).

O programa Bolsa Família (renomeado como “Auxílio Brasil” e descaracterizado de seus princípios durante o Governo Bolsonaro), foi uma importante assistência para mulheres chefes de família, mesmo não atendendo a todas as famílias em situação de pobreza. Mas foi importante primeiro para que estas mulheres pudessem viver de forma digna sem os impasses da fome ou da miséria. É preciso desenvolver uma política pública assistencial e contínua que forneça elementos concretos respeitando as especificidades de cada realidade para que estas famílias chefiadas por mulheres vençam os desafios do cotidiano.

2.4. Pluralidade de Mundo da mulher urbana periférica

A sociedade brasileira é formada por uma pluralidade de identidades e realidades. Mesmo existindo esta pluralidade, os segmentos sociais brasileiros optam por se juntarem com pessoas que compartilham da mesma condição social e modo de vida, gerando assim separações dentro do espaço urbano.

Para Vaitsman (1997) essa pluralidade social está conectada de algum modo:

A pluralidade de mundos que convivem na sociedade brasileira é fenômeno amplamente falado e documentado pela sociologia e historiografia nacionais. Oposições como tradicional/moderno, rural/urbano, casa/rua, individualismo/hierarquia, têm sido instrumentos teórico-conceituais utilizados para se pensar e interpretar as relações e instituições sociais brasileiras, ainda que sua característica "híbrida" e "relacional", isto é, a

capacidade de misturar elementos de diferentes mundos práticos e simbólicos, seja justamente considerada traço típico do modo brasileiro de agir na vida cotidiana. Mais recentemente, implicações e efeitos perversos da participação dos diferentes segmentos sociais nessa pluralidade de mundos vem referenciando reflexões sobre a exclusão social, cidadania e violência urbana (VAITSMAN, 1997, p. 304).

A autora vai defender a ideia de que esses grupos sociais por mais que mantenham uma relação direta ou indireta sabem exatamente a qual espaço cada um é pertencente, pois o seu lugar e papel na sociedade foi definido por sua condição econômica, raça e gênero e dificilmente conseguirá mudar o contexto no qual ele vive.

Para Maiolino e Mancebo (2005) a exclusão social traz consigo outras tantas formas de exclusão:

Fala-se de exclusão e há uma autorização praticamente consensual para que aí estejam inseridas, de forma amalgamada, exclusões cultural, espacial, social e econômica. Nessa linha de raciocínio, os habitantes pobres da periferia constituem-se, a priori, como indivíduos marcados por essas exclusões, subjetivando-se como *os de fora* (MAIOLINO; MANCEBO, 2005, p. 14).

Para os autores a exclusão social sofrida por quem reside nas favelas perpassa a ideia de lugar no mundo, pois acaba suprimindo o direito de cidadania dos mesmos. Uma vez que estes não têm acesso ou enfrentam grandes dificuldades para acessar todos os recursos existentes nas cidades.

Maiolino e Mancebo (2005) afirmam que este processo de exclusão tem suas peculiaridades em cada cidade, pois isso depende muito de como o tecido urbano de cada cidade foi construído. Assim, cabe aos estudiosos e pesquisadores identificarem as especificidades desses grupos sociais colocados à margem dos grandes centros e seus recursos, a fim de melhor compreender esse processo.

Vaitsman (1997) vai buscar compreender a diferença entre as mulheres suburbanas e não suburbanas:

[...] mulheres das camadas mais altas haviam rompido com os papéis restritos à esfera privada, buscando unir dos lados de sua realização pessoal no mundo público da carreira e do trabalho remunerado, por verem a vida doméstica como prisão e/ou empreendendo comportamentos afetivo-sexuais fugindo aos padrões típicos da família conjugal moderna. Em outro sentido, a identidade das mulheres de baixas renda e educação permaneceria tradicional. Entre essas, o papel de esposas e donas-de casa seria valorizado devido ao fato de, além da dupla jornada, elas só terem acesso, no mundo do trabalho remunerado, a atividades mal-pagas, repetitivas e sem qualquer perspectiva de realização pessoal, o que, no caso das chefes de família, seria acentuado pela ausência masculina (VAITSMAN, 1997, p. 306).

A autora então demonstra que no fim do século passado a discrepância entre mulheres de diferentes classes sociais era gigante. Enquanto as pertencentes aos segmentos de alto padrão enxergavam o trabalho doméstico como uma forma de submissão e por isso estavam lutando em busca de qualificação para o mercado de trabalho e uma melhor remuneração; mulheres suburbanas trabalhavam em prol de garantir o sustento de sua casa e filhos com os trabalhos domésticos, precarizados e com baixíssimos salários, pois estas não tinham acesso à educação para buscarem melhores condições de vida.

Maria Carolina de Jesus (1960) em seu livro intitulado “*Quarto de despejo-Diário de um Favelada*”, vai narrar as dificuldades e preconceitos vivenciados em sua vida morando em uma favela na cidade de São Paulo. A autora descreve como era o seu cotidiano como catador de papelão e ferro.

Mãe solteira e com três filhos para criar, a autora revela com riqueza de detalhes sua rotina diária:

15 DE JULHO DE 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne, 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se (DE JESUS, 1960, p. 10).

A autora no recorte acima demonstra como a pobreza e a miséria faziam parte da sua vida e na vida dos seus filhos. Em outro trecho do livro detalha como a exclusão social e o preconceito racial também eram vivenciados:

Saí a noite e fui catar papel. Quando eu passava perto do campo do São Paulo, várias pessoas saíam do campo. Todas brancas, só um preto. E o preto começou insultar-me:
—Vai catar papel, minha tia? Olha o buraco, minha tia (DE JESUS; 1960, p. 12).

As ofensas eram diretas à mulher preta, pobre, favelada e mãe solo. De Jesus, (1960) também revela o preconceito sofrido por ela dentro da própria favela. As demais mulheres a julgavam por não ter marido e por ter de deixar os filhos sozinhos enquanto a mesma saía para buscar o sustento da sua família.

O fato é que histórias como a da autora por muito tempo foram e continuam sendo a realidade de muitas mulheres residentes em áreas periféricas, em cidades de diferentes

dimensões. A invisibilidade feminina dentro desses espaços urbanos ocorreu por décadas. Sofriam por serem mulheres, pobres, sem instrução e residirem em favelas.

Porém, nos últimos tempos tem se notado que as mulheres residentes em favelas mesmo com todas as dificuldades estão assumindo papéis importantes dentro das suas comunidades. Para Nunes (2021) as mulheres não só estão se articulando dentro das favelas, mas também com conexão com o restante das cidades:

Elas estão nas favelas, mas também na cidade. Nesse sentido, nos interessa conhecer a participação das ativistas sociais moradoras de favela nessa ação micropolítica de mobilização e negociação com o poder público. Essas mulheres, sujeitas com agências, estão criando determinados repertórios para enfrentar a estrutura desigual a que estão permanentemente submetidas. Reconhecem que o Estado não age para amenizar os conflitos postos pelas desigualdades e para garantir formas de melhor viver nas favelas, mas não se acomodam. Realizam ações de diferentes naturezas: trabalham com educação, saúde, cultura, meio ambiente, violência contra mulher, terapia do riso, educação menstrual, segurança alimentar, entre tantas outras atividades (NUNES; 2021, p. 114).

Porém, cabe a ressalva de que este processo não foi tão rápido. Nunes (2021) revela que, numa localidade gerada a partir de uma segregação socioespacial na qual a desigualdade reflete a inúmeras vulnerabilidades existentes, criar agentes que buscam transformar a realidade de miséria, pobreza, desigualdade, violência, além dos inúmeros impasses não é uma construção fácil e pacífica.

A autora revela que este processo começou a surgir ainda nos anos 80, mas é somente nos anos 90 que começam a ganhar notoriedade dentro e fora das favelas. Encabeçado por mulheres e que em grande maioria são negras, elas buscam ganhar seu espaço através das práticas resultantes do seu cotidiano. De acordo com Nunes (2021):

Ser negra e ser mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo sexismo, pelo racismo e pela classe social a coloca na extremidade da condição subalterna, aqui acrescida ainda pela dimensão territorial. Nessa perspectiva interseccional, essas mulheres subvertem a ordem e desenvolvem um modo particular de fazer política. Fazem gestão de territorialidades (redes) que se constroem como teias no interior do território da favela e se engajam na busca de transformação de um coletivo que transcende suas relações pessoais. Em uma escala micro local que nos compete explorar, o exercício do poder dessa mulher, ainda que desempenhado de forma simbólica, produz mudanças efetivas na vida da favela devido à sua capacidade de se articular com as políticas públicas, com os movimentos sociais, com coletivos e com quem mais estiver ao seu alcance (NUNES, 2021, p. 114-115).

Para Andrade (2015) essas mulheres travam uma luta não só contra o racismo, mas com outras subalternidades que contribuem para a segregação socioespacial dessas mulheres:

A extrema desigualdade brasileira é uma realidade entranhada pela marca do racismo. No entanto, cabe destacar aqui que o sujeito em questão, a mulher de favela, carrega em si um feixe de outras componentes de subalternidade: a identidade de gênero, de classe social e sua pertença geopolítica, uma vez que ela se enuncia de um território de segregação sócio-espacial: a favela (ANDRADE, 2015, p. 134).

A autora em seu trabalho vai destacar que a maioria das mulheres de favelas entrevistadas por ela são negras e que o fator racial não pode ser desconsiderado, uma vez que este, combinado com o patriarcalismo contribui diretamente para a desigualdade de gênero.

São nestas múltiplas agressões sociais que o protagonismo dessas mulheres se alicerça em busca de minimizar os impactos desta exclusão social acarretada pelas desigualdades. Andrade (2015) diz então que:

Elas construíram suas trajetórias pautadas pelo inconformismo, alicerçando outros espaços subjetivos e sociais. Fizeram e fazem a diferença nos seus locais de moradia e de trabalho. Suas falas nos importam particularmente, por falarem de si mesmas, enunciando-se do lócus de suas próprias histórias de vida. Percorreram caminhos diversos, transitaram na pobreza. Mas, saem do seu lugar, tornaram protagonistas de histórias pessoais e coletivas de coragem, determinação e enfrentamento (ANDRADE, 2015, p. 143).

É a partir desta multipluralidade feminina que estas mulheres vêm se organizando socialmente e politicamente a fim ocupar espaços não ocupados antes. Por meio de uma rede de comunicação interna, entre elas mesmas e externa, com o restante da cidade essas mulheres têm desenvolvido ações.

Nunes (2021) reafirma a ideia de Andrade (2015) sobre a noção de que estas mulheres têm transitados nas favelas, mas também nas cidades, lutando por direitos básicos negligenciado pelo Estado:

Elas estão nas favelas, mas também na cidade. Nesse sentido, nos interessa conhecer a participação das ativistas sociais moradoras de favela nessa ação micropolítica de mobilização e negociação com o poder público. Essas mulheres, sujeitas com agências, estão criando determinados repertórios para enfrentar a estrutura desigual a que estão permanentemente submetidas. Reconhecem que o Estado não age para amenizar os conflitos postos pelas desigualdades e para garantir formas de melhor viver nas favelas, mas não se acomodam. Realizam ações de diferentes naturezas: trabalham com educação, saúde, cultura, meio ambiente, violência contra mulher, terapia do riso,

educação menstrual, segurança alimentar, entre tantas outras atividades (NUNES, 2021, p. 114).

O trecho acima demonstra como essas mulheres têm se relacionado com a cidade e suas adversidades do cotidiano. Contrariando a ordem social estabelecida, estas mulheres têm buscado fazer o trabalho do Estado nos locais inviabilizados pelos mesmos.

Como forma de buscar mudar este cenário muitas dessas mulheres tem buscado a educação para transformações pessoais e sociais:

Para superar a situação de pobreza, o racismo e os estigmas que carregam por viverem em territórios segregados, a grande tática dessas mulheres, aliás, não somente delas, mas também a de suas mães e avós, tem sido a da opção pela educação formal [...] (SCHWARZSTEIN, 2019, p. 310).

Nunes (2021) afirma que este acesso à educação possibilita a estas mulheres mais uma opção a ser seguida nas suas vidas, de seus familiares e até mesmo de suas comunidades. Essas mulheres que circulam entre o restante da cidade e a periferia, são pontes de conhecimento para que estas possam se organizar politicamente na defesa de melhorias de vida para suas comunidades e moradores.

Shawarzstein (2019) afirma em sua pesquisa que as mulheres periféricas entrevistadas se dividiam entre longas jornadas de trabalho e estudos, pois tinham sido geradas nelas a noção de que a educação poderia transformar suas vidas. Nunes (2021) complementa afirmando que isso só foi possível a partir da criação de políticas públicas de ingresso e permanência, tais como cotas raciais e programas como o Prouni.

É partindo desta instrução educacional, mas também de uma noção de pertencimento, que essas mulheres têm se organizado politicamente para atender os anseios de suas comunidades através das lideranças de bairros, onde estas estão a frente da criação de associações de moradores, institutos e ONGs (Organizações Não Governamentais) cuja função é atender os direitos básicos dos moradores daquela região.

É possível fazer uma ligação direta com a ideia de construção do direito à cidade defendida por Lefebvre (2001) e Harvey (2014) e a ação dessas mulheres, que perpassa a noção de uma cidade igualitária na qual todas as pessoas sejam respeitadas, independentemente do gênero, raça ou condição socioeconômica e possam desfrutar de todos os benefícios e áreas da cidade.

Essas mulheres têm buscado superar as barreiras sociais invisíveis a fim de garantir um urbanismo igualitário não somente para elas, mas para todos os outros que

estão diretamente ligados a estas mulheres. Para Nunes (2021) este protagonismo das mulheres dentro e fora da comunidade é importante pois:

Elas transcendem o local, acessam a cidade, o estado e muitas vezes o país, num movimento permanente em defesa da cidadania dos moradores de seus territórios e na afirmação de uma sociedade democrática e participativa, nos ensinando que é necessário examinar como as experiências participativas dessas mulheres vêm se construindo como espaços de luta no enfrentamento das desigualdades sociais e em prol da sua cidadania e dos demais moradores das favelas onde vivem. Para tais reflexões, estamos tratando de um poder que rompe com as fronteiras demarcadas pelo colonialismo e pelo racismo. Estamos falando de mulheres – negras e pobres – que trazem no corpo múltiplas expressões de uma sociedade marcada pela opressão, pelo patriarcado e pela desigualdade. Junto a essas incorporamos as brancas, igualmente pobres e moradoras das favelas, e que também estão subjugadas às tais condições de opressão (NUNES, 2021, p. 105).

O trecho acima vai de encontro com a explanação feita no decorrer do trabalho. Mesmo não tendo noção formal do que seria o conceito de direito à cidade, estas mulheres têm se organizado politicamente e socialmente para superar os obstáculos criados a partir da fragmentação socioespacial, a fim de garantir o direito à cidadania e a dignidade da pessoa humana. E aqui cabe uma ressalva sobre a explanação de Hannah Arendt (1989), sustentada em *Origens do Totalitarismo*, que a cidadania é o direito a ter direitos. Arendt (1989) vai afirmar que ao garantir a todos a dignidade está se tornando meio para que outros direitos humanos possam ser efetivados a todos. A autora ressalta que os direitos humanos por si só perante ao poderio do Estado se tornam frágeis e vazios.

Ainda mais para minorias sociais cuja sua condição é invisibilizada. Deste modo o direito à cidadania, requerido nas pautas por essas mulheres, se torna uma importante ferramenta garantidora dos demais direitos. Arendt (1989) afirma que onde não houver cidadania não há acesso a qualquer outro direito.

De acordo com Nunes (2021) as favelas enquanto espaço geopolítico é construída a partir de uma sociabilidade fundada em contradições entre necessidades, precariedade, violência, mas também respaldo, assistência e cumplicidade entre os seus moradores.

Silva (2020) revela que apesar das grandes dificuldades, escassez e violência, estas mulheres tem se mostrado perseverantes em suas lutas sociais:

São mulheres fortes, combativas, corajosas e determinadas a fazerem a diferença naquele local, reconhecidas em suas comunidades como referência e liderança na busca de soluções para as dificuldades enfrentadas no dia a dia da comunidade pela população local e na busca incansável de novas oportunidades e mudanças socio econômicas, através de cursos comunitários voltados para a geração de renda e cursos profissionalizantes destinados

principalmente aos jovens periféricos buscando qualificação e inserção desses jovens no mercado de trabalho formal. ao mesmo tempo que lidam com suas responsabilidades e afazeres pessoais e de sua própria família (SILVA, 2020, n.p).

De acordo com a autora, essas lideranças femininas têm contribuído em múltiplos aspectos para transformação da realidade das pessoas que ali residem. Seja por meio da realização de uma ação social ou em outras áreas, tais como, educação, saúde, aperfeiçoamento profissional, etc.

Tudo isso porque a grande maioria das pessoas não têm conhecimento sobre os direitos básicos que existem para proteção e uma melhor condição de vida, uma vez que grande parte destes cidadãos não se sente pertencente à sociedade devido ao processo de segregação socioespacial presente no espaço urbano de um modo geral, colocando estas pessoas à margem da sociedade.

Durante a pandemia estas lideranças femininas se mostraram ainda mais articuladas perante a omissão do Estado na proteção e garantia de direitos básicos a estas comunidades. Fleury e Menezes (2020) afirmam que:

Não foram tomadas medidas de políticas públicas para mitigar o impacto econômico devastador na economia das favelas - onde grande parte da população atua na informalidade ou em serviços domésticos - nem para obrigar as concessionárias a prestarem regulamente os serviços de abastecimento de água e coleta de lixo, tampouco foram tomadas providências para prover acesso gratuito à internet, condição necessária tanto para o trabalho dos agentes comunitários de saúde quanto para a preservação dos moradores em condições de isolamento. Diante dessa situação, organizações e lideranças existentes nas favelas se mobilizaram por meio de diferentes tipos de ação e distintas estratégias no enfrentamento da pandemia (FLEURY, MENEZES; 2020, p. 269).

A discrepância pelas quais os governos estaduais e municipais trataram a pandemia para diferentes segmentos sociais se mostra muito grande. As medidas de prevenção contra a COVID-19 foram desenvolvidas unicamente a partir da realidade dos espaços urbanos que não compreendiam a periferia.

Não foi criado um plano de contingência que pudesse atender a estas localidades. Primeiro no que tange ao distanciamento social, pois em grande parte das áreas periféricas foi impossível respeitar as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) pelo fato das moradias serem construídas em aglomerados.

O segundo ponto a ser observado era o fato de se manter o isolamento social, para pessoas que em sua grande maioria trabalham na informalidade, desde a realização de

faxinas até a comercialização de doces na rua. Exigir que essas pessoas ficassem em casa sem uma política econômica assistencial foi decretar a miséria para estas famílias.

Foi a partir desse ponto em que as consequências das desigualdades ficaram ainda mais evidentes com a COVID-19, que as lideranças comunitárias começaram a se organizar através dos grupos de *WhatsApp e Facebook* para atender as necessidades de suas comunidades. Conforme descrevem Fleury e Menezes (2020):

O enfrentamento da pandemia em cada favela tem variado enormemente dependendo das capacidades e recursos ali existentes, frutos da sociabilidade e de sua organização, bem como das articulações externas com parceiros/apoiadores, e do aprendizado propiciado pela circulação de informações e difusão de tecnologias sobre as diferentes iniciativas empregadas. Essa movimentação tem sido potencializada pelo acesso às tecnologias de informação, por meio das quais os atores políticos difundem informações sobre prevenção por intermédio de vídeos, áudios, cartilhas, fazem denúncias, pedidos de apoio, demonstram as formas de sanitização e de organização sanitária da população etc (FLEURY, MENEZES; 2020, p. 269).

Estas lideranças em grande maioria formada por mulheres das comunidades se organizaram para prestar a assistência de que deveria ter partido do Estado, mas como isso não aconteceu precisaram agir de maneira independente buscando parceria com entidades.

De acordo com a organização social denominada *Criola*, em uma rede de contatos criada a partir das lideranças comunitárias e ONGs eles puderam realizar a distribuição de cestas básicas e auxílio técnico no cadastramento do auxílio emergencial para mulheres negras das favelas e suas famílias.

O fato é que não só diante da pandemia, mas a muito tempo essas mulheres têm buscado se organizar na defesa de direitos básicos, mas que por conta da invisibilidade criada por diversos fatores sociais, incluindo a fragmentação socioespacial, esse processo tem se mostrado contínuo.

Em cidades em processo de fragmentação as desigualdades socioespaciais que as rodeiam têm sido combatidas por essas mulheres que encontram uma brecha para que pudessem tomar o seu espaço além de transformarem a maneira de superar inúmeros preconceitos pelo fato de serem mulheres.

Transitando entre a periferia e o restante das cidades elas têm buscado na educação o caminho para superar as desigualdades existentes nas suas realidades. Tem se organizado politicamente, se desvinculando da política institucional com o objetivo de

traçar novos caminhos, na criação de associações e ONGs que de fato cumpram o seu papel social.

Mesmo diante da violência, miséria e precarização estas mulheres têm desenvolvido ações na saúde, educação, lazer e no empreendedorismo não só de outras mulheres de suas famílias, mas de maneira geral anseiam atender a todas a fim de garantir a cidadania e a dignidade de todos. Criando uma noção de pertencimento à cidade como um todo.

Deste modo, mesmo que em Ituiutaba não tenhamos favelas propriamente ditas, consideramos que as experiências das mulheres relatadas acima possuem paralelos com a vida das mulheres que moram nas periferias pobres da cidade, tanto no que diz respeito aos contextos de exclusão e marginalização quanto ao que se refere à construção das resistências e subversões, como tratamos na próxima seção.

3. COTIDIANO DAS MULHERES RESIDENTES EM BAIROS PERIFÉRICOS POBRES DE ITUIUTABA: ENTRE A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E O DIREITO À CIDADE

3.1. Caracterizando os bairros periféricos pobres de Ituiutaba-MG

Antes de caracterizar os bairros pobres de Ituiutaba- MG, precisamos compreender o processo de periferação enquanto resultado de um modo de produção do espaço urbano que tende a separar nas cidades os ricos e os pobres.

Segundo Lefebvre (2001), com o desenvolvimento do capitalismo, os detentores do poder econômico e político precisavam se reinventar, então diante disso, começaram a investir economicamente no centro das cidades, onde eram acumulados toda a riqueza e saber.

Lefebvre (2001) aponta ainda que a produção do centro e da periferia como pólos opostos é resultado da aceleração da urbanização frente ao capitalismo.

Com a "suburbanização" principia um processo, que descentraliza a cidade. Afastado da cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar (LEFEBVRE, 2001, p.24-25).

O autor demonstra ainda, como esse processo denominado por ele como "suburbanização"⁵ foi se dando de maneira desordenada no entorno das cidades, fazendo com que a população ali excluída perdesse a noção de pertencimento à cidade (centro) mas mantendo a relação de dependência com essa cidade excludente:

Com a criação do subúrbio começa na França um pensamento urbanístico encarniçado contra a Cidade. Singular paradoxo. Durante dezenas de anos, sob a III República, aparecem os textos autorizando e regulamentando o subúrbio habitacional e os loteamentos. Em redor da cidade instala-se uma periferia desurbanizada e, no entanto, dependente da cidade. Com efeito, os "suburbanos", os dos "pavilhões" residenciais, não deixam de ser urbanos mesmo que percam a consciência disso e se acreditem próximos da natureza, do sol e do verde. Urbanização desurbanizante e desurbanizada, pode-se dizer para ressaltar o paradoxo (LEFEBVRE, 2001, p.25).

O autor destaca ainda o processo de interdependência entre a cidade e a periferia, além da noção do sentimento de não pertencimento para aqueles que viviam nos arredores

⁵ Apesar de vários autores utilizarem "suburbanização" para tratar da divisão da cidade entre centro rico e periferia pobre, o termo ficou associado aos subúrbios norte-americanos, que tinham como conteúdo social a classe média. Assim, para a análise das cidades brasileiras, é mais adequado tratar da periferação do espaço.

das cidades. O que continua a valer na atualidade. Sposito (2004) vai além, ao reunir autores que discorrem sobre o surgimento dessas áreas periféricas anteriores ao processo de industrialização.

A autora vai afirmar que:

Podemos verificar, assim, que, apesar da concentração, o processo de extensão das cidades se iniciou há muitos séculos e é concomitante, no caso da Europa medieval, à passagem do poder do campo para a cidade (SPOSITO, 2004, p.117).

Para além disso, a autora destaca que é preciso observar as diferenças entre esses processos de suburbanização. Reafirmando que tal processo após a 1^o Revolução industrial foi bem mais denso e acentuado:

No que se refere à suburbanização que ocorreu, durante o século XIX, há especificidades que devem ser observadas. A densidade continuava a se acentuar e a suburbanização respondia, prevalentemente, aos impulsos decorrentes do rápido aumento populacional e ampliação dos papéis desempenhados pela cidade, promovidos pela industrialização, logo após a 1^a Revolução Industrial (SPOSITO, 2004, p.118).

Para Sposito (2004) a expansão da urbanização e da suburbanização estava diretamente ligada com a crescente concentração demográfica das cidades, resultando no colapso da estrutura urbana, o que acabava reforçando ainda mais as desigualdades e como consequência a separação socioespacial.

Chaveiro e Anjos (2007) trazem uma perspectiva do surgimento das periferias a partir da sociedade grega:

Nas cidades pensadas por arquitetos gregos, a dinâmica socioespacial tendia a manter o cidadão como agente tanto da periferia quanto do centro, a partir da posse de um lote ao centro e de outro à periferia. A fragilidade de tal harmonia entre centro e periferia reside no fato de que se excluíam todos aqueles que não eram considerados cidadãos (escravos, mulheres, crianças) e que, de alguma forma, participavam dessa dinâmica espacial (CHAVEIRO; ANJOS, 2007, p. 183).

Os autores irão discutir a relação entre o sujeito e o espaço. Eles afirmam que se por acaso na sociedade grega as pessoas tivessem igualdade social, independente de se localizarem no centro ou na periferia, a dinâmica socioespacial sofreria uma interferência mínima no que tange à mobilidade de acesso aos centros (CHAVEIRO; ANJOS, 2007, p. 183).

Assim como Sposito (2004), Chaveiro e Anjos (2007), entendem a partir dos estudos de Lefebvre (2001) sobre o processo de industrialização e urbanização na França, o nascimento da figura do que eles denominaram como ‘agente social, o habitante da periferia urbana-industrial’.

Sobre esse aspecto, Sposito (2004) tece a seguinte análise:

Assim, verificamos que se iniciou, ainda no século XIX, a mudança do conteúdo social e cultural da periferia, já que a suburbanização que se observava desde a Antigüidade sempre estivera marcada pelo interesse de "fuga" das elites, em busca de ares mais saudáveis e espaços mais amplos no campo, sendo que os problemas urbanos gerados pela rápida industrialização impulsionaram, na segunda metade do século XIX, as primeiras iniciativas de recuperação das áreas centrais, de maior peso histórico e expressão política, promovendo, paralelamente, o afastamento espacial dos mais pobres (SPOSITO, 2004, p.119)

A partir do surgimento desse novo ‘agente social’ e desse afastamento espacial das pessoas menos abonadas, precisamos entender de qual maneira aconteceu o processo de periferização no Brasil.

Chaveiro e Anjos (2007) afirmam que além da alteração do modo de produção outros fatores contribuíram para esse processo:

Além da já relatada mudança no modo de produção, temos, nas décadas de 1930 e 1940, o alargamento da classe assalariada citadina (maioria de estrangeiros em São Paulo e no Rio de Janeiro) empregada na ainda incipiente indústria pesada e cafeeira. Nesse momento inicia-se certa similaridade na dinâmica urbana para o país. Percebe-se que o movimento das “modas” do habitar passa a marcar presença nas principais cidades brasileiras. Podemos perceber uma disputa pelo espaço através das lutas de classes implícitas nas dinâmicas locais urbanas, culminando com o domínio imediato dos espaços desprezados pelas classes média e média alta pela massa pobre (CHAVEIRO; ANJOS, 2007, p. 188).

Ainda nos anos de 1950, classes elitistas ocupam grande parte dos centros das cidades. Porém, por volta de 1960, com a violência crescendo em conjunto com a miséria, começa a existir o esvaziamento desses centros por parte dessa elite (CHAVEIRO; ANJOS, 2007, p. 188), tornando a identificação dos conteúdos sociais da periferia mais complexa.

Sposito (2004) vai afirmar com base nos estudos de Santos (2001), que a especulação imobiliária de forma desenfreada também contribuiu para que a população pobre deixasse os centros urbanos, rumo à periferia. A partir desse ponto as pessoas mais pobres começaram a ocupar de forma irregular os espaços periféricos:

Não raramente, nessas cidades, a ocupação da periferia foi sendo feita irregularmente, no século XX. Muitas vezes, a iniciativa privada se incumbiu de implantar loteamentos sem atender as exigências da legislação urbana (tamanho mínimo dos lotes, largura mínima das vias, definição de áreas verdes e de uso institucional, incorporação de infraestruturas mínimas etc) e, portanto, sem aprovar seus projetos, inviabilizando a legalização da aquisição de seus lotes. Em outras vezes, é a falta de condições econômicas para essa aquisição que explica a ocupação de áreas não loteadas, gerando favelas, caracterizadas pela posse ilegal das terras ocupadas (SPOSITO, 2004, p.102).

Neste mesmo sentido, Magalhães (2010) reforça que a cidade do Rio de Janeiro começou a crescer de uma forma descontrolada e o Estado não conseguiu acompanhar tal ritmo para a construção de moradias populares para atender a população mais pobre:

No século XX a cidade cresce de forma acelerada e o esforço do Estado em construir habitações populares não é suficiente para acomodar o fluxo de imigrantes. Como parte dos salários não era suficiente para a compra ou aluguel de moradias formais restou a solução de morar em terrenos ilegais, por serem mais baratos, próximos aos locais de trabalho e permitirem a construção progressiva e sem regras. A população em favelas cariocas cresce a taxas superiores ao resto da cidade, mesmo com as políticas de remoção de favelas nas décadas de 20 e 60. Em 1948 o censo já registrava 139 mil pessoas vivendo em favelas (7% da população da Cidade do Rio). Esse percentual aumenta para 10,2% em 1960, 13,3% em 1970, 16% em 1990 e 18,7% em 2000, que representava 1,09 milhões de pessoas. Para alguns especialistas esse número chegava a 1,5 milhões, pois o IBGE considera apenas favelas com mais de 51 domicílios (MAGALHÃES, 2010, s.p)

Os trechos acima demonstram os processos que baseiam a criação das áreas periféricas nas cidades, de maneira geral. Fica demonstrado como esse processo foi gerado de maneira articulada, a partir da incapacidade do Estado de garantir uma política de habitação para os segmentos mais pobres, colocando esta população à margem da sociedade, acentuando as desigualdades socioespaciais vivenciadas no seu dia a dia.

Para Cardoso (2007) a política habitacional desenvolvida pelo Estado a partir de 1964, com criação do Banco Nacional de Habitação, responsável pelo maior fundo de habitação do país, é ineficaz por inúmeros motivos, tais como, restrições que inviabilizam o financiamento dos imóveis para os segmentos mais pobres.

O autor revela que com a criação do Estatuto da Cidades, o poder público começou a ter um certo controle sobre a especulação imobiliária e fundiária, trazendo assim a possibilidade de equilibrar o setor. Porém, Cardoso (2007) alerta que as legislações presentes no estatuto da Cidade precisam ser adaptadas para as múltiplas realidades existentes no Brasil.

Cardoso (2007) afirma que:

Em resumo, existem restrições de ordem macroestrutural que tornam a favela a solução possível para a carência de moradias. Essas restrições são ainda agravadas pela “funcionalidade” da sobrevivência da favela para a reprodução do sistema político. De fato, a tolerância e a acomodação histórica de sucessivos governos com o problema da favela se refletem, por um lado, na falta de centralidade do tema da habitação nas demandas populares por políticas sociais e, por outro lado, no papel de intermediação e cooptação das lideranças clientelistas e populistas que se alimentam da “troca” do apoio à ocupação, visto como favor e não como direito, pelo voto (CARDOSO, 2007, p. 223).

O autor constrói uma crítica direta à forma como a habitação das classes mais pobres não é pautada como um assunto de urgência e que esse este problema somando com a ineficácia de uma política habitacional acaba fazendo com que a única opção de moradia para grande parcela da sociedade seja única e exclusivamente as favelas.

Esta crítica do autor vai muito de encontro com as ideias de Harvey (2014) – citado neste trabalho – sobre a questão de que o poder acaba ficando restrito nas mãos de poucos e que estes governam apenas para os seus similares e como consequência desse processo de governança desigual, acaba gerando e estigmatizando ainda mais as diferenças sociais.

Isso faz com que as pessoas com dificuldades de se manter em áreas consideradas nobres, acabam sendo colocadas às margens dessas localidades, evidenciando, no plano do tecido urbano, a desigualdade socioespacial que divide estas classes sociais e que vão sendo reforçadas nas práticas espaciais cotidianas e na constituição dos imaginários urbanos.

Sposito (2004) afirma que tal situação não é mais apenas um problema das grandes metrópoles. A autora afirma que já é possível observar essa periferização em cidades de porte médio, na qual se encaixa a cidade de Ituiutaba, recorte espacial deste trabalho.

Para Sposito (2004) estamos diante de novas possibilidades de produção do espaço urbano e conseqüentemente gerando novas práticas socioespaciais. Isso acaba sendo a base para que ocorram transformações no papel que a cidade tem perante suas divisões territoriais (Sposito, 2004, p.135).

A autora ainda reafirma esta ideia das novas formas de produção do espaço urbano e suas práticas socioespaciais ao dizer que:

A tendência à sua expansão horizontal e vertical tem provocado o aprofundamento das diferenças, porque a cidade é vendida aos pedaços, enquanto frações de um território denso de possibilidades objetivas e de conteúdos subjetivos, expressos em múltiplos signos. Ao mesmo tempo em que essa produção do espaço busca oferecer a novidade (e não necessariamente

o novo), ela produz a homogeneidade, porque as estratégias imobiliárias se repetem, em diferentes cidades, e se sucedem para que as novidades envelheçam e os novos produtos ganhem preços maiores no mercado (SPOSITO, 2004, p.136)

A análise da autora é visível na realidade da cidade de Ituiutaba. É perceptível a constituição dessa cidade aos pedaços, na qual a riqueza e pobreza podem ser divididas apenas por um muro.

A ideia de que em uma cidade média o centro e a periferia podem ser acessados de forma mais ágil, do ponto de vista da distância, pode até ser um fato, porém existem inúmeras outras barreiras socioeconômicas que impedem ou dificultam o acesso entre essas duas realidades. Conforme bem descreve Sposito (2004):

A dimensão temporal é outro aspecto objeto de atenção. Sendo as cidades médias menores em extensão territorial, os tempos necessários aos deslocamentos entre centros e periferias são menores, tanto do ponto de vista das distâncias, quanto do ponto de vista da fluidez, já que os problemas de trânsito são menores. Isso poderia fazer pensar que a ida ao centro principal, muitas vezes centro tradicional, poderia ser menos difícil e, por isso, mais freqüente, mas o tamanho do mercado gera maior separação social entre as áreas de comércio e serviços, segundo o poder aquisitivo dos consumidores, porque não há mercado suficiente para a manutenção de duas áreas centrais (por exemplo, o centro principal e um shopping center) para o mesmo extrato socioeconômico, tendendo a uma segmentação muito mais rápida e profunda (SPOSITO, 2004, p.135-136)

Como mencionado anteriormente, por mais que as distâncias físicas sejam menores em uma cidade média, as outras barreiras sociais continuam tão presentes, quanto nas grandes metrópoles. Isso reforça a ideia já defendida no decorrer deste trabalho, de que é possível analisar os enclaves sociais da fragmentação socioespacial em cidades não metropolitanas.

O recorte espacial desta pesquisa, como já mencionado, trata-se de uma cidade de porte médio na qual aquela ideia principal de favela, localizada em morros, com construções de palafitas, esgoto a céu aberto, etc; não é uma realidade.

Desta forma, para caracterizar a área periférica de Ituiutaba precisamos fazer a inserção de um novo contexto, a periferização da habitação popular. A fim compreender esse processo de periferização da habitação popular, primeiro se faz necessário entender como se deu origem à criação desses conjuntos habitacionais que atendem milhões de pessoas em todo o país.

Sposito (2004) afirma que o interesse imobiliário pelas cidades médias começa a ser desenhado a partir de 1970, com o crescimento significativo das construções verticais

e isso acabou sendo um fator de transformação tanto para o meio imobiliário quanto para as práticas socioespaciais.

Para Sposito essas construções verticais só reforçaram a expansão territorial:

Do ponto de vista das relações centro periferia, a "onda" da verticalização só fez reforçar o paradigma que orientou a expansão territorial e a estruturação urbana das cidades médias, pois esse produto imobiliário -o apartamento- foi vendido associado a uma localização central, entendida aqui em seu sentido mais amplo, qual seja o das áreas que mais próximas ao centro de comércio e serviços são as melhor equipadas com infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos (SPOSITO, 2004, p.131)

Sposito (2004) continua analisando esse processo de verticalização das cidades médias e suas consequências para o resto da cidade:

Essa tendência ocorreu no mesmo período em que a solução dos problemas habitacionais dos mais pobres, nas cidades médias, passa a se dar por meio da construção de grandes conjuntos habitacionais e de loteamentos populares, implantados pela iniciativa privada ou pelo poder público, na periferia urbana pouco e mal servida pelos meios de consumo coletivo (SPOSITO, 2004, p.131)

Segundo a autora as práticas espaciais aumentaram gerando nas cidades espaços vazios e sem preenchimento de toda área urbana. Levando essas cidades médias para fragmentação, uma vez que as diferenças socioespaciais e do grau de acessibilidade tiveram um crescimento significativo (SPOSITO, 2004, p.131).

De acordo com Bonduki (1994) o Banco Nacional da Habitação (BNH) foi criado em 1964, durante a ditadura militar, tinha como meta a habitação para todos. Porém não foi isso que ocorreu, o banco não acreditava que a habitação popular deveria ser subsidiada, por tanto acabou por atender uma classe média que o utilizava, a partir da poupança compulsória, poupança livre e poupança induzida para o financiamento dos imóveis.

Para o autor as consequências dessa 'política habitacional' excludente, foi o aumento de moradias irregulares construídas por pessoas carentes, que não tinham condições de arcar com as custas do financiamento do BNH. O banco não conseguiu cumprir a promessa de habitação para todos (BONDUKI, 1994, p. 721).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a adotar uma política de Estado social, porém o direito à moradia só veio se tornar uma realidade no ordenamento jurídico nos anos 2000, quando foi aprovada a Emenda Constitucional de nº26.

Neste mesmo período o país passava pela crescente expansão demográfica, a migração para as cidades médias e metropolitanas era grande, surgindo então que houvesse uma retomada de uma política urbanística que pudesse organizar o caos instalado e a habitação era um dos meios para ajudar na solução do problema urbano.

A partir disso houve descentralização da responsabilidade do fomento da habitação. Passando a ser uma responsabilidade cooperada entre a União e os municípios visando assim garantir o financiamento de moradias populares por todo o país.

Em junho de 2005, por meio da lei Federal nº 11.124 foi criado o Sistema de Habitação de Interesse Social (SNHIS):

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS foi instituído pela Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005 e tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, que compõe a quase totalidade do déficit habitacional do País. Além disso, esse Sistema centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, sendo integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério do Desenvolvimento Regional, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, relacionados às questões urbanas e habitacionais, entidades privadas que desempenham atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional (BRASIL, 2020).

Os municípios firmam o pacto com o SNHIS automaticamente precisam desenvolver o Plano Local de Habitação do Interesse Social (PLHIS):

O Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS constitui um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais. É a partir de sua elaboração que municípios e estados consolidam, em nível local, a Política Nacional de Habitação, de forma participativa e compatível com outros instrumentos de planejamento local, como os Planos Diretores, quando existentes, e os Planos Plurianuais Locais (BRASIL, 2020).

A elaboração do PLHIS é uma condição impositiva para a liberação dos recursos necessários para a execução das obras de habitação pública. Em 2009 o Governo Federal, visando superar o déficit habitacional do país por meio da Lei 11.997/2009, cria o Programa Minha Casa Minha Vida. No artigo 1º, fica disposta a estrutura do programa e as metas:

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas:

I - o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU);

II - o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); (BRASIL, 2009).

O programa tinha como meta a criação de um milhão de moradias e o fomento da construção civil, gerando emprego para milhares de pessoas. O programa se dividiu em duas fases: Fase 1 – de abril de 2009 a junho de 2011, Fase 2 – junho de 2011 a dezembro de 2014. A meta de um 1 milhão de casas foi cumprida ao final da primeira fase.

O programa foi dividido também por modalidades de acordo com a renda familiar, para a presente discussão, a modalidade que nos interessa abordar é a de família com a renda mensal bruta até R\$1.800,00, para este grupo o custeio pode chegar até 90 % do valor do imóvel. E o restante poderia ser dividido em até 120 meses e com parcelas entre R \$80,00 a R \$270.00.

Em Ituiutaba desde o lançamento do programa foram criados 12 conjuntos habitacionais, todos da faixa I, totalizando 4.933 novas habitações.

Tabela 1- Conjuntos habitacionais do PCMMV em Ituiutaba - 2023

Nome do Empreendimento	Data de Assinatura	Percentual de Obra (%)	Unidades Habitacionais Contratadas	Unidades Habitacionais Entregues
Residencial Buritys	28/10/2009	100%	328	328
Residencial Canaã I	28/10/2009	100%	500	500
Residencial Canaã II	28/10/2009	100%	500	500
Residencial Nova Ituiutaba I	28/12/2012	94%	529	527
Residencial Nova Ituiutaba III	28/12/2012	94%	468	467
Residencial Nadime Derze Jorge	31/05/2012	100%	331	330
Residencial Nadime Derze Jorge II	30/10/2012	100%	500	499
Residencial Jardim Europa II	07/12/2012	100%	390	389
Loteamento Nova Ituiutaba II	28/06/2013	100%	361	361
Loteamento Nova Ituiutaba IV	28/06/2013	100%	439	439
Residencial Doutor Marcondes Bernardes Ferreira	28/06/2013	100%	230	230
Residencial Gilca Vilela Cancellia	28/06/2013	100%	364	363

Fonte: BRASIL, 2016. Org.: Sousa, 2022.

Esses bairros foram construídos em diferentes áreas da cidade. Todos estão afastados do centro de Ituiutaba, alguns com distância mais longas do que outros. Apesar de todos os conjuntos habitacionais contarem com pavimentação, rede de esgoto, água encanada, iluminação pública, nada além disso foi entregue para os moradores desses bairros.

Faltavam escolas, creches, posto de saúde, praças, quadras e outros ambientes de lazer quando essas casas foram entregues para a população. Conforme o tempo foi passando, alguns equipamentos urbanos foram sendo construídos nos loteamentos mais antigos, como o Buritis e o Canaã. No entanto, em outros, a presença desses equipamentos ainda não é realidade, como nos loteamentos do Nova Ituiutaba. Para Pequeno e Rosa (2015), se faz necessário voltar a atenção para as áreas escolhidas para a implementação dessas habitações populares. A maioria desses locais era vista como desvalorizada e como uma ótima opção de esvaziamento da população carente do restante da cidade.

Maia (2010) nos afirma que a periferia destinada aos trabalhadores não deve ser entendida como um espaço hegemônico, e dentre eles estão inseridos os conjuntos de habitação popular, como é o caso de Ituiutaba. A periferia pobre da cidade de Ituiutaba é caracterizada por habitações populares, sendo que as pessoas que ali residem são trabalhadores, pobres, que encontram nesses bairros a possibilidade de exercer seu direito de moradia.

A habitação precária é um fruto da produção capitalista da cidade, uma vez que, ter uma moradia própria de qualidade reflete o poder aquisitivo das pessoas. Ao reunir essas pessoas de maneira quase que isolada do restante da cidade, oferecendo a elas menos do que o mínimo para sobreviver, se intensifica o processo de segregação e de fragmentação socioespacial nestas cidades.

Como já mencionado, o recorte espacial desta discussão é uma cidade de porte médio cujanoção de periferia, com aglomerado de barracos, sem saneamento de esgoto e ocupações irregulares, não se encaixa na realidade. Em Ituiutaba, tomamos como bairros periféricos conjuntos de habitação populares, que devido a fatores como localização, falta de infraestrutura, dificuldades de mobilidade, etc, ratificam a periferização dessas localidades. Diante disso, em nossos próximos tópicos vamos analisar como as mulheres dos bairros: Nadime Derze, Nadime Derze I, Jardim do Rosário, Jardim Europa I, Jardim Europa II, Nova Ituiutaba III e Santa Edwiges, realizam suas atividades cotidianas como habitar, trabalhar, consumir, ter lazer e mobilidade, a partir de sua condição periférica em Ituiutaba – MG.

3.2.3.2. Cotidiano das mulheres residentes em bairros periféricos pobres

A partir das entrevistas realizadas com sete mulheres residentes em bairros da periferia pobre de Ituiutaba pudemos observar alguns elementos que nos permitem compreender como o processo de fragmentação socioespacial influencia diretamente na sua relação com a cidade.

Estas observações poderiam ser feitas através de qualquer cidadão inserido nesses espaços, uma vez que todos ali sofrem diretamente com os impactos desta cidade dividida em barreiras físicas e simbólicas. Porém, o que nos despertou o interesse foi entender como as mulheres têm vivenciado em seu cotidiano as desigualdades socioespaciais, diante das inúmeras desigualdades de gênero que historicamente marcam seus cotidianos. Assim, a partir das narrativas destas mulheres em condição periférica pretendemos compreender como a fragmentação socioespacial as afeta e dificulta a construção do direito à cidade.

Como o enfoque da pesquisa é qualitativo, não pretendemos afirmar que os elementos encontrados nas falas de nossas sete entrevistadas podem ser generalizados e entendidos como síntese do cotidiano das mulheres periféricas de Ituiutaba. Interpretamos suas falas e realidade como possibilidades de vivências periféricas reveladas a partir de nossas entrevistadas.

Para que suas falas possam ser interpretadas de maneira contextualizada, apresentamos uma breve caracterização de alguns aspectos biográficos das mulheres entrevistadas, como idade, profissão e bairro de residência, como demonstrado na tabela 2.

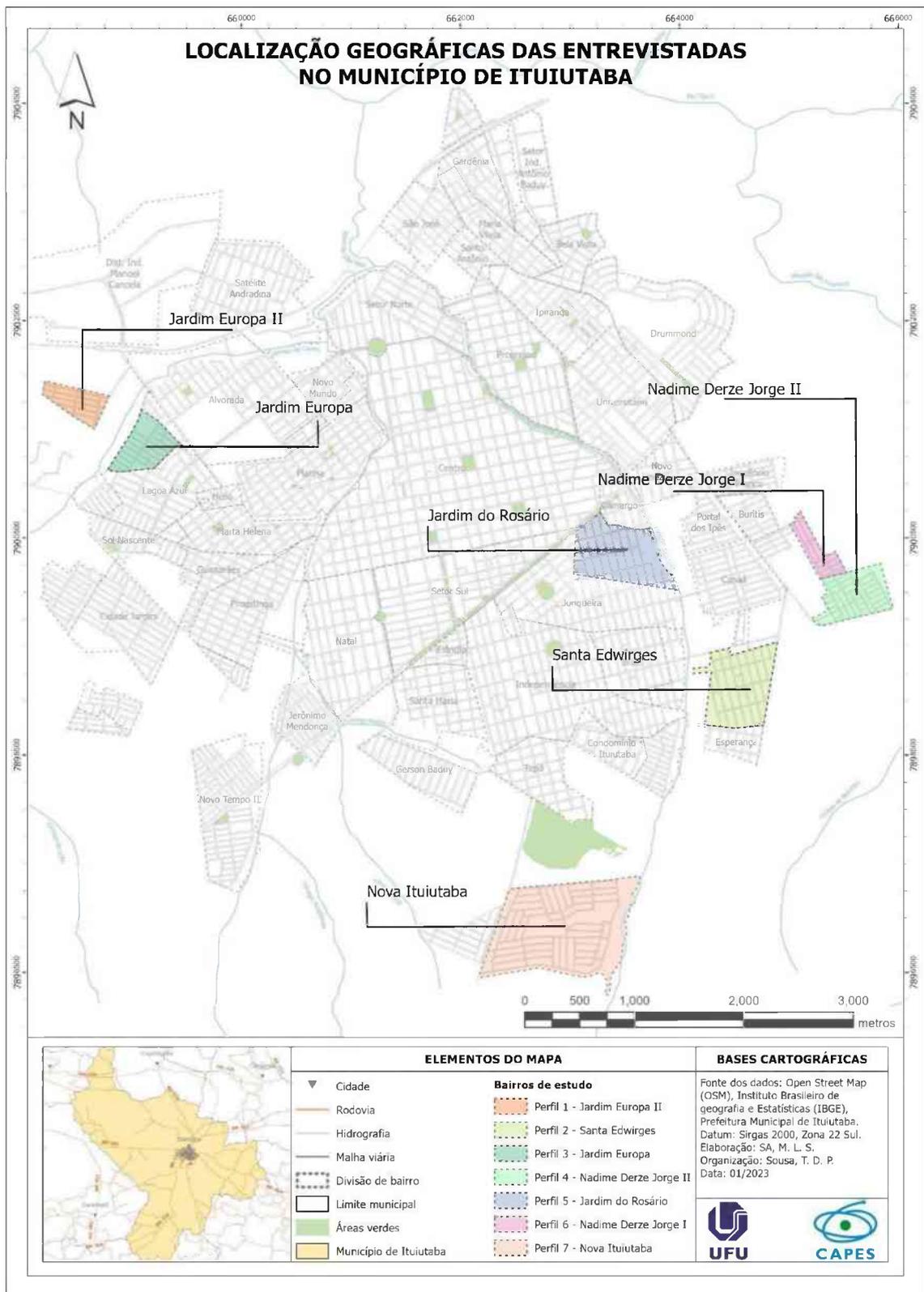
Tabela 2 - Características das mulheres entrevistadas

Nome fictício	Idade	Ocupação	Bairro
Ana Lúcia	40	Segurança de eventos	Jardim Europa II (MCMV)
Berenice	47	Empregada doméstica	Santa Edwiges
Claudete	63	Enfermeira aposentada	Jardim Europa I (MCMV)
Emília	27	Técnica de atendimento	Nadime Derze Jorge I (MCMV)
Poliana	31	Atendente de finanças	Jardim do Rosário
Virginia	34	Auxiliar de limpeza	Nadime Derze Jorge II (MCMV)
Wanda	53	Diarista	Nova Ituiutaba (MCMV)

Fonte: FragUrb, 2020. Org.: Sousa, 2022.

Considerando a localização das moradias das entrevistadas, podemos identificar na figura 1 que a pesquisa abrangeu bairros periféricos da porção leste, oeste e sul da cidade, considerando bairros mais antigos (Santa Edwiges e Jardim do Rosário) e mais recentes (Nova Ituiutaba).

Figura 1- Localização geográfica das entrevistadas no município de Ituiutaba - 2023



Assim, considerando a importância de elencar algumas características da vida das entrevistadas para contextualizar a interpretação de suas falas, elencamos algumas experiências e fatos marcantes da biografia de cada uma.

Começamos com Ana Lúcia, 40 anos, segurança de eventos, divorciada, mãe de dois filhos. O mais velho tem 15 anos e o mais novo tem 08 anos. Ana Lúcia cuida da casa sozinha, ou seja, é a chefe da família, responsável pelo sustento de todos. Seu cotidiano é marcado pelo cuidado com sua família e pelo seu trabalho que ocorre no período noturno. Também observamos que quase nunca a mesma tem momentos de lazer fora e até mesmo dentro da sua residência. Sua fala é marcada pela superação de um casamento abusivo, que só veio a ter fim com a conquista de sua casa própria, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida. Ana Lúcia demonstra preocupação em deixar os filhos sozinhos em casa, mesmo diante da afirmação de que se sente segura em seu bairro. Ana Lúcia é moradora do bairro Jardim Europa II, retratado na figura 2.

Figura 2 - Ituiutaba (MG) – Bairro Jardim Europa II - 2022



FONTE: autores, 2022.

Já, Berenice, 47 anos, empregada doméstica, casada, mãe de dois filhos, o mais velho com 26 anos e o mais novo com 22 anos. Ambos residem com Berenice e seu esposo, com o qual divide a chefia da família. Seu cotidiano também é marcado pelo trabalho e pelo cuidado com sua família. A entrevistada demonstrou não ter conhecimento aprofundado da cidade, uma vez que a mesma não é natural de Ituiutaba. Diferente de

Ana Lucia, Berenice se mostrou mais aberta com a vizinhança, inclusive se relacionando com os demais moradores por um grupo de aplicativo de mensagens. Berenice tem consciência de que o bairro onde reside tem como característica a violência, mas afirma que se sente segura e que prefere a Ituiutaba do que a cidade de Goiânia, onde residia antes de se mudar. Berenice é moradora do bairro Santa Edwiges, que tem localização e características periféricas, mas que não é resultante de programas habitacionais.

Figura 3- Ituiutaba (MG) – Bairro Santa Edwiges- 2022



FONTE: autores, 2022.

Dona Claudete, 63 anos, enfermeira aposentada, casada, com filhos, reside com o esposo, com o qual divide a chefia da casa e sua mãe acamada, é a entrevistada mais idosa considerada neste trabalho. Seu cotidiano é marcado pelo cuidado com a família, especialmente de sua mãe acamada, que depende integralmente de seus cuidados. Claudete reside em uma área de ocupação na cidade e sua residência se encontra em uma área de preservação permanente (APP) e em decorrência disso não tem a escritura do imóvel. Ressalta-se que a entrevistada vive nesta situação por sua opção, uma vez que a mesma tem outra residência na cidade regularizada. A mesma afirma ter um apego por sua atual residência mesmo contra a vontade de seus filhos. Dona Claudete é moradora do bairro Jardim Europa I, que foi produzido a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, porém sua casa não faz parte do loteamento em si, visto que está localizada numa área ocupada num fundo de vale ao lado do loteamento.

Figura 4 - Ituiutaba (MG) – Bairro Jardim Europa I- 2022



FONTE: autores, 2022

Emília, 27 anos, técnica de atendimento, casada, compartilha a chefia do lar com o marido, eles ainda têm filhos. Seu dia a dia é dividido entre o trabalho, a faculdade e os cuidados com a casa. A entrevistada mora somente com o marido. A mesma afirmou ainda não ter uma relação consolidada com o bairro, pelo pouco tempo em que reside nesta casa. Ela se mostrou mais próxima de outro bairro do PMCMV, no qual existe a presença de seus familiares. Emília se considera “caseira”, sendo assim, o seu lazer e circulação pela cidade é o mínimo possível. Sua locomoção ocorre através de uma motocicleta. Sua residência fica localizada no bairro Nadime Derze I (MCMV):

Figura 5 - Ituiutaba (MG) – Bairro Nadime Derze I

FONTE: autores, 2022

Poliana, 31 anos, atendente de finanças, noiva, estava grávida no momento da entrevista e reside desde sempre no mesmo bairro e por isso acompanhou as transformações pelas quais o bairro passou, como o fato de que só recentemente recebeu a pavimentação adequada, mesmo sendo um bairro antigo da cidade. Seu dia a dia é caracterizado pela jornada de trabalho, estudo e do cuidado com a casa. Ela reside com seus pais e um sobrinho. Não ocupa o espaço de chefia de sua casa. Por ter um dia com muitas tarefas, isso afeta o seu lazer. A entrevistada depende do pai, do irmão e do noivo para se locomover pela cidade, pois a mesma não tem nenhum tipo de locomoção. Poliana é moradora do bairro Jardim do Rosário, um bairro que não se localiza nas franjas da cidade, mas que possui características de bairro popular.

Figura 6 - Ituiutaba (MG) – Bairro Jardim do Rosário- 2022

FONTE: autores, 2022

A entrevista da Virgínia - 34 anos, auxiliar de limpeza, mãe solo de três filhos (o mais velho com 13 anos, outro de 10 anos e o mais novo com 01 ano), é a chefe do lar sem qualquer ajuda ou presença de companheiro - talvez seja a que mais representa as condições das mulheres que residem nos bairros periféricos de Ituiutaba. Sendo mãe solo de três filhos, seu cotidiano é marcado pelo trabalho em uma escola e pelo cuidado com os filhos. Tem uma rotina muito desgastante para manter a casa, contando somente com o seu pai, que reside em outro bairro (distante), como rede de apoio para cuidar dos seus filhos. A entrevistada disse não gostar de ir ao centro da cidade e ao centro comercial que existe próximo à sua casa. Ela afirma fazer suas compras em supermercados que fazem o serviço de entrega domiciliar e que as demais compras são feitas pela internet. Nota-se que a entrevistada é bastante introspectiva. Virgínia relatou também que sua residência já sofreu dois assaltos. Ao contrário das outras moradoras, ela tem consciência e verbaliza que o seu entorno é violento, porém busca amenizar esta realidade sob o argumento de que existem bairros mais violentos que o dela. Virgínia é moradora do bairro Nadime Derze II (MCMV).

Figura 7- Ituiutaba (MG) - Bairro Nadime Derze II



FONTE: autores, 2022

Wanda, 53 anos, diarista, vive com o esposo que é deficiente e por isso não consegue trabalhar de maneira constante, é mãe de dois filhos que não residem com o

casal. Wanda é a responsável pelo sustento do lar. A entrevistada divide o seu cotidiano com o cuidado com a casa e o trabalho como diarista em três casas. Sua locomoção ocorre por meio de uma motocicleta. Wanda afirma que percorre toda cidade e que sua maior alegria é participar dos eventos organizados pelos grupos de congo da cidade. Não considera o seu bairro perigoso e diz ter uma boa relação com os vizinhos. Wanda mora no bairro Nova Ituiutaba II (MCMV).

Figura 8 - Ituiutaba (MG) - Bairro Nova Ituiutaba II



FONTE: autores, 2022

Com essas mulheres devidamente situadas e caracterizadas, partiremos agora para análise e discussões sobre as dimensões empíricas que constituem seus cotidianos (habitar, trabalhar, consumir, lazer e mobilidade). Ressalta-se ainda que as identidades das entrevistadas foram alteradas para garantir o sigilo de informações.

De maneira geral, foi possível observar um “encurtamento” do cotidiano das entrevistadas, visto que suas principais atividades são o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado, de cuidado com a casa e com a família, que se complementa com a dimensão do habitar. Para essas mulheres, consumir, ter lazer e circular pela cidade são dimensões secundárias diante de múltiplas desigualdades que marcam suas vivências.

3.3.3.2.1. Dimensão da habitação

Esta dimensão foi a primeira a ser considerada dentro das pesquisas do FragUrb desencadeando todas as outras. Para Góes *et al* (2022), sua importância é tamanha pois é

a partir do local onde as pessoas se encontram que será desenvolvida a sua rede de relações vivenciada em seu cotidiano.

Para Pádua (2019) o habitar excede a noção de moradia:

O habitar é muito mais amplo que o simples morar em algum lugar, do que o se alojar em determinado espaço. O habitar vai muito além do habitat, que é um aspecto do habitar, aquele restrito à funcionalidade de morar num espaço definido. O habitar tem um sentido de totalidade, de realização da humanidade do homem no espaço. É o espaço da apropriação, da realização do homem em todas as suas potencialidades (PÁDUA, 2019, p. 484-485).

O autor ainda vai criticar a forma como os conjuntos habitacionais são padronizados, visando aproveitar o maior número de espaço possível e diminuir o custo das obras. Ele ainda segue afirmando que o habitar foi se reduzindo a habitat uma vez que a moradia passou a ser vista e vendida como mercadoria.

Para Pádua (2019) o espaço de moradia é essencial para a reprodução familiar, uma vez que é nesse ambiente que as famílias constroem seus laços, sua rotina, delimitam sua privacidade e se relacionam com outras pessoas que os cercam. Ao colocar a moradia como uma mercadoria, este ambiente passa a ser apenas um local para alimentação e acomodação no qual a noção de privacidade e conforto para se viver é esquecida.

Dentre as entrevistadas foi possível notar diferentes percepções sobre a questão do habitar e suas relações familiares. Considerando a perspectiva da privacidade necessária para vida, o que nos despertou interesse foi o relato de que algumas moradias estavam passando por reformas para melhor atender as necessidades das famílias, justamente visando a necessidade de privacidade e segurança. As casas do MCMV são entregues de acordo com o projeto padrão: sala, cozinha, dois quartos e banheiro, totalizando uma área total de 41,87m². Sem nenhum tipo de muro conforme a imagem da figura 9 e 10:

Figura 9 - Ituiutaba (MG) – Casa do MCMV -bairro Nadime Derze II



FONTE: autores, 2022.

Figura 10 - Ituiutaba (MG) – Casa do MCMV - Bairro Canaã



FONTE: autores, 2022.

No decorrer de uma das entrevistas, Ana Lúcia foi questionada sobre o desejo de construir o muro em sua residência e a sua resposta foi clara:

[Você gostaria de fazer o muro?]

É, o muro, porque eu fico sem segurança nenhuma, já chega direto na veneziana, a minha veneziana é amassada porque já tentaram

entrar, só que eu estava em casa. Quem me avisou foi a vizinha, ela me ligou e falou "Tem um cara forçando a sua veneziana" e eu falei "O quê!?" e ela falou "Tem!". Aí eu já dei o alerta, fiz barulho e ele saiu (ANA LÚCIA, 40 anos, segurança de eventos).

Para além da sua privacidade e de suas famílias, as mulheres entrevistadas nesta pesquisa também se preocupavam com a questão de segurança, mesmo quando questionadas sobre a possibilidade dos bairros em que habitam sejam violentos e as respostas demonstraram as contradições no entendimento sobre o assunto:

[Você chegou a falar um pouco disso, mas você considera o seu bairro inseguro? Aqui, você acha um lugar inseguro?]

Inseguro eu acho que qualquer lugar, até condomínio, que eles acham que é tão seguro, se torna inseguro. Eu acho que é normal, é tranquilo (ANA LÚCIA, 40 anos, segurança de eventos).

Percebemos a presença de uma insegurança difusa, que interfere em seus contatos com os demais bairros da cidade e acaba desencadeando um certo distanciamento entre os vizinhos. A comunicação entre os mesmos ocorre principalmente via grupo de *WhatsApp*. Nestes grupos também existe uma espécie de rede segurança também. Durante conversas informais com outros moradores também foi dito que esses grupos servem para a divulgação de serviços dentro dos bairros, tais como alimentos, prestações de serviços, etc.

Muitas das entrevistadas relataram não ter muita interação com um número considerável de vizinhos. Esse aspecto está ligado com a questão de afinidade e até mesmo com as longas rotinas de trabalho. Sendo assim, as relações entre essas mulheres e o espaço no qual elas estão inseridas são restritas.

Analisando o material das entrevistas, nota-se a importância da dimensão habitar na vida dessas mulheres. A conquista da habitação é comparada com a conquista da liberdade e da independência, e significou, até mesmo, o cessamento da violência doméstica, como relata Ana Lúcia:

[Uma pergunta que é difícil de responder, mas que é muito importante para a gente. O que significa você ter conquistado essa casa? Para você, o que ela significa?]

Nossa! Hoje eu fico pensando "o que seria de mim sem essa casa?", eu não teria conseguido, eu não teria as conquistas que eu tive hoje, eu não teria saído de um casamento abusivo que eu tinha, porque eu só consegui sair dele depois que eu falei "Não, eu tenho a minha casa, então eu tenho onde pôr os meus filhos e agora que eu vou sair, é a minha deixa para sair fora desse casamento". Eu falo que é a minha conquista mesmo, apesar de ser um valor simbólico, que os outros falam assim "Você ganhou", eu ganhei, mas eu pago por ela, é simbólico, mas eu pago por ela. Eu pago IPTU, esse ano veio R\$ 278,00, então eu pago (ANA LÚCIA, 40 anos, segurança de eventos).

Quando questionada sobre o significado de ter conquistado sua casa própria, Virginia, se mostra extremamente grata pela aquisição:

[Para você, na sua vida, o que significou ter conseguido essa casa?]

Nossa! Foi uma benção, porque naquela semana eu tinha que pagar o aluguel, era R\$650. Eu fui contemplada naquele sorteio que o prefeito faz, a mulher do prefeito vai lá e tira um nome, eu estava lavando roupa e uma amiga da minha mãe que estava lá no dia, que ela ia pegar a chave, escutou o meu nome, ligou para a minha mãe e minha mãe me ligou. Eu fui do jeito que eu estava, só peguei o documento, fui molhada mesmo, chamei o mototáxi e fui, cheguei lá e era eu mesma, porque o meu era aquelas casas que não saiu ainda, o meu era para ser dessas, não era nem para eu ter pegado ainda.

[Você fala do lado do Nova Ituiutaba?]

Nova Ituiutaba, o meu não era nem para eu ter pegado ainda, foi Deus mesmo, mas assim, aqui até é um bairro legal, é bom, é bem tranquilo, os meninos ficam na rua brincando, mas a gente não

tem muito contato com os vizinhos, tem 2 que eu converso, mas é "Bom dia, boa tarde e boa noite". É até tranquilo, só que aqui não têm nada, não tem uma escola, não tem uma farmácia, não tem um mercado, não tem nada, não tem um parque para brincar, nem aquelas academias que eles fazem nos bairros.

Aqui não tem nada, o máximo que se pode fazer é andar de bicicleta e brincar de bola, só, e é muito longe as coisas (VIRGINIA, 34 anos, Auxiliar de limpeza).

Percebemos assim, que a conquista da habitação é matizada por Virgínia, que indica que o bairro é legal e tranquilo, mas também reconhece as carências do bairro, que “não tem nada” - não tem escola, não tem farmácia, não tem mercado, não tem parque, etc.

Quando Virgínia é questionada sobre o que espera do futuro, a entrevistada se mostra otimista na melhoria do seu bairro e afirma que não deixaria a sua residência e a cidade:

[Como você se vê daqui a 10 anos? Aqui em Ituiutaba? Fazendo o quê? Conquistando o quê?]

Nem sei... esses meninos vão estar tudo grande. Não sei, eu acho que vai melhorar mais, eu espero que melhore pelo menos o meu bairro. Eu espero muito que melhore esse bairro aqui, porque ele está muito jogado, coitado. Mas eu pretendo estar aqui, nessa casa ainda, mas com várias melhorias, se Deus quiser.

[Era isso, tem alguma coisa que a gente não perguntou e que você queira comentar em relação à cidade, o que você acha, o que você sente aqui em Ituiutaba?]

Eu gosto daqui, eu acho que eu não me mudaria de cidade, por conta da acessibilidade, eu pego, vou ali, rapidinho eu já chego naquele bairro lá do outro lado. Eu acho que se fosse uma cidade grande, eu ia ficar perdida, porque pensa, eu moro aqui e vou trabalhar lá não sei onde... em outra cidade grande, eu acho que eu não iria me adaptar. [...] Eu gosto muito daqui, eu não me mudaria (VIRGINIA, 34 anos, Auxiliar de limpeza).

Ressaltamos que o habitar, principalmente para as mulheres que residem nos bairros do Minha Casa Minha Vida, é condição para a autonomia feminina, visto que elas ganham força pela segurança de ter um teto para viver sem depender diretamente da figura masculina no lar, nos demonstrando que para além das relações internas, a conquista da casa própria também interfere nas relações interpessoais e na forma como essas mulheres se situam perante a sociedade e a si mesmas.

É nesse sentido que consideramos que o habitar, sobretudo o habitar periférico, cria condições sociais de protagonismo feminino, visto que tem a capacidade de transformar a vida das mulheres. Segundo Magrini e Catalão (2017), o acesso ao consumo, dentre eles o da moradia, pode ser considerado como um marco de empoderamento dos sujeitos que sempre ficaram à margem da sociedade, contribuindo para a construção de suas identidades, sendo uma condição necessária para que se considerem como tendo direito a ter direitos.

No entanto, no caso das mulheres entrevistadas, percebemos que esse potencial é esvaziado diante de todas as desigualdades de gênero que atravessam seus cotidianos, fazendo com que a lógica da fragmentação prevaleça, em detrimento da criação de laços coletivos.

Analisando as entrevistas podemos observar também um outro ponto específico ligado à questão conquista do lar, que é o fato de que as melhorias nas residências acompanham as trajetórias de vida dessas mulheres periféricas, que por meio das reformas e “puxadinhos” vão ressignificando e transformando suas casas, colocando isso como um objetivo que pauta seu cotidiano, seus objetivos de vida. Parte das entrevistadas que foram contempladas com o modelo padrão de casa do Minha Casa Minha Vida, por exemplo, fizeram ou ainda estão no processo de realizar adequações em suas moradias para melhor atender as necessidades de suas famílias e também por segurança:

[Falando daqui da casa, você fez alguma reforma?]

Fiz, eu comecei a fazer um quarto, eu até terminei, mas o meu querido pedreiro não fez muito certo, molha tudo, então a gente já perdeu guarda-roupa, mesinha de computador, chove e nós temos que por uma lona lá dentro. Então tem que trocar o telhado de novo, mas eu fiz o quartinho, estou terminando.

[Então precisa de melhorias. Se você pudesse reformar, o que você faria? Faria o teto?]

Eu até comprei umas madeiras para fazer a varanda ali na frente, mas eu ainda não terminei, está molhando, estou perdendo as madeiras, aí eu tenho que comprar a telha para fazer pelo menos a varanda ali e acimentar esse quintal, que ainda não é acimentado, pelo menos isso (VIRGINIA, 34 anos, Auxiliar de limpeza).

[Me parece que você já reformou essa casa, é isso?]

É, na época ele tinha os planos de fazer a lavanderia, aí a gente se separou e ficou do jeito que está e eu não consegui mais manter.

[Vocês estavam juntos e estavam ampliando a casa?]

Isso, só o acimentado que tem quatro meses, que eu consegui mandar acimentar, que foi com o acerto que eu saí da empresa, eu mandei acimentar tanto aqui quanto a frente, porque era tudo terra ainda, aqui era terra e não tinha conseguido ainda.

Mas aqui está do jeito que ele deixou há três anos atrás, é do jeito que ele deixou.

[O que você gostaria de mudar nela?]

Eu preciso urgentemente rebocar porque é 3, 4 escorpiões por dia. Tem até ali o vidro, depois se vocês quiserem ver. Está abarrotado de escorpião, aí eu chamei o pessoal das zoonoses e eles falaram "não tem o que fazer enquanto você não mandar rebocar" (ANA LÚCIA, 40 anos, segurança de eventos).

[...] Então além desse reboco, que também é por uma questão de segurança, tem mais alguma outra coisa que você gostaria de fazer na casa?]

O muro da frente.

[Você gostaria de fazer o muro?]

É, o muro, porque eu fico sem segurança nenhuma, já chega direto na veneziana, a minha veneziana é amassada porque já tentaram entrar, só que eu estava em casa. Quem me avisou foi a vizinha, ela me ligou e falou "Tem um cara forçando a sua veneziana" e

eu falei "O quê!?" e ela falou "Tem!". Aí eu já dei o alerta, fiz barulho e ele saiu (ANA LÚCIA, 40 anos, segurança de eventos).

Esse processo ocorre muito em função da padronização das casas populares que acaba por não atender às necessidades específicas das famílias. Afinal, cada lar é formado por suas peculiaridades que não podem ser invisibilizadas nesse processo de construção do sentimento de pertencimento e conseqüentemente contribui para a noção ampla de habitar.

É preciso ressaltar que a noção de habitar para essas mulheres acaba se confundindo com o cuidado com a família e com os afazeres domésticos, mas também com as próprias trajetórias de vida dessas mulheres, empenhadas em melhorar e em ir construindo e reconstruindo constantemente suas casas. Isso se dá pelo fato de que o habitar envolve tanto aspectos físicos como emocionais. Habitar não significa apenas ocupar determinado espaço, mas zelar pelo mesmo e pelas pessoas que convivem nele.

O lar então é um espaço de convivência e troca de afeto e as pessoas que ali residem são os principais agentes de transformação desse ambiente. Sendo assim, todos têm a responsabilidade de cuidar e manter a casa e não deveria se tornar exclusivamente uma obrigação feminina.

Foi possível observar então, que o habitar vem carregado de percepções contraditórias, que guardam aspectos positivos e negativos desta condição periférica de habitar. A casa é libertação e amarra, é conquista e sobrecarga, é lugar de lazer e de trabalho, é a dimensão espacial que primeiro situa essas mulheres.

3.4.3.2. Dimensão do trabalho

Com o avanço do capitalismo, a ideia de que o trabalho poderia ser a porta para que as mulheres pudessem exercer a sua liberdade foi sendo disseminada. Porém, no decorrer da inserção destas mulheres no mercado de trabalho, foi possível notar que a realidade por elas vivenciada seria completamente diferente.

Uma vez que estas mulheres são contratadas com um salário bem inferior aos recebidos pelos homens com qualificação similar, pelo simples fato de serem mulheres, o que tinha potencial de garantir a independência das mulheres, acabou tornando-se uma nova forma de exploração das mulheres, com os salários baixos e a falta de garantias trabalhistas. A mão de obra destas mulheres, em muitos casos, ainda não é valorizada sob a premissa de que o homem é o provedor do lar, fazendo com que a renda feminina fique

em segundo plano, o que acaba justificando a ideia de que as mulheres podem ter uma remuneração inferior.

Fato é que o capitalismo não é o responsável pela desigualdade de gênero, porém, esse modo de produção acabou corroborando para que esta margem de desigualdade fosse ampliada, também na esfera do trabalho. As mulheres podem de fato se colocar no mercado de trabalho, porém sua adesão se deu no âmbito do trabalho doméstico. Elas saíam de suas casas, deixando seus filhos e afazeres para exercer essas mesmas funções de cuidado com a casa e das crianças, em lares de outras pessoas. Isso fez com que a maioria dos empregos femininos estivessem inicialmente ligados aos cuidados domésticos.

Essa noção de trabalho feminino desenvolvido durante o processo de industrialização no Brasil, pode ainda ser notado na atualidade – tal discussão foi proposta no início deste trabalho - porém o que nos interessa nestas dimensões é observar como essa desigualdade de gênero no âmbito do trabalho interfere na vida das mulheres consideradas nesta pesquisa. Analisando o perfil profissional das mulheres entrevistadas, percebemos a concentração no trabalho doméstico executado para além das casas dessas mulheres. Além disso, foi possível analisar a partir dos relatos colhidos que estas mulheres têm uma jornada de trabalho longa e desgastante, sendo que algumas delas comentaram inclusive terem uma tripla jornada de trabalho, com longas rotinas que acabam gerando desgaste para a saúde dessas mulheres e diminui o tempo para outras atividades da vida, conforme observamos nos trechos extraídos do diálogo com a “Poliana”:

[Para a gente começar, precisamos que você descreva um dia da sua rotina, explica para a gente um pouquinho como é o seu dia a dia]

Eu acordo por volta de 6:30, umas 7 e pouco eu já tomei banho e café, e já vou para o trabalho. Tem dias que eu vou a pé, tem dias que dá para o meu noivo me levar, e aí eu chego lá por volta de 7:50, daí nós temos a nossa reunião, porque é franquias, aí reúne todos. Até as 8:30 essa reunião já acabou, aí tem a nossa reunião, da nossa meta diária, e aí nós ligamos para os clientes, atende balcão, atende algum problema que ocorre com algum cliente. O meu almoço é de 11:30 a 12:30, eu almoço lá no centro, eu já levo

a minha comida porque se for para voltar aqui em casa fica muito corrido, só se precisar mesmo vir aqui, se acontecer alguma coisa aqui em casa é que eu venho. Eu já fico aqui para baixo mesmo, eu volto 12:30, nós continuamos na rotina de atendimento, lá é telemarketing, então a gente tem que acionar os clientes, ligar e oferecer. Nós fechamos a loja por volta de 17:30, eu chego em casa umas 18:00, mais ou menos, o meu sobrinho mora com a gente, o filho do meu irmão, aí temos que ajudar a cuidar dele, tem as rotinas de casa. Agora a minha mãe está trabalhando a noite, então tenho que arrumar a janta, lavar a louça, às vezes estender uma roupa, recolher. Nas quartas e sextas-feiras eu dou aula para um curso profissionalizante, quando é quarta e sexta eu trabalho só até as 14:30 lá no meu serviço, e venho mais cedo para dar uma organizada nos slides, dar uma treinada, ver se precisa melhorar alguma coisa na aula e desço umas 18:30 para a escola, e a aula é das 19:00 às 21:00. Eu tenho duas turmas, toda quarta e sexta, e nos dias em que eu não dou aula, a minha rotina é mais ficar em casa mesmo (POLIANA, 31 anos, atendente de finanças).

O relato da entrevistada vai ao encontro com a temática de trabalho feminino discutida no início deste trabalho. Há uma sobrecarga sobre a população feminina, visto que além do serviço prestado fora de casa o trabalho doméstico também recai sobre elas. Isso acontece em todos os segmentos sociais, porém o que se pode notar é que nos segmentos mais pobres esta carga aparenta ser maior, diante das dificuldades a serem superadas no cotidiano dessas mulheres.

Esta sobrecarga e as suas consequências ficam visíveis no decorrer das entrevistas. Ana Lúcia, segurança de eventos e faxineira, relata que:

[É a sua renda hoje. Então você tem 2 trabalhos, não é?]

É, eu fico pulando, onde fala "Ana Lúcia vem", inclusive assim, a minha mãe, minha irmã, brigando porque eu venho bem desgastada, porque eu venho dobrando, eu já cheguei a ficar 3 noites sem conseguir dormir, só na base do energético, dobrando,

para poder conseguir, ainda tenho que quitar a moto. Eu falo que eu sou o homem e a mulher da casa, então eu não posso deixar a peteca cair, aí o corpo já está meio que pedindo socorro, eu fiquei 1 semana com dor de cabeça, dor nas pernas, estou com o corpo ruim. Fui ao pronto-socorro e eles falaram "Você tem que procurar um neurologista", tem que procurar se desligar um pouco e tirar um dia para você descansar, porque o corpo é que nem celular, precisa carregar.

[Sim, é igual a gente come, a gente precisa descansar também.]

É, eu durmo em média 2 horas e meia, 3 horas (ANA LÚCIA, 40 anos, segurança de eventos).

Para Virgínia, a rotina durante a semana também é marcada pelo trabalho, tanto em casa, quanto fora:

Eu acordo 6:30, 7:00, aí eu vou me organizando, vou catando brinquedo, porque eu tenho 3 filhos, as 9:00 eu tenho que começar a fazer o almoço porque as 11:30 eu tenho que estar na escola, aí eles já acordam, comem um pão ou alguma coisa, aí meu pai vem 11:30. Eu chego em casa às 17:40, meu pai vai embora e eu fico, aí eu tenho que lavar uma louça, arrumar janta de novo, arrumar a casa, lavar a roupa, essas coisas normais de casa. A minha rotina é essa de segunda a sexta (VIRGÍNIA, 34 anos, auxiliar de limpeza).

Berenice cita de forma breve e sem maiores detalhes, o assédio moral que sofreu em seu antigo trabalho. Seu relato comprova na prática a temática discutida neste trabalho. As mulheres estão mais sujeitas a sofrerem assédio, moral e sexual, no ambiente de trabalho:

[Huhum.. é...e antes de trabalhar nesse emprego atual, a senhora trabalhava em outra coisa? E isso mudou a vida da senhora? Como é que é assim?]

Eu trabalhava.. eu trabalhava em um apartamento, mudou muito né,

[huhum]

Nem.. sem... até sem palavras de falar de tanto que mudou, porque lá não era um emprego legal, vamos por assim, pra não difamar ninguém (BERENICE, 47 anos, empregada doméstica).

Outro fator que acabou corroborando com o desgaste dessas mulheres foi a pandemia. Analisando o material das entrevistas, foi possível identificar que além das perdas de familiares vítimas da covid-19, essas mulheres também sofreram e sofrem com o desemprego e com a informalidade. Conforme estudos apresentados anteriormente, até o final da pandemia, mais mulheres perderam os seus empregos aumentando ainda mais a disparidade da desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Tal projeção se torna realidade para estas mulheres, como para Ana Lúcia, que perdeu o seu emprego fixo e durante a entrevista estava laborando esporadicamente, sem registro e para além disso, se desdobrava com o trabalho de diaristas para completar sua renda.

Fica evidente que por estarem na base da pirâmide social, estas mulheres acabam sofrendo de forma rápida e direta qualquer reação negativa que venha ocorrer. Pois estão vulneráveis, sem a devida assistência capaz de suprir as carências sociais impostas pela sociedade. A pandemia agravou ainda mais as desigualdades, em especial a de gênero, a qual acabou vulnerabilizando ainda mais estas mulheres e as pessoas que dependem das mesmas.

3.5.3.2.3. Dimensão do consumo

Uma das características da sociedade contemporânea é a mercantilização das mais diversas instâncias da vida. Para Bauman (2008), nossa sociedade é uma sociedade consumidora, na qual até as relações interpessoais são fundamentadas no consumo.

Bauman (2008) faz uma crítica direta ao consumismo exagerado, aquele no qual se consome além do necessário para sobreviver. Apesar desta crítica, seu foco da discussão não é este. O autor faz uma análise da estrutura da nossa sociedade a partir das relações baseadas no consumo, e é isto que nos interessa para a presente discussão.

Bauman (2008) afirma que o centro da vida comercial, é o consumo. Partindo dessa afirmação, o autor nos demonstra que o consumismo é uma espécie de arranjo

social, cujas especificidades corroboram com as transformações dos indivíduos, alternando seus desejos e anseios pessoais, sendo que isso acaba interferindo no núcleo social em que estes indivíduos estão inseridos.

Magrini e Catalão (2017) destacam que a dimensão do consumo influencia na sociabilidade urbana, indicando que o consumo é uma categoria de análise vasta, polissêmica e difusa. Para os autores (2017), o consumo contemporâneo vem se constituindo como uma antítese do direito à cidade, visto que as decisões dos agentes econômicos e as práticas espaciais dos cidadãos tendem a reforçar o processo de fragmentação socioespacial. Por outro lado, defendem que o consumo é um meio de integração e de produção de identidade social, abrindo novas possibilidades de compreender a dimensão da cidadania e da política, recolocando a questão da justiça espacial em outros termos. Percebemos assim, que a análise do consumo vai além da descrição dos padrões de consumo e da identificação dos locais em que esse consumo se realiza por cada segmento social.

Nesse sentido, Bauman (2008) afirma que o consumo é responsável pela organização social, uma vez que, este sistema acaba criando novas identidades para as pessoas e como consequência interfere nas relações interpessoais. O consumo acaba mudando a percepção individual da maneira como o indivíduo se enxerga e também na maneira como este se projeta para o resto da sociedade. Bauman (2008) então chega à conclusão de que estas alternâncias em torno das relações, as tornam mais líquidas.

Bauman (2008) afirma ainda que o consumo sempre caminhou com o desenvolvimento da sociedade:

O consumo é uma condição e um aspecto permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos (BAUMAN, 2008, p.37).

Sendo assim, o consumo sempre esteve presente no decorrer da história da humanidade, o que difere o momento atual, trata-se do aspecto da centralidade. O consumo que por muito tempo foi visto única e exclusivamente como meio de sobrevivência dos indivíduos, passa a ser visto como um elemento capaz de alterar a estrutura e a organização social:

"O objetivo crucial, talvez decisivo, do consumo na sociedade de consumidores (...) não é a satisfação de necessidades, desejos e vontades, mas a comodificação ou recomodificação do consumidor: elevar a condição dos consumidores à de mercadorias vendáveis (BAUMAN, 2008, p.76).

Isso nos mostra que na atual sociedade, a ação de consumir não é apenas para o saciamento das vontades básicas, o consumo agora também influencia em outros aspectos do cotidiano das pessoas, colocando-as na lógica da mercadoria. Essa lógica se expande para a formação da identidade e da personalidade dos indivíduos viventes na sociedade do consumo.

Para Bauman (2008), numa sociedade fundamentada no consumismo, as pessoas consomem para também serem consumidas. Por isso, os indivíduos se vestem e se comportam de determinadas maneiras a fim de se impor perante a sociedade. É tomando como base os ensinamentos de Bauman e a ideia de que os espaços de consumo condicionam também o trabalho e o lazer que iremos analisar as entrevistas realizadas com as mulheres em situação periférica.

Nota-se que a maioria dos bairros tomados como recorte espacial desta pesquisa estão distantes do centro principal da cidade, onde se localiza a maior concentração de estabelecimentos de consumo. Assim, fica subtendido que os moradores das áreas periféricas precisam se deslocar para o centro para realizar seu consumo.

Porém, durante os trabalhos de campo foi possível notar que em cada bairro são adotadas estratégias locais para embasar, de alguma forma, o consumo da população, como demonstrado na figura 11.

Figura 11- Ituiutaba (MG) – Supermercado e Casa de Carnes no bairro Nadime Derze I



FONTE: autores, 2022.

Além disso, existem próximo de alguns bairros unidades de dois grandes ‘atacarejos’ conforme a imagem abaixo:

Figura 12 - Ituiutaba (MG) – Unidade do Supermercados Bahamas Mix que fica em frente à entrada do Bairro Jardim Europa II.



FONTE: autores, 2022.

Essa unidade encontra-se na entrada para o bairro Jardim Europa II, isso acaba facilitando a vida das pessoas que residem nestes bairros, uma vez que a maioria também se locomove pela cidade de moto.

Figura 13 - Ituiutaba (MG) – Entrada do Conjunto Habitacional MCMV – Jardim Europa II:



FONTE: autores, 2022.

O caminho para acessar esta unidade pode ser inclusive feito a pé, pois existe pavimentação e iluminação que favorecem o acesso da mesma. Alguns relatos das

entrevistadas indicam que essas mulheres preferem fazer compras semanalmente ou apenas quando falta algum item. Durante a análise das entrevistas foi possível identificar ainda que as entrevistadas também utilizam os comércios dos próprios bairros, que apesar de, geralmente, terem preços mais caros, ganham atratividade pela proximidade e pela pouca necessidade de deslocamento.

No bairro Canaã II, um dos mais antigos loteamentos do Minha Casa Minha Vida, foi possível observar a presença de minimercados e de uma unidade de um supermercado pertencente a uma rede local (Pontual).

Figura 14 - Ituiutaba (MG) – Unidade dos supermercados Pontual – Bairro Canaã II



FONTE: autores, 2022

Foi possível observar a partir das entrevistas que o consumo das mulheres entrevistadas está centrado no dispêndio de alimentos. Os outros tipos são muito pontuais em seus cotidianos. Assim, no decorrer das entrevistas, as mulheres foram questionadas sobre fazer compras para si próprias, algo quase banal para uma parcela da população e que para as entrevistadas ocorre de forma esporádica, conforme os relatos:

[Onde você compra roupas e sapatos?]

Nossa, tem tanto tempo que nós não fazemos isso, mas geralmente a gente vai lá no 10. Mentira, a gente comprou agora, tem uns 2 meses, o meu primo começou a vender roupas e a gente comprou dele, para o meu filho, para mim mesma não, comprou

para o meu filho, bermuda e camiseta para ele (ANA LÚCIA, 40 anos, segurança de eventos).

Esse trecho nos revela que dentro do rol de prioridades da família, a compra de roupas não é uma prioridade diante das inúmeras outras emergências a serem controladas dentro do lar das entrevistadas. Ressalta-se ainda que a loja mencionada por Ana Lúcia, trata-se de um comércio popular localizado no centro, onde os itens vendidos possuem preços mais acessíveis.

Berenice também afirma comprar suas roupas em lojas populares do centro de Ituiutaba:

[Entendi. Entendi. É... e compra de roupas e sapatos. A senhora costuma fazer onde?]

No centro

[No centro.]

No centro.

[Sabe lembrar... lembra de algum nome de loja? Alguma coisa assim?]

Eu costumo comprar na Arco Íris, na Pernambucanas...

[Huhum]

...geralmente é as que eu vou (BERENICE, 47 anos, empregada doméstica).

O que podemos notar dessas entrevistas é que essas mulheres esporadicamente consomem no centro da cidade. Nota-se ainda que estas mulheres aparentemente não se sentem confortáveis em frequentar o centro da cidade. Ana Lúcia, por exemplo só frequenta o centro da cidade como última opção:

[Você vai ao centro da cidade de Ituiutaba?]

Quando é muito necessário.

[E geralmente o que você faz lá?]

Eu vou lá quando eu preciso ir à lotérica, igual hoje, eu preciso ir, mas é porque não tem outro meio, pois eu preciso fazer um depósito que não tem como ser feito via PIX, nem nada, tem que ser depósito. Eu vou para fazer o depósito ou quando precisa

comprar alguma coisa mesmo, alguma coisa para casa ou uma maquiagem, alguma coisa assim.

[E Geralmente é quando você precisa, qual a frequência, uma vez no mês?]

É, eu não tenho o hábito de ir muito. Vou te falar a verdade, se alguém me falar assim "Você vai ali?", eu falo assim "É mesmo necessário? Eu tenho que ir mesmo?", porque eu não gosto.

[Se puder fazer pela internet ou por aqui, você faz?]

Eu faço, para eu não precisar sair, porque eu não gosto de sair, não gosto, não gosto (ANA LÚCIA, 40 anos, segurança de eventos).

Emília prefere comprar calçados pela internet, pois segundo ela os preços e a formas de pagamento são mais acessíveis. E ainda revela que nunca comprou roupas no shopping da cidade e que o seu consumo neste espaço fica restrito a praça de alimentação e que normalmente compra vestuário em uma loja popular no centro da cidade.

[Perfeito. Você já comentou um pouco que você consome bastante pela internet, você até comentou: “ A gente sempre compra da mesma marca, então já sabe mais menos”. Então, calçado, vestuário, vocês compram sempre pela internet ou tem alguma loja que você gosta de ir para comprar? Ou é só internet mesmo?]

Não, calçado para falar a verdade eu gosto de comprar só pela internet. Eu acho que aqui é muito caro as lojas, e às vezes nem é da marca que eu gosto, que eu costumo utilizar. Aqui tem, mas não faz a forma de pagamento como eu gostaria que a internet faz, então eu gosto de comprar só no site mesmo. Agora, roupa tem uma loja que a gente gosta de frequentar para comprar algumas roupinhas, mas também não é com muita frequência. Por exemplo, eu comprei bastante roupa para mim que eu estava precisando, no final do ano passado, e eu comprei todas pela internet, foi os modelos que eu gostei, fiz as medidas em mim, daria certo, e comprei por lá. Mas tem uma lojinha que minha

mãe, minha irmã, sempre gosta de ir, é bem no centro mesmo, no calçadão.

[Você sabe o nome da loja ou lembra?]

Acho que é Vida Nova.

[Perfeito. No shopping então você não consome roupas, essas coisas assim. Não gosta muito, não frequenta muito, você já comentou.]

Não. Para te falar a verdade eu nunca comprei no shopping, a não ser alimentação. Roupa mesmo, nunca comprei (EMILIA, 27 anos, técnica em atendimento).

Virginia afirma que não gosta de ir a centro e que prefere fazer tudo de casa:

[Você costuma ir ao centro da cidade?]

Não, não gosto de loja, não gosto de ir ao supermercado, não gosto do centro, raramente eu vou. Não gosto mesmo, nem de fazer compra, eu mal sei comprar nada, não gosto.

[Você comentou que, às vezes, pede para entregar, seria a compra de supermercado?]

É, a compra do supermercado.

[Você vai até à loja, escolhe e eles entregam?]

Isso, porque eu já saio do serviço, vou lá, compro e já peço para entregar, se for pouca coisa eu já trago de moto e pronto (VIRGINIA, 34 anos, Auxiliar de limpeza).

Eu não gosto de loja, de entrar para comprar, eu não sei, eu nunca gostei, nem para comprar uma roupa, eu não sei experimentar uma roupa, eu chego lá e falo "Eu quero levar essa daqui", mas eu nem sei se serve, eu não tenho muita paciência para ir nesses lugares.

[Você diria que vai com que frequência, uma vez por mês?]

Lá no centro? Não, não vou. Seu eu for, eu só vou no barzinho, no centro-centro eu não vou, ou na praça, aí sim. Mas, no centro...

se falar que é para pagar alguma conta de uma loja, não vou (VIRGINIA, 34 anos, Auxiliar de limpeza).

A entrevistada afirma que quando precisa comprar alguma peça de vestuário entra contanto com suas amigas que vendem roupa e fazem condicional para se recebido em casa, sem precisar ir até a loja física:

[Onde você costuma comprar roupas e sapato?]

Eu tenho as lojas das minhas amigas, elas me mandam o condicional, eu vejo e pronto, mas ir lá... nossa, seria muito difícil, é raro (VIRGINIA, 34 anos, Auxiliar de limpeza).

Podemos notar, a partir desses trechos, que com o advento da internet, a possibilidade de enclausuramento nos bairros de moradia se acentua ainda mais, diante da facilidade de resolver tudo pela tela do celular ao invés de enfrentar 40 minutos dentro de um ônibus, muitas vezes em más condições, ou de gastar dinheiro com combustível que fará falta para outras despesas.

Dona Claudete, talvez pela idade e por uma outra educação quando questionada sobre onde costuma comprar vestuário e calçado, revela que:

[Onde a senhora costuma comprar roupa e sapato?]

Eu compro lá no centro. Se eu te falar como é a minha roupa (risos), eu vou lá e eu compro o pano, eu vou numa loja de tecido. Antes tinha uma loja que eu comprava muito, não sei nem se ela está funcionando, eu falei que hoje eu queria descobrir se ela estava. É lá na R. Vinte e Quatro, lembra de uma lojinha de tecido que tinha na R. Vinte e Quatro com a R. Vinte Três? Uma lojinha pequena que era de um senhorzinho, Seu [nome].

[Na R. Vinte e Quatro com a R. Vinte e Três?]

É, se chama Casa Nova. Eu ia comprar lá, comprava lá e comprava na Liderança. O Seu [nome] faleceu, aí a Liderança fechou, mas eu comprava onde eu achava que dava certo na minha cabeça.

[Mas era no centro]

É, é do centro (CLAUDETE, 63 anos, aposentada).

Além desse aspecto de praticidade em comprar pela internet sem sair de casa, cabe ressaltar que as condições econômicas das mulheres entrevistadas revelam que o consumo, apesar de central em suas vidas, é feito com muito cuidado e está relacionado com o atendimento de necessidades cotidianas como alimentos. As entrevistadas prezando pela economia domésticas em sua maioria fazem uma compra grande para o mês todo, com a reposição de itens no decorrer do mês:

[Perfeito, perfeito. Agora a gente vai avançar um pouco mais sobre as questões relacionadas ao consumo, a gente já foi adiantando algumas questões aqui, mas algumas a gente precisa detalhar um pouco mais. Em relação ao que você comentou, costuma ir bastante ao Prático que fica próximo a sua casa. Você faz compra do mês ou você vai em outro lugar fazer compra do mês? Você faz compras por semana? Como é a dinâmica de abastecimento da casa?]

Então, até pouco tempo o meu esposo trabalhava na lotérica dentro do supermercado, então ele comprava as coisas. Nos últimos meses estava comprando conforme precisava, mas eu tenho o costume de uma vez ao mês ir ao supermercado. A gente faz aquela compra, e a carne vai comprando aos poucos, eu gosto comprar, por exemplo, no Prático, carne vermelha, carne de porco. Ai carne de frango eu gosto de comprar no Mart Minas, que é onde eu gosto de fazer as minhas compras. Eu acho que pelo salário que eu tenho, pela vida que eu tenho, é um lugar que compensa, que é mais em conta para mim, então eu gosto de fazer no início do mês que é quando libera o meu cartão alimentação. Eu faço a compra do mês e depois a gente vai comprando aos poucos conforme precisa, mas eu não gosto de ir em mercado toda semana, todos os dias, eu deixava o meu esposo, porque ele gosta, ele ia comprando aos poucos, todo dia tava lá dentro, mas agora que ele saiu, acaba que fica mais

difícil porque a pessoa não vai passar sendo que não precisa, então eu gosto de fazer a compra do mês no Mart Minas, que é bem longincho, pode considerar que a gente anda bastante quilômetros para chegar nesse supermercado que é um atacadão. Ele é perto da UFU (EMÍLIA, 27 anos, técnica de atendimento).

Dona Claudete compartilha da mesma ação de Emília:

[Onde a senhora faz compras de mercado? A senhora compra por semana ou por mês?

Não, eu compro por mês. Às vezes eu compro alguma outra coisinha, mas a minha compra eu faço no mês.

[Em que mercado a senhora acostuma ir?]

Eu vou no ABC, vou no Bahamas, no Mart Minas, onde eu acho que esta mais em conta eu vou. Eu gosto de ir no Bahamas (CLAUDETE, 63 anos, aposentada).

A compra de roupas e sapatos é feita esporadicamente, assim como a de eletrodomésticos e eletrônicos. Assim, os deslocamentos feitos na cidade para a realização do consumo se resumem a idas em supermercados fora dos bairros de residência para fazer compras maiores e visitas ao centro para consumo de roupas e sapatos quando necessário, na maior parte das vezes associadas a outras atividades que precisam realizar na área central, sendo raros os casos em que essas mulheres se deslocam para o centro somente para fazer compras.

Dentro dos bairros de residência consomem artigos vendidos em conveniências e pequenos mercados, além de recorrerem a outras estratégias de consumo, como o hábito de pedir sacolas de peças consignadas nas lojas e até mesmo utilizarem os serviços de “sacoleiras”, que vendem roupas e outros artigos nas próprias casas das clientes.

3.6.3.2.4. Dimensão do lazer

O lazer pode ser entendido como um dos elementos essenciais para a vida social, no entanto, é um dos mais negligenciados no contexto de famílias pobres. É a partir do lazer que vamos entender as dimensões presentes nas relações sociais e na realidade em

que estamos inseridos. Para Andrade, et al. (2009) o lazer tem caráter polissêmico podendo ser discutido em várias áreas dos saberes:

O lazer atualmente constitui-se enquanto um fenômeno polissêmico tematizado por diferentes ciências ou discursos científicos. Teorizado a partir do aparato conceitual da história, da economia, da sociologia e mesmo da psicologia, o seu desenvolvimento materializa-se pelas inúmeras e mesmo contraditórias correntes teóricas e científicas destas ciências (ANDRADE; et al., 2009, p. 39-40).

Nós acreditamos que a dimensão lazer encontra-se diretamente ligada a qualidade de vida das pessoas, além de demonstrar de que modos essas pessoas se locomovem dentro da cidade, fora dos momentos de trabalho, em que os deslocamentos são definidos por fatores externos ao desejo exclusivo delas. Assim, nesta pesquisa o que nos importa é entender a maneira como estas mulheres têm aproveitado em benefício próprio o tempo livre que elas têm e em que espaços da cidade.

Notamos nas falas das entrevistadas que para grande dessas mulheres a figura do tempo livre para proveito próprio não existe para elas. Estas mulheres estão sobrecarregadas com o trabalho remunerado, além dos cuidados com a casa e com os filhos e isso acaba refletindo diretamente na falta de lazer.

Foi possível identificar que algumas mulheres acabavam mesclando o lazer e o cuidado da família dentro de casa. Para se ter uma noção, umas das entrevistadas, Ana Lúcia, entendia como sendo um momento de lazer, se deslocar até a chácara onde sua mãe morava para executar cuidados com a mesma, uma vez que esta era idosa e carecia de cuidados:

[Você falou um pouquinho que vai à casa da sua mãe, que é uma chácara, você considera isso lazer?]

Sim, é um prazer enorme quando eu tenho que ir lá, eu vou lá e passo nem que seja a metade do dia com.

[É esporádico?]

É. Eu tento ir um dia sim e um dia não, até mesmo porque depois que a gente perdeu o meu pai, ela debilitou muito, ela se entregou bastante, ela praticamente acamada. Então eu fico indo lá, eu tento ir um dia sim e um dia não, mas falo com ela 2-3 vezes no dia pelo telefone.

[Então você dá um suporte para ela].

Eu estou sempre indo lá.

[E mesmo assim você considera lazer?]

Claro, eu passo na padaria, compro um lanche e falo "Mãe, vim tomar um lanche com a senhora hoje", aí ela fica toda, toda (ANA LÚCIA, 40 anos, segurança de eventos).

Para outra entrevistada, Emília, devido a sua longa e exaustiva jornada de trabalho, seu lazer é o cuidado com a casa e ficar utilizando a internet. Isso porque a mesma não se sentia confortável em deixar sua residência por sentir-se exausta. Isso nos revela também um isolamento dessas mulheres dentro do ambiente doméstico.

[Perfeito. Agora a gente vai avançar para as questões sobre lazer. Então a primeira pergunta que eu te faço, é isso: Quando, como e onde você costuma se divertir? O que você faz nos seus momentos livres de lazer?]

Eu gosto de ficar na minha casa. Eu gosto de ficar em casa, mexendo na internet, eu gosto de fazer meus afazeres de casa, por mais que seja uma obrigação, mas assim, sinceramente, eu gosto muito, gosto muito mesmo, de fazer as minhas coisas (EMÍLIA, 27 anos, técnica de atendimento).

Para Berenice, sua forma de lazer também estava associada com a casa, a entrevistada descreveu que o seu lazer está ligado ao uso das plataformas de streaming e o uso de redessociais:

[Tá. É... Deixa eu ver aqui... [pausa] ah... e o tempo em casa, a senhora costuma ficar bastante tempo em casa? A senhora considera que ficar em casa também é uma forma de lazer, de descanso? Como é que é essa relação da senhora?]

Eu considero. Eu gosto muito de ver série, filme. O tempo livre, se eu puder, eu vou ver série, filme.

[A senhora usa alguma plataforma da Internet, tipo Netflix ...]

É .. lá em casa meus meninos têm Sky, Netflix, tem a Globo Play. Só por causa dessa pandemia, como a gente não está saindo, tem que ficar... arrumar um jeito de ficar trancado dentro de casa.

[huhum. Então a senhora usa isso como lazer também?]

Isso.

[E as redes sociais dono [nome da entrevistada] como é que é? A senhora utiliza o Facebook? A senhora já falou do WhatsApp, a senhora costuma usar bastante? Como é que é na sua rotina?]

É.. o Facebook muito não, mas o WhatsApp sim, para conversar com minhas irmãs, com minha família lá no norte, minhas vizinhas, usa muito o WhatsApp, agora o Facebook não sou muito ... (BERENICE, 47 ANOS, EMPREGADA DOMÉSTICA)

No decorrer da análise das entrevistas, notamos que estas mulheres até conhecem algumas formas de lazer dentro da cidade, tais como a galeria comercial chamada de Shopping Pátio Cidade, localizada no centro de Ituiutaba. Algumas mulheres inclusive afirmaram que os filhos frequentam essas áreas, mas que elas não. Isso nos demonstra uma percepção de não pertencimento à cidade como um todo. Tal fato ocorre por inúmeros fatores, mas o que mais nos chamou atenção está ligado à centralidade do trabalho no cotidiano destas mulheres. Como já mencionado, elas enfrentam longas jornadas de trabalho e isso interfere diretamente na qualidade de vida das mesmas.

Outro fator também a ser observado está ligado a relação entre a localidade em que estas mulheres residem e as áreas de lazer da cidade disponíveis na cidade. Apesar de Ituiutaba não ter as dimensões de uma metrópole, a maioria das atividades de lazer estão concentradas no centro da cidade, o que implica uma distância considerável dos bairros periféricos. Esse fator se agrava diante das dificuldades com o transporte público e pela falta de automóveis para a circulação das famílias, visto que a maioria das entrevistadas se locomove de moto.

Durante o trabalho de campo, conversando informalmente com os moradores desses bairros estudados, muitos questionaram a falta de espaços de lazer dentro dos próprios bairros. As observações quase sempre são as mesmas, faltam praças, áreas para a prática de atividades físicas, quadras esportivas.

Tais indagações demonstram que na produção destes bairros periféricos, a localização distante do centro é agravada pela falta de equipamentos urbanos e

infraestruturas capazes de garantir dignidade no cotidiano de seus moradores. No plano teórico até existe a proposta da construção dessas áreas, inclusive com a reserva de áreas dentro dos bairros para isso, conforme as fotos:

Figura 15 - Ituiutaba (MG) – Espaço reservado para a construção de uma praça pública no bairro Canaã 2



FONTE: autores, 2022

Figura 16 - Ituiutaba (MG) – Espaço reservado para a construção de uma praça pública em que atualmente funciona um campo de futebol – Bairro Nadime Derze II



FONTE: autores, 2022.

O abandono destas áreas pelo poder público demonstra que o lazer destes moradores, assim como uma série de outras dimensões de suas vidas, não é garantido na

prática. Assim, os moradores acabam por procurar soluções próprias e improvisam espaços de lazer dentro de seus bairros.

Na figura 17, nos chamou a atenção a clara distinção social entre o condomínio Ituiutaba, conhecido como condomínio dos médicos, com o seu entorno, constituído por um bairro produzido a partir do Minha Casa Minha Vida, o Gilca Vilela Cancellata.

Durante o trabalho de campo, observamos crianças brincando na área gramada, onde as mesmas improvisaram um campinho de futebol no bairro Gilca Cancellata Vilela e do outro lado de um grande paredão de concreto esconde uma quadra, possivelmente equipada com redes, luzes, piso adequado do Condomínio Ituiutaba. Ou seja, neste caso, o que separa a pobreza da riqueza é apenas um muro. O condomínio fechado faz fronteira quase que em sua totalidade com bairros periféricos sem condições adequadas de infraestrutura, fazendo com que a realidade lá dentro seja uma realidade paralela.

Figura 17 - Ituiutaba (MG) - Espaço entre o conjunto habitacional MCMV Gilca Cancellata Vilela e o condomínio fechado Ituiutaba



FONTE: autores, 2022

Esse aspecto foi trabalhado por Santos e Magrini (2020), que ressaltam que a área compreendida pelo Condomínio Ituiutaba e pelo loteamento Gilca Vilela Cancellata é o maior exemplo, no plano do tecido urbano, da fragmentação socioespacial em Ituiutaba, visto que é possível observar ali a continuidade espacial sem que haja contiguidade a partir das práticas, visto que o condomínio representa um enclave socioespacial, que não possui relações com seu entorno. Na figura 18 temos a vista aérea da área em que foi construído o Loteamento Ituiutaba e na parte de baixo o loteamento Gilca Vilela Cancellata, indicando a desigualdade de conteúdos dessas duas parcelas do espaço, que aqui

chamamos a atenção a partir das desigualdades de lazer, mas que se apresentam em todas as demais.

Figura 18 - Ituiutaba (MG) - Vista aérea do loteamento MCMV - Gilca Cancellata Vilela e o condomínio fechado Ituiutaba



FONTE: Site do Condomínio⁶

Desta forma, as práticas de lazer descritas pelas entrevistadas demonstram mais uma dimensão do encurtamento do cotidiano destas mulheres periféricas, visto que suas atividades de lazer são mínimas e a maior parte é realizada no interior da própria casa. Podemos observar que estas mulheres acabam normalizando os serviços domésticos como uma forma de lazer, o que acaba refletindo na sua qualidade de vida, visto que sem atividades recreativas, ampliam a sobrecarga de seu cotidiano. Esse fator, contribui para que estas mulheres sejam vistas apenas como meras prestadoras de serviço sem o direito de usufruir do que a cidade tem para proporcionar a elas.

Assim, muitas destas mulheres acreditam que os seus momentos de lazer estão associados ao cuidado da casa e dos filhos. A maioria das entrevistadas acredita que esta forma de “lazer” está ótima para elas, porém quando se é feito um questionamento mais profundo, sobre a maneira como as mesmas se enxergam diante da realidade do seu cotidiano, percebemos uma série de barreiras que acabam subtraindo delas o direito à cidade.

⁶ <https://condominioituiutaba.com.br/#condominio>, acesso em março de 2023.

3.7.3.2.5. Dimensão de mobilidade

Considerando a condição periférica das mulheres estudadas, a mobilidade talvez seja a dimensão que mais interfere na vida dessas mulheres e no seu enclausuramento socioespacial, pois é a partir desta dimensão que é possível identificar de qual/quais maneira (s) essas mulheres tem se deslocado pela cidade e se apropriado de seus mais diferentes espaços.

Segundo Macêdo, et al. (2020), a mobilidade de mulheres dentro do espaço urbano acaba sofrendo a interferência da desigualdade de gênero e da socioespacial. Os autores entendem que as mulheres tendem a ter imobilidade, em primeiro ponto pela questão econômica e segundo pela sobrecarga ocasionada pelas duplas jornadas de trabalho externo e os domésticos.

Podemos notar que as dimensões do cotidiano das mulheres (habitar, trabalhar, consumir, lazer, mobilidade) acabam relacionando-se entre si, pois somadas acabam por apresentar um problema grave, o qual seja, a forma como estas mulheres tem o seu direito à cidade negado, de uma forma ampla.

Por mais que estas mulheres se encontrem inseridas no mercado de trabalho e sejam protagonistas de suas vidas, a desigualdade de gênero ainda se sobressai, posto que o referencial do papel que a mulher deve ocupar na sociedade ainda acaba refletindo na forma como as mesmas constroem suas experiências e se locomovem pelas cidades.

A partir dessas constatações podemos analisar com mais profundidade a maneira como a mobilidade interfere na vida das entrevistadas desta pesquisa. O primeiro fato a ser observado é que a maioria delas se locomove na cidade utilizando motocicletas. Isso está ligado a vários outros fatores, como o custo menor para compra das motocicletas em relação aos carros, o fato do consumo de combustível também ser menor, fazem com que este veículo seja o mais utilizado por essas mulheres, diante das deficiências do transporte público.

Durante a análise das entrevistas, foi possível notar que o transporte público é quase sempre deixado de lado por essas mulheres, devido à má distribuição de linhas de coletivos dentro da cidade. Na maioria dos bairros desta pesquisa existe apenas uma linha de coletivo com dois horários disponíveis, como é possível observar no relato de Berenice:

[Huhum. E transporte coletivo? Ou ônibus?]

Não, no meu bairro não tem.

[Não passa?]

Não passa.

[Ou passa em horários muito ruins assim?]

Não.. é sim.. passa de manhã, 7 da manhã e as 5 da tarde só.

Huhum.]

Tipo assim, quem trabalha no centro pega as 7 e volta no da 5.

[Então se alguém quiser, por exemplo, ir na praça pra lazer e voltar com o ônibus ...]

Não tem como, não tem como.

[E como as pessoas fazem, quem não tem modo, por exemplo, a senhora sabe?]

Vai de bicicleta, vai de táxi, vai do jeito que dá né, é isso que tem que melhorar lá no bairro também.

[A questão do transporte é um problema.]

Isso, lá é.

[Porque só cobre o tempo do trabalho né...]

É...

[... só leva a pessoa pra trabalhar...]

... só leva.. como se fosse assim, como se... como se a população de lá não fizesse mais nada da vida, vai para o serviço, fica lá e, também, não vem almoçar não, porque na hora do almoço também não tem. É complicado.

[Só na hora de ir, e na hora de voltar mesmo...]

É (BERENICE, 47 ANOS, EMPREGADA DOMÉSTICA).

A partir desses relatos foi possível analisar que a mobilidade dessas mulheres sofre uma certa redução, uma vez que o transporte público da cidade não oferece condições básicas para que estas possam se locomover. Foi possível identificar também que o processo de fragmentação traz impacto direto para a mobilidade dessas mulheres. As que não tem condições de terem um veículo particular acabam ficando reféns de um sistema de transporte público precário. Onde as linhas funcionam em horários específicos ou são extremamente longas fazendo com o que o percurso se torne ainda mais longo do que o normal.

Para Carlos (2020) isso gera uma imobilização dos moradores de bairros periféricos:

A restrição de transporte isola, fixa, imobiliza e aparta da sociedade as pessoas que moram na periferia, enquanto a constante necessidade de fluidez no espaço, imposta pelo aumento da velocidade no tempo de valorização, produz uma rede de circulação, densa mas localizada, que aprofunda separações impedindo o movimento dos corpos no espaço (CARLOS, 2020, p.419).

Durante o trabalho de campo também foi possível notar que não é em todos os bairros que existem pontos de ônibus como o da imagem da figura 19. Muitos moradores reclamaram que a maioria dos pontos nem sequer tem a sinalização mínima para afirmar que aquele local é um ponto:

Figura 19 - Ituiutaba (MG) - Ponto de ônibus – Bairro Canaã 1



FONTE: autores, 2022

A partir das entrevistas notamos também uma dependência dessas mulheres para sua locomoção, como foi o caso da Dona Claudete, que têm um meio de transporte próprio, porém não sabe conduzir necessitando que o seu marido a leva nos lugares:

Eu vou de carro, mas eu vou assim, o carro me deixa lá e depois vai me buscar.

[O carro que a senhora fala é táxi?]

Não, eu tenho carro, só que eu não dirijo.

[Quem dirige para a senhora, o marido?]

Meu marido (CLAUDETE, 63 anos, aposentada).

Isso corrobora para que o acesso dessas mulheres ao restante da cidade fique prejudicado, uma vez que os bairros onde elas residem são distantes das áreas em que se concentram os equipamentos urbanos e as melhores infraestruturas, e o transporte público não oferece diversidade de linhas e horários para garantir a qualidade de mobilidade dessas mulheres em condição periférica. Diante deste contexto, as mulheres tendem a utilizar o transporte particular por motocicletas para se locomover para o trabalho, que se constitui como o principal destino dessas mulheres. Essa mobilidade reduzida acrescenta mais uma camada nas barreiras para que o direito à cidade seja negado a essas mulheres, que vivem na cidade e seus próprios cotidianos de forma fragmentada.

ENTRE A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À CIDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS A PARTIR DAS VIVÊNCIAS DAS MULHERES EM CONDIÇÃO PERIFÉRICA

A partir das cinco dimensões acima expostas pudemos observar alguns elementos associados ao cotidiano das mulheres entrevistadas. Percebemos que suas experiências são marcadas tanto pela falta do direito à cidade quanto pelas dificuldades de encontrarem meios para reivindicar sua construção.

Considerando que a sociedade contemporânea é marcada pela lógica neoliberal e pelo modo de produção capitalista, todas as dimensões da vida são marcadas pela mercantilização. Assim, por serem mulheres pobres da periferia, as entrevistadas vivenciam as dificuldades econômicas para acessar a cidade de modo pleno. Desta forma, às diversas formas de desigualdade que marcam a trajetória dessas mulheres numa sociedade patriarcal e misógina, se somam as desigualdades socioespaciais que promovem uma apropriação parcelar dos espaços urbanos, a partir de uma série de barreiras - materiais e simbólicas - impostas as suas formas de apropriação.

Deste ponto de vista, a análise do cotidiano das entrevistadas nos permite entender como funciona o processo de fragmentação socioespacial na perspectiva de mulheres que vivem na periferia pobre de Ituiutaba. Para Magrini (2013) a fragmentação socioespacial deve ser entendida como um processo complexo que envolve diferentes dimensões que interagem entre si. De acordo com a autora (2013), as transformações no tecido urbano, nas práticas espaciais e nos imaginários urbanos se articulam de diferentes maneiras para configurar a fragmentação socioespacial.

Em Santos e Magrini (2020) as autoras defendem que em Ituiutaba há um descompasso no estabelecimento da fragmentação socioespacial quando consideramos estas três dimensões, sendo que a separação dos segmentos sociais no plano das práticas e dos imaginários é mais evidente do que no plano dos tecidos urbanos.

As narrativas de nossas entrevistadas contribuem para o avanço no entendimento da articulação entre esses diferentes planos que constituem o processo de fragmentação socioespacial. No plano dos tecidos urbanos, os bairros periféricos estudados, principalmente aqueles que foram resultado do Minha Casa Minha Vida, encontram-se localizados nos limites da malha urbana consolidada, distantes da área central, o que pode configurar o estabelecimento de enclaves socioespaciais, quando são acrescentados os demais planos de análise: as práticas socioespaciais e os imaginários. Isso porque este afastamento espacial dos bairros periféricos de moradia das mulheres entrevistadas é

agravado pela baixa mobilidade que elas possuem e pela organização de seu cotidiano centrado majoritariamente no trabalho, sendo que os deslocamentos para o consumo e para o lazer são secundários e esporádicos.

No dia a dia, a circulação dessas mulheres pela cidade se limita a seus bairros de residência e a seus bairros de trabalho, sem oportunidade para a fruição livre pelos diferentes espaços da cidade. Assim, no plano das práticas espaciais, constatamos que essas mulheres se apropriam de forma fragmentada da cidade, com pouca mobilidade e com atividades focalizadas na casa, no ambiente de trabalho e no próprio bairro de moradia.

O caráter de enclave socioespacial é aprofundado também no plano dos imaginários urbanos, uma vez que existe uma série de estigmas socioespaciais associados com esses bairros periféricos, representados como mais violentos e como espaços que não oferecem nenhum atrativo para os que não residem neles. Desta forma, Santos e Magrini (2020) constataam que há uma identificação negativa dos bairros pobres e de seus moradores, fazendo com que eles sejam evitados pelos demais moradores da cidade.

A análise das experiências das entrevistadas nos permite ainda verificar no plano empírico que a fragmentação socioespacial constitui efetivamente um fator de antítese ao direito à cidade, como colocado por Magrini e Catalão (2017). O isolamento espacial - diante da localização e da baixa mobilidade - e o isolamento social - visto que sua sociabilidade se limita às relações familiares e de trabalho -, por exemplo, fazem com que essas mulheres não possam estabelecer uma perspectiva crítica em relação aos seus direitos diante da cidade como um todo, já que não possuem uma compreensão da totalidade da cidade e do que lhes é negado.

Essa postura vai na contramão do que é entendido como direito à cidade, que necessita que a sociedade como um todo questione os padrões atuais de produção das cidades. Assim, devemos entender o direito à cidade a partir da necessidade coletiva de fazer prevalecer o valor de uso sobre o valor de troca das propriedades, como acontece na atualidade. O próprio Lefebvre (2001) afirma que enquanto vigorar o sistema capitalista não haverá possibilidade de se efetivar o direito à cidade em sua integralidade. Durante o trabalho de campo foi possível notar o sentimento de não pertencimento das pessoas em relação à cidade de Ituiutaba. Tomamos como recorte espacial uma cidade com aproximadamente 100 mil habitantes e encontramos mulheres que nunca tiveram acesso a espaços de lazer localizados no centro da cidade, por exemplo. Isso nos reforça a ideia

de que a população pobre não tem se deslocado e se apropriado da cidade como um todo, logo, não há a possibilidade de construção coletiva do direito à cidade para todos.

Sendo assim, a presente discussão buscou compreender como o cotidiano das mulheres pobres que residem nas áreas periféricas de Ituiutaba-MG revelam o processo de fragmentação socioespacial. Para isso, o trabalho foi embasado em três pilares: a realidade/resistência da mulher periférica, a fragmentação socioespacial e o direito à cidade.

Para que fosse possível fazer uma discussão metodologicamente coerente, aprofundamos a compreensão a partir da literatura que discorre sobre as temáticas centrais desta discussão. A partir da análise bibliográfica, foi possível compreender de quais maneiras o processo de fragmentação socioespacial afeta o dia a dia dessas mulheres e as distanciam do modelo de cidade ideal produzido a partir do direito à cidade. O resultado apresentado nesta pesquisa demonstra a partir da realidade dessas mulheres o quanto a cidade se mostra fragmentada, ampliando o peso das desigualdades de gênero ao acrescentar em seus cotidianos a desigualdade socioespacial.

A disparidade salarial entre homens e mulheres é uma das formas mais evidentes de desigualdade de gênero e afeta a maioria das sociedades. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres ganham em média 16% menos do que os homens em todo o mundo. Essa diferença se deve a diversos fatores, como a segregação ocupacional, em que as mulheres são direcionadas para profissões com requisitos mais baixos, a prescrição na contratação e promoção, e a falta de políticas de apoio à maternidade e paternidade.

A presença no mercado de trabalho também é uma forma de desigualdade de gênero que afeta a participação das mulheres na vida urbana. Muitas vezes, as mulheres são excluídas de certas profissões ou são sub-representadas em cargos de liderança. Isso limita suas oportunidades de carreira e sua capacidade de influenciar as decisões sobre a produção da cidade. Além desses aspectos acrescenta-se a sobrecarga no cotidiano dessas mulheres, que além da jornada de trabalho remunerado ainda precisam cuidar da casa e da família.

A violência doméstica e o acesso limitado aos direitos reprodutivos e sexuais também têm um impacto significativo na vida das mulheres. A violência doméstica é uma forma de violência de gênero que afeta muitas mulheres em todo o mundo e pode ter consequências graves para sua saúde física e mental. O acesso limitado aos direitos

reprodutivos e sexuais também pode limitar a capacidade das mulheres de participar plenamente da vida urbana, afetando sua saúde e bem-estar.

Considerando que a fragmentação socioespacial se refere à divisão do espaço urbano em áreas distintas, que funcionam como parcelas isoladas da cidade, com diferentes níveis de acesso a recursos e serviços públicos, temos que a essas mulheres a parcela reservada é a periferia pobre em que habitam. Sua presença na cidade em outros momentos só é requisitada para realizarem seus trabalhos.

Assim, o acesso desigual aos serviços públicos e infraestrutura digna é uma das consequências da desigualdade socioespacial agravada pela fragmentação socioespacial, que tende a extinguir as relações entre as diferentes partes da cidade. Muitas vezes, as áreas mais pobres e mais afastadas do centro da cidade têm acesso limitado a serviços como transporte público, saúde e educação. Isso limita as oportunidades de trabalho e educação das pessoas que vivem nestas áreas, tornando mais difícil a luta contra a pobreza e a exclusão social.

É nesse sentido, que paradoxalmente, a construção do direito à cidade emerge como uma ferramenta importante para combater a desigualdade de gênero e a fragmentação socioespacial. O direito à cidade é um conceito que se refere ao direito das pessoas de participar plenamente da vida urbana, tendo acesso a recursos, serviços e espaços públicos, além de participar das próprias escolhas sobre a produção das cidades, que devem ser decididas coletivamente. Essa construção busca garantir que todos tenham acesso a uma cidade justa e equitativa, livre de desigualdades e injustiças.

De acordo com o escopo deste trabalho, consideramos que para garantir o direito à cidade é necessário implementar políticas públicas que promovam a inclusão social e a equidade de gênero. Isso pode incluir medidas como a promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres, a criação de políticas de apoio à maternidade e paternidade, a promoção da participação das mulheres na vida política e empresarial, e a implementação de políticas de habitação e transporte que atendam às necessidades das mulheres e suas famílias.

Além disso, é importante garantir o acesso a serviços públicos e infraestrutura em todas as áreas da cidade, para que todos possam participar plenamente da vida urbana. Isso pode incluir a melhoria do transporte público, a construção de escolas e hospitais nas áreas mais afastadas e a promoção de espaços públicos que atendam às necessidades de todos os grupos.

Em resumo, a desigualdade de gênero e a fragmentação socioespacial são dois problemas que travam a luta pelo direito à cidade. Para garantir que todos tenham acesso a uma cidade justa e equitativa, é necessário implementar políticas públicas que promovam a inclusão social e a equidade de gênero, e garantam o acesso a serviços públicos e infraestrutura em todas as áreas da cidade. O direito à cidade é uma ferramenta importante para combater a desigualdade de gênero e a fragmentação socioespacial, e deve ser promovido em todas as sociedades.

Ao realizarmos esta pesquisa foi possível estabelecer as maneiras como este processo corrobora para a ampliação das múltiplas desigualdades enfrentadas por estas mulheres. Em muitos casos, elas nem se dão conta de que o contexto no qual estão inseridas é ocasionado por este processo.

As entrevistas realizadas nos deram a chance de entender a problemática a partir da narrativa de quem vive no seu cotidiano as adversidades e dificuldades em se viver em uma cidade fragmentada, cercada por barreiras sociais, visíveis e invisíveis.

A presente temática precisa ainda ser amplamente discutida no âmbito da geografia, para que ela possa ir além da geografia tradicionalmente feita, que não consegue dar conta das especificidades das diferentes vivências no mundo. A geografia feminista prega que para além do recorte de gênero, é preciso questionar os conceitos que invisibilizam os sujeitos da sociedade que não tem voz ativa.

Precisamos compreender que o lar não é uma oposição ao espaço público, mas sim a extensão complexa deste ambiente. Conforme discorrem Biroli e Miguel (2015) é impossível separar esses dois espaços. Os autores defendem que para a construção de uma sociedade democrática, é necessário politizar a esfera privada, que culturalmente foi desenvolvida a partir de uma falácia de não politização desses ambientes.

É preciso questionar e desafiar as posições em que estas mulheres se encontram e que corroboram para as limitações das mesmas nos espaços públicos. A vida privada está diretamente ligada com a posição social de cada indivíduo e também versa sobre a forma como este vai controlar sua vida e escolhas. É necessário compreender a preservação da privacidade como ferramenta para o desenvolvimento pessoal e social, porém essa construção deve ser realizada sem nenhum tipo de violência ou coação da vontade própria.

Pensar o direito à cidade a partir das pessoas invisibilizadas, dentre elas as mulheres, requer uma discussão ampla e integradora, que passa pela transformação de suas condições concretas de vida, pensando de maneira complementar a inserção das

peças na sociedade a partir da garantia da habitação, do trabalho, do consumo, do lazer e da mobilidade, para que todos façam efetivamente parte da coletividade urbana superando as cisões e os distanciamentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 0-0, dez. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020. Acesso em: 04 maio 2022.

AGORA É A HORA: mulheres negras no enfrentamento à pandemia. *Criola*. 2020. Disponível em: <https://criola.org.br/onepage/agora-e-a-hora/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

ALMEIDA, Leila Sanches de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia. Uff**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 411-422, dez. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-80232007000200011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/chXjpfGr4HKSHFw4BJzrvFG/?format=html>. Acesso em: 20 maio 2022.

ANDRADE, Rafael Junio.; BOTELHO, Maria Izabel Vieira.; FIÚZA, Ana Louise.; PEREIRA, Eveline Torres. Relações sociais de gênero no meio rural brasileiro: a mulher camponesa e o lazer no início do século XXI no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 39-49, 2009. DOI: 10.1590/S1807-55092009000100004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16709>. Acesso em: 27 dez. 2022.

ANDRADE, Tati. A trajetória de exclusão da educação feminina no Brasil. 2017. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2017/09/04/a-trajetoria-de-exclusao-da-educacao-feminina-no-brasil/>. Acesso em: 22 maio 2022.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: companhia das letras, 1989. Traduzido para o português por Roberto Raposa.

As mulheres e o acesso à educação no Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.mulheresdeluta.com.br/as-mulheres-e-o-acesso-a-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

- BARDLN, Lawrence. Análise de conteúdo. **Lisboa: edições**, v. 70, p. 225, 1977.
- BARRIONUEVO, Daniel Centurion; SILVA, Francisco Cristovão Monteiro da; THOMÉ, Marco Aurélio Monteiro de Barros. A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO. **Revista Culturas Jurídicas**, [s. l], v. 6, n. 3, p. 209-220, 30 dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/44766/25762>. Acesso em: 10 maio 2021.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.
- BIROLI, Flávia. Família: novos conceitos. **São Paulo: Fundação Perseu Abramo**, 2014.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015.
- BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise social**, p. 711-732, 1994.
- BRASIL. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. . Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.034%2C%20DE%2029%20DE%20SETEMBRO%20DE%202009.&text=Altera%20as%20Leis%20nos,julho%20de%201965%20-%20C%C3%B3digo%20Eleitoral.. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa Família**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/outros/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 26 maio 2022.

BRASIL. **Código Civil dos Estado Unidos do Brasil**. Lei 3.071 de 1 de janeiro de 1916.. Disponível no site: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acessado em 10. mai. 2022.

CAMARGO, Camila Fracaro *et al.* PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: o que o cadastro único revela?. In: BRASÍLIA. Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Ipea (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília. 2013. p. 157-178. Disponível em: <http://www.compasso.com.br/docs/pub25.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

CAMPELLO, Tereza. UMA DÉCADA DERRUBANDO MITOS E SUPERANDO EXPECTATIVAS. In: BRASÍLIA. Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Ipea (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília. 2013. p. 15-24. Disponível em: <http://www.compasso.com.br/docs/pub25.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

CARDOSO, Aduino Lúcio. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. *Cadernos Metrópole*, n. 17, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8771>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CARLOS, Ana Fani. Alessandri. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 412-424, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.177180. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/177180>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Can consumption mediate the right to the (fragmented) city? *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium*, v. 7, n. 1, 2016, p. 19-32.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: Avanços e desafios**. 32. ed. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Seguros, 2018 **Covid-19 deve reverter décadas de progresso contra pobreza entre mulheres**. ONU. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1725032#:~:text=Novo%20relat%C3%B3rio%20da%20ONU%20Mulheres,fosso%20entre%20homens%20e%20mulheres..> Acesso em: 19 mai 2022.

DE ANDRADE, Nilza Rogéria Nunes. Mulher de favela: interseccionalidades e territorialidades. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 19, n. 47, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56073>. Acesso em: 27 mai 2022.

DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Livraria F. Alves, 1960.

Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no censo 2010. Org. Ana Lucia Saboia, Bárbara Cobo, Gilson Gonçalves Matos. - Rio de Janeiro : **IBGE**, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv58987.pdf>. Acesso em: 13. mai. 2022.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. Boitempo Editorial, 2019.

Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro. **IBGE**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941>. Acesso em: 19 mai. 2022.

FERNANDES, Camila. A força da ausência. A falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, [S.L.], n. 36, p. 206-230, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.36.09.a>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/q6T8GxYmvPy3k6jN6fbRbZB/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 20 maio 2022.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde em debate**, v. 44, p. 267-280, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/xSgrb6jrj3tLnGszjZ4QcWt/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2022.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. In: **Desenho da pesquisa qualitativa**. 2009. p. 164-164.

Gênero e desigualdades [recurso eletrônico] : os limites da democracia no Brasil / Flávia Biroli. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR: módulo II / Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

GOÉS, Eda Mari *et al.* Entrevista com cidadão: Perspectivas para a análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária. In: GOÉS, Eda Mari; MELAZZO, Everaldo Santos (org.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos**: Procedimentos, instrumentos e operacionalização. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 71-122.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEILBORN, M. L.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. (orgs). Gestão de políticas públicas em gênero e raça/GPP-GeR: módulo 2. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniëlle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2022.

IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil; Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

IPEA. Comunicado do Ipea n° 65: PNAD 2009 – Primeiras Análises: Investigando a chefia feminina de família.. 2010. 26 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. 2014. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. (16ed.) Petrópolis: Vozes, 2014, 8ª reimpressão 2020. 1-184.

MACÊDO, Bianca.; PINTO, Davi Garcia Lopes; SIQUEIRA, Matheus Fontenelle.; LOPES, André Soares; LOUREIRO, Carlos Felipe Granjeiro. Caracterização das diferenças no padrão de mobilidade de mulheres e homens em grandes cidades brasileiras. **TRANSPORTES**, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 89–102, 2020. DOI: 10.14295/transportes.v28i4.2410. Disponível em: <https://revistatransportes.org.br/anpet/article/view/2410>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MAGALHÃES, João Carlos Ramos. Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Revista Desafios do Desenvolvimento, Brasília, v. 7, 19 nov. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1111:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 29 nov. 2022.

MAGRINI, Maria Angélica. Vidas em enclaves: imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. 2013. 488 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105071/magrini_mao_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 mai. 2022.

MAIA, Doralice Sátyro. A periferação e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. *Scripta Nova*, v. 14, n. 331, 2010. Disponível em: https://www.ufpb.br/ppgg/contents/producao-docente/doralice-satyro-maia/a-periferizacao-e-a-fragmentacao-da-cidade_-loteamentos-fechados-conjuntos-habitacionais-populares-e-loteamentos-irregulares-na-cidade-de-campina-grande-pb-brasil.html. Acesso em: 02 dez. 2022.

MAIOLINO, Ana Lúcia Gonçalves; MANCEBO, Deise. Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 14-20, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822005000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/ZxbFBrZqbpNHjzCjcgMtNF/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 27 maio 2022.

MEDEIROS, Marcelo; JOANA. O que Entendemos por “Feminização da Pobreza”? **Internacional Centro de Pobreza**, [S. L.], n. 58. out. 2008. Disponível em: <https://ipcig.org/sites/default/files/pub/pt-br/IPCOnePager58.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, p. 184-189, 2014.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. OS ESTUDOS SOBRE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambú. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/%20anais/article/viewFile/1304/1268>. Acesso em: 20 maio 2022.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela**: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do rio de janeiro. 2015. 230 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de

Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25904/25904.PDF>. Acesso em: 31 maio 2022.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra; ROSA, Sara Vieira. Inserção urbana e segregação espacial: análise do programa minha casa minha vida em Fortaleza. 2015.

Retrato das desigualdades de gênero e raça. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acessado em 13. mai. 2022.

RISTOFF, Dilvo. **A trajetória da mulher na educação brasileira**. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/202-noticias/264937351/5710-sp-1216879868?Itemid=164>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SABOIA, Ana Lucia; COBO, Bárbara; MATOS, Gilson Gonçalves. Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no censo 2010 - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv58987.pdf>. Acesso em: 23 abril 2022.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Cidade Pós-Moderna: espaço fragmentado. **Território**, [s. l.], v. 4, n. , p. 39-53, jun. 1998. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3263461-Cidade-pos-moderna-espaco-fragmentado.html>. Acesso em: 02 maio 2022.

SANTOS, Isabôhr Mizza Veloso dos; MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. ELEMENTOS PARA COMPREENDER A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ITUIUTABA-MG: uma análise a partir das percepções de insegurança urbana. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 11, n. 2, p. 81-99, dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/52603>. Acesso em: 03 mai. 2022.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**.1990.

SCHWARZSTEIN, Sandra Monica da Silva. **Atuação de militantes femininas em favelas do Rio de Janeiro - "invisibilidade" e protagonismo**. 2019. 338 f. Tese (Doutorado em

Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23386/TESE_%20Sandra%20Monica%20Schwarzstein_versao%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31. mai. 2022.

SCOTT, Joan. *Gender and the Politics of History*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1988a.

SILVA, Vania Maurício Mendonça da. **Onde estão nossas Marielles**: o poder feminino nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: 2020. 13 p. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2020/download/relatorios/CCS/SER/SER-Vania%20Maur%20C%20A%20Dcio%20Mendon%20C%20A7a%20da%20Silva.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

SILVA, Vitória Régia da. Um retrato das mães solo na pandemia. 2020. Disponível: <http://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia>. Acesso em: 22 abr. 2021. <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/#:~:text=Nas%20palavras%20de%20Lefebvre%2C%20%E2%80%9C%5B,de%20informa%C3%A7%C3%A3o%2C%20de%20trocas%E2%80%9D>. Acesso em :05 mai. 2022.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p. : il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 44).

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Fragmentação Socioespacial. **Mercator**, Ceará, v. 19, p. 1 - 13, jun. 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Fragmentação Socioespacial e Centralidade Urbana**. Realização de Ppgpam Unifesspa. [S.I]: Youtube, 2021. P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uqHSZDQXy3s&t=1460s&ab_channel=PPGPAM_UNIFESSPA. Acesso em: 02 maio 2022.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, p. 93-109, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMpVZWpJ7XswRRbj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 maio 2022.

VAITSMAN, Jeni. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. **Estudos feministas**, p. 303-319, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43904550>. Acesso: 27 maio 2022.

World Economic Forum. **Global Gender Gap Report 2021**: insight report, 2021. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2021/digest#report-nav>. Acesso em: 10 mar. 2022.

